

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS**

DISSERTAÇÃO

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DE UMA
ORGANIZAÇÃO MILITAR COM SEDE NO RIO DE JANEIRO.**

ARNALDO DE CARVALHO FILHO

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS**

**Educação a Distância: a Experiência de uma Organização Militar com
Sede no Rio de Janeiro**

ARNALDO DE CARVALHO FILHO

Sob a Orientação da Professor
Silvestre Prado de Souza Neto

E Co-orientação da Professora
Diva Lopes da Silveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-graduação em Gestão e Estratégia em Negócios.

Seropédica, RJ
Março de 2006

371.39098153

C331e

T

Carvalho Filho, Arnaldo de, 1965-

Educação a distância: a experiência de uma organização militar com sede no Rio de Janeiro / Arnaldo de Carvalho Filho. – 2006.

147 f. : il.

Orientador: Silvestre Prado de Souza Neto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 103-107.

1. Ensino à distância – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Ensino militar – Rio de Janeiro (RJ) – Métodos de ensino - Teses. 3. Tecnologia educacional – Teses. 4. Tecnologia da informação – Teses. 5. Comunicação e educação – Teses. 6. Democratização da educação – Teses. 7. Inclusão digital – Teses. I. Souza Neto, Silvestre Prado de, 1952-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais . III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS**

ARNALDO DE CARVALHO FILHO

Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios, área de Concentração em Estratégia Empresarial, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, em Educação a Distância: a Experiência de uma Organização Militar com Sede no Rio de Janeiro.

Dissertação aprovada em 22 / Fevereiro / 2006.

Prof^o Silvestre Prado de Souza Neto, D.Sc. – Orientador e Presidente
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^a Diva Lopes da Silveira, Ph.D. – Co-orientadora e Membro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^a Ana Alice Vilas Boas, Ph.D. – Membro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^o Roberto Pires Vasques, D. Sc. – Membro Externo
Universidade Estácio de Sá, R.J.

Dedico este trabalho à minha esposa, Mônica de Moura Teles Carvalho, por estar sempre ao meu lado, nos momentos bons e ruins que a vida nos reserva.

Dedico ainda, à minha mãe, Guiomar Alvarenga de Carvalho, e ao meu irmão, Carlos Alfredo Alvarenga de Carvalho, por serem meus eternos incentivadores.

Dedico também, a todos os Professores do Mestrado, que nos ajudaram a trilhar nesse caminho árduo, porém gratificante.

Outrossim, dedico ao meu Pai que está no oriente eterno, pois o maior sonho de sua vida era ver os filhos formados, provavelmente, em virtude de ter concluído o primário.

AGRADECIMENTOS

À 1ª Região Militar/Exército Brasileiro por ter firmado este convênio..

Ao Comandante do Centro de Estudo de Pessoal (CEP), por ter autorizado a realização desse trabalho.

Aos professores que fizeram parte desse programa de mestrado, em especial ao meu orientador, Professor Silvestre e a minha co-orientadora, Professora Diva Lopes da Silveira.

À todos os participantes (respondentes e entrevistados) que foram essências para que este pesquisador alcançasse o objetivo da pesquisa.

A todos os colegas da Turma do Exército pela troca de experiência.

Aos membros que compõem a Banca Examinadora.

Por fim, ao GADU – Grande Arquiteto do Universo, por ter concedido a este discípulo ir em busca do título tão sonhado, bem como força e sabedoria para desenvolver esta pesquisa.

Anos 1930

“Acredito no poder transformador da educação”
Iracema Noemia Farina, professora.

Anos 1960

“Ser um bom profissional era ser autoritário”
Consuelo Carvalho, professora.

Anos 1980

“Agora eu sei que o importante é aprender sempre”
Sonia Beatriz Leal Silva Rossi, professora.

Anos 2000

“O papel do professor é insubstituível”
Juliana PiauÍ, estudante.

BIOGRAFIA

Arnaldo de Carvalho Filho, 40 anos, nascido no Rio de Janeiro, em 05 de outubro de 1965. Graduação, Tecnólogo em Técnicas Digitais, com habilitação em Sistemas Programáveis pela Faculdade Estácio de Sá. No último período, comecei a estagiar no Setor Técnico da CONPART INDUSTRIA ELETRÔNICA S/A e após 09 (nove) meses fui efetivado na Linha de Produção da Fábrica; era especialista em toda a linha de Unidade de Fita Stream. Posteriormente, após concluir os cursos de Pós-graduação em Análise de Sistemas e em Redes Locais, ambos pela Universidade Estácio de Sá, tive a felicidade de trabalhar na área de suporte do BANCO ICATU S/A. Resolvendo, outra vez, migrar de área fui trabalhar, na área administrativa, da Seção de Planejamento e Controle, do Comando da 1ª Região Militar, Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, como Oficial Técnico Temporário (OTT). Nesse período, fiz vários cursos em diversos segmentos, tais como: cursos de informática, no 2º Centro de Telemática de Área (2º CTA), cursos de Gestão de Qualidade, no Instituto Militar de Engenharia (IME), no Programa de Qualidade Rio (PQRio) e na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (sendo um na forma presencial e o outro a distância). Novamente, visando o futuro, decidi investir numa nova área, a pedagógica. Sendo assim, fiz o curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência do Ensino Fundamental e Médio e o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes – Licenciatura Plena em Informática, ambos pela Universidade Candido Mendes, bem como o curso de mestrado profissional em Gestão Estratégica em Negócios, pela Rural. Possuo 03 (três) publicações: (1) **Gestão Estratégica e Competências Essenciais: uma abordagem das organizações e sociedade contemporânea** (Anais do Simpósio de Gestão e Estratégia em Negócios da UFRuralRJ. Seropédica, RJ, Set 2005); (2) **Tipos, Estilos e Princípios de Liderança no Âmbito Militar do Exército Brasileiro e Empresarial** (Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGeT). Associação Educacional Dom Bosco – Resende, RJ, Out 2004); e (3) **Ensino a Distância no Centro de Estudos de Pessoal: cursos presenciais e semipresenciais** (Revista Brasileira de Tecnologia Educacional. Ano XXXII, Nos 163/166. Rio de Janeiro, Out/03 - Set/04). Sou colaborador do Projeto – Linux na Escola, aprovado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) / Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Atualmente, sou também Professor da Escola Técnica Adolpho Bloch/FAETEC e no 2º semestre de 2006, iniciarei como Tutor do CEDERJ. Por fim, não pretendo mais mudar de área, apenas aprofundar meus conhecimentos na EaD e fazer Doutorado. Dessa forma, objetivo especializar-me em EaD, buscando competências/ habilidades através do curso de Pós em Educação a Distância, ofertado pelo SENAC e do Projeto de Capacitação Digital que pretendo implantar na escola Adolpho Bloch.

SUMÁRIO

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Problema.....	1
1.2 Objetivos da pesquisa.....	1
1.2.1 Objetivo geral.....	1
1.2.2 Objetivos específicos.....	2
1.3 Justificativa.....	2
2. REVISÃO DA LITERATURA	3
2.1 Contextualizando a Educação a Distância (EaD).....	3
2.1.1 Breve Histórico da EaD.....	3
2.1.2 Cenário Situacional.....	3
2.1.3 Definição da EaD.....	4
2.1.4 Vantagens e limitações do EaD.....	5
2.1.5 Educação Presencial e a Distância.....	5
2.1.6 Tecnologia e Educação.....	6
2.1.7 Meios de Comunicação em Educação.....	7
2.1.7.1 Material Impresso.....	7
2.1.7.2 Rádio.....	8
2.1.7.3 Material Audiovisual.....	9
2.1.7.4 Material Informatizado.....	11
2.1.8 Abordagem construtivista na EaD.....	13
2.1.9 Tutor na EaD.....	14
2.1.10 Estatística da EaD no Brasil.....	15
2.2 Bases Legais da EaD.....	16
2.2.1 Legislação Federal.....	16
2.2.2 Legislação nos Estados.....	19
2.3 Democratizar a Educação.....	19
2.3.1 Histórico da Educação Brasileira.....	19
2.3.2 Política Educacional do Brasil.....	21
2.3.3 Inclusão Digital e Exclusão Digital.....	23
3. METODOLOGIA	24
3.1 Introdução.....	24
3.2 Análise de Conteúdo.....	25
3.3 Estrutura Posicional, Campo Educacional e Cenários - Estudo de Caso.....	26
4. ESTUDO DE CASO: CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL – CEP (ORGANIZAÇÃO MILITAR)	27
4.1. Introdução.....	27
4.2. Cenário Situacional do CEP (Visão Geral).....	27
4.2.1 Estrutura Posicional – Identificação.....	27
4.2.2 Perfil da Organização.....	27
4.2.3 Descrição Básica da Organização.....	28
4.2.4 Principais Atributos.....	28
4.2.5 Estrutura Organizacional.....	29
4.2.6 Principais Fornecedores e Insumos.....	32
4.2.7 Principais processos.....	33
4.2.8 Principais Produtos/Serviços.....	34
4.2.9 Principais Clientes.....	35
4.2.10 Composição do quadro de pessoal.....	36

4.3 Responsabilidade Social.....	37
4.4 Campo Educacional do Exército Brasileiro (EB).....	38
4.5 Bases Legais.....	39
4.5.1 O sistema de ensino no Exército Brasileiro.....	39
4.5.2 Sistema de ensino a distância no Exército Brasileiro.....	40
4.5.3 O sistema de ensino de idiomas do Exército Brasileiro.....	41
4.5.4 Cursos Semipresenciais do CEP.....	45
4.5.5 Cursos a Distância em Parceria com a UFRRJ e UFF.....	47
4.5.5.1 UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).....	47
4.5.5.2 UFF (Universidade Federal Fluminense).....	48
4.5.5.3 Prescrições Diversas dos Cursos de Pós-graduação (UFF/UFRRJ).....	50
4.6 Logística.....	52
4.7 Parceiros.....	52
4.8 Cenários dos Cursos do CEP e Parceiros/2005.....	53
4.8.1 Cursos Semipresenciais.....	53
4.8.2 Cursos de Idiomas a Distância – CID.....	54
4.8.3 Cursos a Distância – CEP/UFRRJ.....	54
4.8.4 Cursos a Distância – CEP/UFF.....	54
4.8.5 Total Geral – Matriculados / Média Evasão.....	55
4.9 Tendências 2006.....	55
4.9.1 Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM).....	55
4.9.2 Cursos de Pós-graduação a Distância EB/UCB/UNESCO.....	56
5. CENÁRIO PERCEPTIVO: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	57
6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	101
BIBLIOGRAFIA.....	103
Apêndice A – Questionários da pesquisa.....	108
Apêndice B – Entrevista de pesquisa.....	111
Anexo P – O Decreto nº 5.622 regulamenta a EaD no Brasil.....	129
Anexo U – Organograma do Exército Brasileiro.....	144
Anexo V – Portaria nº 15 DEP, Curso de Idiomas a Distância.....	145
Anexo X – Instrumento de Avaliação de Disciplina – CEP.....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ABRAEAD	Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância
ABT	Associação Brasileira de Tecnologia Educacional
ACS	Assessoria de Comunicação Social
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
BE	Boletim do Exército
Bia C Sv	Bateria de Comando e Serviços
BRASILEAD	Consórcio Interuniversitário de Educação a Distância
CACS	Curso de Auxiliar de Comunicação Social
CAE	Curso de Auxiliar de Ensino
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCP	Curso de Coordenação Pedagógica
CCS	Curso de Comunicação Social
CEP	Centro de Estudos de Pessoal
CETEB	Centro de Ensino Técnico de Brasília
CGAEM	Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior
CID	Cursos de Idiomas a Distância
Cmt Ex	Comandante do Exército
COTER	Comando de Operações Terrestres
CPOE	Curso de Psicopedagogia e Orientação Educacional
CREAD	Consórcio Interamericano de Educação a Distância
CTE	Curso de Técnica de Ensino
DDRH	Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos
DEP	Departamento de Ensino e Pesquisa
DGP	Departamento Geral do Pessoal
Div Adm	Divisão Administrativa
Div Al	Divisão de Alunos
Div Ensino	Divisão de Ensino
DPEP	Diretoria de Pesquisa e Estudos de Pessoal
DPTE	Divisão de Pesquisa e Tecnologia Educacional
EaD	Educação a distância
EB	Exército Brasileiro
EE	Estabelecimentos de Ensino
EII	Estágio Intensivo de Idiomas
EIPA	Estágio do Idioma Português e Ambientação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EME	Estado-Maior do Exército
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EOP	Estágio de Operações Psicológicas
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsPCEx	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
EsTAE	Estágio de Administração Escolar
EsTAP	Estágio de Atualização Pedagógica
FGV/RJ	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IAD	Índice de Acesso Digital
ICS	International Correspondence Schools
INEP	Instituto Nacional de Estudos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IP	Institutos de Pesquisa
IROFM/CID	Instruções Reguladoras da Organização, do Funcionamento e da Matrícula nos Cursos de Idiomas a Distância
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
Min Def	Ministério da Defesa
NCE	Núcleo Corporativo de Estudos
NGA	Normas Gerais de Ação
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OM	Organização Militar
OMSE	Organizações Militares Sedes de Exame
PEG	Programa de Excelência Gerencial
PLADIS	Plano de Disciplina
PNQ	Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade
PRONTEL	Programa Nacional de Teleducação
QEMA	Quadro do Estado-Maior
QMS	Quadros Militares de Serviço
QSG	Quadro Suplementar Geral
SEAD	Sistema de Ensino a Distância
SEB	Secretaria de Educação Básica
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEED	Secretaria Especial de Educação a Distância
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SEIEx	Sistema de Ensino de Idiomas do Exército
SERI	Subsistema de Ensino Regular de Idiomas
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SESI	Serviço Social da Indústria
SESu	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia
TCL	Teste de Credenciamento Lingüístico
TFC	Do Trabalho Final de Curso
TI	Tecnologia de Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UCB	Universidade Castelo Branco
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UIT	União Internacional das Telecomunicações
UNED	Universidade Nacional de Educação a Distância
UniREDE	Universidade Virtual Pública do Brasil

LISTA DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1 Títulos acadêmicos sobre EaD apresentados no Brasil no período de 1999- (Anexo N) 2004, por tipo de título.....	127
Gráfico 2 Temas predominante em títulos acadêmicos sobre EaD no período de (Anexo O) 1999-2004.....	128
Gráfico 3 Estrutura Organizacional do CEP.....	30
Gráfico 4 Nível de escolaridade da força de trabalho do CEP.....	36
Gráfico 5 Definição de Educação a distância.....	61
Gráfico 6 Educação a Distância substitui a Educação Presencial? (Quantitativo).....	65
Gráfico 7 Educação a Distância substitui a Educação Presencial? (Qualitativo).....	66
Gráfico 8 Educação a distância como meio de democratizar a educação? (Quantitativo).....	70
Gráfico 9 Educação a distância como meio de democratizar a educação? (Qualitativo)...	71
Gráfico 10 O CEP é uma das condições para a democratização da educação?.....	73
Gráfico 11 Educação a distância veio para ficar ou é apenas algo passageiro?.....	76
Gráfico 12 Educação a distância é um meio de exclusão digital, inclusão digital.....	80
Gráfico 13 Quais os benefícios que uma parceria pode proporcionar á EaD?.....	83
Gráfico 14 Contribuições do CEP e da Diretoria de Ensino da Marinha com a EaD para a Força.....	86
Gráfico 15 Contribuições do CEP e da Diretoria de Ensino da Marinha com a EaD para a Sociedade.....	86
Gráfico 16 Qual o público-alvo dos cursos semipresenciais (CEP/Marinha).....	88
Gráfico 17 Qual o público-alvo dos cursos semipresenciais CEP/Marinha).....	88
Gráfico 18 Parceria visa redução de custos?.....	93
Gráfico 19 Quais as principais dificuldades do curso?.....	98

LISTA DE QUADROS

	Pág.
Quadro 1 Desenvolvimento histórico da EaD no mundo.....	113
(Anexo A)	
Quadro 2 Desenvolvimento histórico da EaD no Brasil.....	114
(Anexo B)	
Quadro 3 Classificação brasileira dos recursos audiovisuais.....	115
(Anexo C)	
Quadro 4 Abordagens tradicional e construtivista da aprendizagem.....	13
Quadro 5 A política educacional brasileira após os anos 30	139
(Anexo Q)	
Quadro 6 Programa da Secretaria de Educação a Distância (SEED) com alunos... por meio da EaD.....	22
Quadro 7 Identificação da organização.....	27
Quadro 8 Principais fornecedores e insumos.....	33
Quadro 9 Principais processos finalísticos.....	34
Quadro 10 Principais clientes do CEP, 2005.....	35
Quadro 11 Força de trabalho do CEP, 2005.....	36
Quadro 12 Cursos semipresenciais voltados para a Força, 2005.....	53
Quadro 13 Definição de Educação a distância.....	60
Quadro 14 Educação a distância substitui Educação Presencial?.....	64
Quadro 15 Educação a distância como meio de democratizar a educação.....	69
Quadro 16 O CEP é uma das condições para a democratização da educação?.....	72
Quadro 17 Educação a Distância veio para ficar ou é apenas algo passageiro	75
Quadro 18 Educação a distância é um meio de exclusão digital, inclusão digital, outros.....	79
Quadro 19 Quais os benefícios que uma parceria pode proporcionar a EaD?.....	82
Quadro 20 Principais contribuições do CEP e da Diretoria de Ensino da Marinha com a EaD, para a Força e para a Sociedade.....	85
Quadro 21 Qual o público-alvo dos cursos semipresenciais e a distância, do CEP e da Marinha.....	87
Quadro 22 Por que fazer EaD na empresa (Educação Corporativa)?.....	89
Quadro 23 Quais os benefícios da EaD no segmento empresarial?.....	91
Quadro 24 Por que fazer parceria em EaD?.....	92
Quadro 25 A parceria reduz custos?.....	93
Quadro 26 Quais são as principais dificuldades do curso?.....	98

LISTA DE TABELAS

		Pág.
Tabela 1 (Anexo D)	Número de brasileiro matriculados em cursos de EaD, segundo dados deste anuário e de seis grandes instituições, em 2004.....	116
Tabela 2 (Anexo E)	Crescimento do número cursos e de alunos em EaD em instituições oficialmente autorizadas nos níveis de graduação, seqüenciais e pós-graduação (instituições com credenciamento federal).....	117
Tabela 3 (Anexo F)	Número de alunos estudando em EaD no Brasil, em instituições oficialmente credenciadas, de acordo com o nível de credenciamento e tipo de curso, em 2004.....	118
Tabela 4 (Anexo G)	Distribuição do número de alunos em EaD em instituições oficialmente credenciadas no país, por região e estado, em 2004.....	119
Tabela 5 (Anexo H)	Instituições com maior número de alunos por EaD no Brasil, por métodos e mídias utilizadas, em 2004.....	121
Tabela 6 (Anexo I)	Recursos oferecidos aos alunos pelas instituições de Ensino a Distância, por natureza jurídica, em 2004.....	122
Tabela 7 (Anexo J)	Mídias mais utilizadas em EaD NO Brasil, por nível de credenciamento da instituição, em 2004.....	123
Tabela 8 (Anexo K)	Perfil de empresas e de seus investimentos em <i>e-learning</i> , em termos absolutos e por média <i>per capita</i>	124
Tabela 9 (Anexo L)	Motivos para implementação do <i>e-learning</i> nas empresas, por setor da economia.	125
Tabela 10 (Anexo M)	Comparação dos custos de um mesmo curso no formato presencial e no formato <i>e-learning</i> na Formação das Industrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).....	126
Tabela 11 (Anexo R)	Projetos da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo por EaD que utilizam Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), nos anos de 2004 e 2005.....	141
Tabela 12 (Anexo S)	Crescimento do número de alunos em curso de graduação e da estrutura do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) desde sua criação.....	142
Tabela 13 (Anexo T)	Contribuição do projeto Veredas, de Minas Gerais, segundo professores que fazem o curso.....	143
Tabela 14	Cursos de idiomas a distância para o militar e seus dependentes, 2005.....	54
Tabela 15	Cursos a distância ofertados pelo CEP/UFRRJ a sociedade, 2005.....	54
Tabela 16	Cursos a distância ofertados pelo CEP/UFF a sociedade, 2005.....	54
Tabela 17	Total de alunos matriculados e média da evasão, 2005.....	55
Tabela 18	Distribuição dos respondentes ao questionário, por grupo de Organização à qual pertencem, 2005.....	57

RESUMO

CARVALHO FILHO, Arnaldo de. **Educação a Distância: a Experiência em uma Organização Militar com Sede no Rio de Janeiro**. Seropédica: UFRRJ, 2006. 147p. (Dissertação, Mestrado Profissional, em Gestão e Estratégia em Negócios, Estratégia Empresarial).

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aliadas à educação têm favorecido o processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, o Centro de Estudo de Pessoal (CEP), visando adequar-se a tal realidade, reestruturou a área pedagógica e de informática, para atender a sua força de trabalho e a sociedade, ofertando cursos semipresenciais e a distância. O presente estudo de caso, com base no método Yin (2001), focalizou o CEP, tendo por objetivo contribuir para EaD como um meio de educação democrática através do estudo de uma organização militar com tradição e excelência na condução desse tipo de ensino-aprendizagem. A metodologia utilizada foi quantitativa para identificar as dificuldades, processos, cuidados e procedimentos e qualitativa para identificar as razões que levam a bom termo a democratização do ensino-aprendizagem através da EaD, num país de dimensões continentais como o Brasil. Propõe-se como metodologia de estudo pesquisa bibliográfica e descritiva, questionários e entrevistas. As respostas abertas respondidas durante as entrevistas e por meio dos questionários foram analisadas de acordo com o método de análise de conteúdo de GRACE (1978) e BARDIN (1979). As perguntas fechadas foram examinadas através de percentagens. Por fim, os principais resultados revelados pela pesquisa foram: que a EaD é uma modalidade inclusiva e democrática, de grande alcance, mas que não substitui o ensino presencial, tem a tecnologia de informação e comunicação como a maior aliada, bem como é a educação do futuro por atender as exigências do mundo moderno, onde educar transformando pessoas constitui-se em um diferencial competitivo.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação. Democratização da Educação. Inclusão Digital.

ABSTRACT

CARVALHO FILHO, Arnaldo de. **Distance Education: the Experience in Military Organization, with base in Rio de Janeiro**. Seropédica: Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ) - Brazil, 2006. 147 fls. Dissertation (Master Professional, Management, Business Strategies).

New Information and Communication Technologies (ICT) allied to the education have favoured the teaching-learning process. In this context, the Personnel Studying Centre (CEP, as it is called in Brazil) aimed at adapting itself to such a reality, and attending both the work force and the society as a whole. O CEP has restructured its pedagogical and computer science areas, and offered distance teaching, without ignoring its face-to-face learning-teaching courses. This study has focused upon the CEP, for it has already tradition and excellence in providing distance education courses. Its methodological approaches were quantitative and qualitative. The former has identified the difficulties, processes and pedagogical procedures used, and the latter has identified the main reasons which have lead to an effective democratization of teaching-learning through distance education, especially in a large country such as Brazil. Bibliographical and descriptive researches have been carried out by using the Yin Method. Also, questionnaires and interviews have been applied, whose answers to the open questions were analysed by using the technique of content analysis (GRACE, 1978; BARDIN 1979). Closed questions were analysed by means of percentages. The main findings were: distance education is an inclusive and democratic approach, being of a great range, however, it does not yet substitute the face-to-face education; information technology and communication are the distance education better allies; it is an education for the future for it responds to the modern world's demands, and helps people to become competitive professionals. This study hopes to contribute to the evaluation of the advantages of distance education courses, as they are offered by the CEP, a competent military and educational organization.

Keywords: Distance Education. Information and Communication Technologies. Democratic Education. Digital Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problema

O crescimento tecnológico em ritmo acelerado tem estimulado uma interdependência cada vez maior entre o saber e a vida econômica. Daí a propagação da educação a distância (EaD) no mundo, com investimentos de países de todos os continentes nessa modalidade, com redes intercontinentais e continentais.

No Brasil, o interesse em aumentar, a curto prazo, a escolaridade da população está relacionado a fatores como a globalização da economia mundial, na qual busca-se colocar o país em condições de competitividade no mercado internacional e mundial.

O Brasil, há décadas, desenvolve programas a distância: MEB (Movimento de Educação de Base), iniciado em 1956; Minerva, 1970; Logos, 1977; Telecurso de 2º Grau, 1978; Mobral, 1979; Um salto para o Futuro, 1991; Telecurso 2000, 1995; TV Escola, 1996; Proformação, 1999. Entretanto, no ensino superior, somente em 1993 foi assinado, entre os reitores das universidades públicas brasileiras, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Consórcio Interuniversitário de Educação a Distância (Brasilead). Em 1999, foi criada a Universidade Virtual Pública do Brasil (UniREDE), (FONSÊCA GRANGEIRO, 2002).

Na era da informação e comunicação, um novo paradigma surge para o processo educativo formativo, com o uso das novas tecnologias, especialmente a internet, que passou a ser incorporada à vida das pessoas, grupos e organizações.

A ascensão da sociedade em rede traz uma perspectiva sistêmica aos grupos de pesquisa, estudos, de criação e discussão de novas idéias e centros de ensino, formando verdadeiras comunidades virtuais de aprendizagem, em rede. A perspectiva da referida sociedade pressupõe, também, uma sociedade mais justa, soberana e colaborativa, onde haja espaço inclusive para o pensamento divergente e a crítica. Nas novas relações com os saberes, uma nova pedagogia se instala, conseqüentemente, novos papeis para o educador e educando.

Dentro desse contexto, o presente trabalho investiga o seguinte problema: “qual a contribuição da EaD em uma Organização Militar (OM)?”; e levanta a seguinte hipótese: “a EaD é um meio de democratizar a educação, e o Centro de Estudos de Pessoal (CEP), uma OM, oferece condições adequadas para isso”. Sendo assim, a hipótese terá como base três variáveis principais: a EaD, a democratização da educação e a OM, cujos (e vários) indicadores principais podem ser: conceituação\definição das variáveis citadas, análise de decretos\leis, da situação global\local, das desigualdades sociais, da dispersão geográfica, da tecnologia na educação, inclusão digital, de acordos envolvendo o MEC, o CEP e parceiros. Propõe-se como metodologia do estudo, a pesquisa bibliográfica, questionário, entrevistas e estudo de caso, seguindo o método Yin (2001).

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

Contribuir para a EaD como um meio de educação democrática através do estudo de uma organização militar com tradição e excelência na condução desse tipo de ensino-aprendizagem.

1.2.2 Objetivos específicos

- Informar como está sendo tratado o EaD no mundo e no Brasil (histórico da EaD, cenário situacional, abordagens metodológicas, vantagens e limitações, novas tecnologias e dados estatísticos).

- Apresentar as Leis que amparam EaD no Brasil, a nível federal e estadual.
- Comparar Educação Presencial e a Distância.
- Comentar abordagem construtivista no EaD.
- Analisar a Tecnologia na Educação.
- Apresentar a política educacional do sistema de ensino brasileiro
- Analisar o processo de inclusão digital\exclusão digital.
- Apresentar o CEP: perfil da organização, atributos, estrutura organizacional, fornecedores, processos, produtos\serviços, responsabilidade social, força de trabalho, bases legais dos cursos, cursos (semipresenciais e a distância), logística, parceiros (UFF e UFRRJ) e tendências.

1.3 Justificativa

A escolha do tema, Educação a Distância (EaD) para este estudo se deve à proliferação da mesma nos Estabelecimentos de Ensino (EE), e nos segmentos empresarial e militar.

Parte-se da premissa de que a Educação é um direito garantido por lei a todos os cidadãos brasileiros. Sendo assim, o presente estudo se justifica teórica e praticamente, pois enfatiza a EaD como um novo método de ensino-aprendizagem que contribui para democratizar a educação, usando o CEP como uma das condições para isso.

Por fim, pretende-se verificar a tendência do EaD no Brasil para que, em conformidade com ela, os Estabelecimentos de Ensino e Organizações Militares e Empresariais, possam obter resultados significativos com foco na inclusão, no desenvolvimento e aperfeiçoamento das pessoas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contextualizando a Educação a Distância (EaD)

2.1.1 Breve Histórico da EaD

Indícios revelam que, desde a época a.C., é possível achar uma rede de comunicação a distância, por meio de correspondências/mensagens escritas por mestres, filósofos ou pensadores, levadas por mensageiros a discípulos que estivessem distantes geograficamente (AZEVEDO, QUELHAS, 2004, p.14).

Segundo Lobo Neto (1995, apud REZENDE, 2001, p.53) Charles Toussaint e Gustav Langensheidt instituíram a primeira Escola de Línguas por correspondência, em Berlim, em 1856, o que se constituiu em uma iniciativa institucional de EaD.

Os primeiros registros em EaD datam do final do século XIX, quando já haviam instituições formalmente constituídas para a prática da mesma com a International Correspondence Schools (ICS), fundada em 1891 nos Estados Unidos (PALHARES, 2005, apud SANCHEZ, 2005, p.11).

Observa-se que os pesquisadores apontam diferentes registros para origem/histórico da EaD, ou seja, percebe-se que a dispersão das informações sobre o percurso histórico da criação e institucionalização da mesma, dificulta sua apreensão como um todo. Mas, os Quadros do Anexo A, desenvolvimento histórico da EaD no mundo e do Anexo B, desenvolvimento histórico da EaD no Brasil, buscam facilitar a sistematização desse percurso.

2.1.2 Cenário Situacional

a. No mundo

A necessidade de uma força de trabalho mais qualificada tecnicamente foi um dos fatores que impulsionou o desenvolvimento da EaD, de nível médio e superior, até os dias atuais, além do crescente desenvolvimento dos serviços postais.

Nesse contexto, as instituições estrangeiras que contribuem de forma expressiva para o desenvolvimento dessa ferramenta, são: a Open University, do Reino Unido; a Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED), da Espanha; a Universidade Aberta da Venezuela; e a Universidade Estatal a Distância, da Costa Rica. Hoje, elas são vista como megauniversidades (por possuírem mais de 100 mil alunos), servindo como modelos de ensino superior a distância. (CORRÊA, 2005, p.19).

b. No Brasil

Várias são as experiências de EaD, promovidas tanto pela iniciativa privada como pela área governamental. Entre as experiências de maior destaque, encontra-se a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), o qual tinha como objetivo principal alfabetizar e apoiar a iniciação à educação de milhares de jovens e adultos, através de escolas radiofônicas tendo maior concentração nas regiões Norte e Nordeste (CARVALHO FILHO et al., 2004, p. 150).

Azevedo e Quelhas (2004, p.16 a 18) também destacam outras experiências: o Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL) – transmissão, por circuito fechado, do conteúdo programático para alunos das 5º e 8º séries com apoio das TVs Educativas; o Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB) em parceria com o MEC – oferecimento de cursos a distância para formação e treinamento de professores; e a Rádio Escola em parceria com o Programa Alfabetização Solidária, cuja finalidade é promover a capacitação de professores alfabetizadores, por meio de rádio e material impresso.

Apesar de inúmeras experiências com resultados favoráveis nessa área, a EaD é, ainda hoje, alvo de preconceitos e discriminações em nosso país. A descontinuidade de projetos, como reflexo de uma política educacional instável, tem sido um dos principais motivos para o preconceito e pouca penetração da EaD no sistema de ensino brasileiro.

Entretanto, atualmente, a nova dinâmica social, flexibilização da economia, novas formas de organização do trabalho, e o avanço tecnológico, ao exigir um trabalhador mais independente e que esteja em contínuo processo de aprendizagem, começam a levar a EaD, juntamente com a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), a desempenhar um cenário alternativo para formação da força produtiva, impulsionada por investimentos de outros segmentos da sociedade, além da área educacional (RESENDE, 2001, p.53).

2.1.3 Definição da EaD

Vários autores, citados por Maia e Meirelles (2002), apontam as características principais do processo de EaD que, embora não homogêneas, permitem uma formulação mais clara do conceito, como indicado, a seguir:

- Perraton (1997) referenciado pela Unesco, descreve a Educação a Distância como “um processo educativo em que uma parte significativa do ensino é guiada por uma pessoa distante em tempo e/ou espaço do aprendiz”.
- Moore (1996) define EaD como a ligação entre discente e docente mediada por materiais impressos ou por algum meio tecnológico.
- Nunes (s.d.) argumenta que não é suficiente um processo expansivo de mão dupla. Deve ser organizado um processo sistematizado, bem definido e continuado.

Segundo Saraiva (1995, apud REZENDE, 2001, p.55), uma proposta de EaD vai além da condição de fornecer ao aluno distante materiais instrucionais. Antes de tudo, deve fomentar a importante relação professor-aluno, o essencial atendimento pedagógico por diversos meios estratégicos capazes de garantir apropriação modificadora da realidade.

Laundon (2004) argumenta que, embora possa ser realizado com material impresso, a experiência em educação ou treinamento transmitido a distância (EAD) se baseia cada vez mais nos meios tecnológicos de comunicação na educação. Algumas ilustrações desses meios são: vídeo-conferência, televisão por satélite ou cabo ou multimídia interativa e também a Web.

Já Ibáñez (s.d., apud REZENDE, 2001, p.54) argumenta que o ensino à distância é um sistema multimídia de comunicação bidirecional com o aluno separado do centro docente e ajudado por uma organização de apoio, para proporcionar de modo flexível à aprendizagem de uma população massiva e dispersa. Esse método somente se configura com recursos tecnológicos que permitam economia de escala.

Outros especialistas:

- Gutierrez e Prieto (1994, apud CORRÊA, 2005, p.16) consideram que a EaD é capaz de superar limitações geográficas, atender demandas diversificadas de estudo e diversificação da população escolar, possibilitar menor custo por estudante e quantidade sem perda da qualidade. Por fim, uma alternativa para a democratização do ensino.
- Para Corrêa (2005, p.106) a EaD institui-se com base no princípio da democratização da educação, e que chega para responder a uma série de necessidades educacionais, principalmente para aqueles cuja escolarização foi interrompida, pela impossibilidade de deslocamento e pela dispersão geográfica.

Assim, baseado no que reportam os especialistas sobre esse tema, o presente estudo pretende mostrar que a EaD é um meio facilitador adequado para superar, por exemplo, barreiras como a dispersão geográfica em favor da educação para todos.

2.1.4 Vantagens e limitações do EaD.

Vários autores, como Leobons (1998), Saraiva (1995) e Landin (1999, apud REZENDE, 2001, p.57-58), avaliam as vantagens e limitações do EAD.

Quanto as vantagens, os autores concordam que:

- A EaD possibilita alcançar um enorme número de pessoas e grupos, favorecendo maior acesso ao conhecimento e democratização da educação.
- Quando aos custos, apesar de inicialmente serem altos com a geração de materiais impressos, apoio, e com toda a infra-estrutura operacional, a longo prazo, tornam-se baixos, em comparação com os sistemas presenciais de ensino, considerando-se, posteriormente, a quantidade de pessoas que utilizarão o curso.
- A EaD cumpre com seu objetivo de formação, propondo tarefa independente, pois se adapta ao ritmo de aprendizagem do discente. Este se torna o ponto do processo, o sujeito ativo de sua formação, mais independente, responsável, autônomo, desenvolvendo a capacidade de auto-didatismo, tornando-se capaz de aprender a aprender e aprender a fazer.
- Ao encurtar o espaço-tempo, consegue-se unir trabalho e estudo alcançando o objetivo de uma educação permanente.

Os autores observam também algumas desvantagens:

- Um curso pré-produzido, com conteúdos iguais para todos os alunos pode levar a uma certa uniformização de idéias. Esse cenário pode ser superado e evitado com elaboração de materiais que estimulem a capacidade crítico-reflexiva, proporcionando a espontaneidade, a criatividade, expressão de idéias do discente, bem como troca de experiências em seu cotidiano.
- As ocasiões para interação entre os alunos e o docente tornam-se escassas, não promovendo a socialização, mas, são necessárias para que não haja abandono ou fracassos; a interação permanente propicia um acompanhamento metuculoso do processo.
- Para fazer face aos altos custos de implantação de cursos a distância, uma clientela abundante e dispersa é necessária.

É imprescindível uma análise sobre o público a que se destina a EaD, bem como as necessidades e possibilidades de sua aplicação, visto que como todo programa educacional, a EaD possui vantagens e limitações, como demonstrado acima.

2.1.5 Educação Presencial e a Distância

São muitas as diferenças entre educação presencial e a distância com relação aos alunos e ao docente, à comunicação e recursos e à estrutura e administração (ARETIO, 1994, apud REZENDE, 2001, p. 55).

Na educação presencial, com relação aos alunos, há: maior interação social, situação controlada pelo professor, homogeneidade quanto à idade, à qualificação e ao nível de escolaridade, centro tradicional de ensino (sala de aula) e tempo integral dedicado ao estudo. A EaD é, como já indicado, caracterizada por menor interação face-a-face, situação livre, aprendizagem independente, podendo o aluno estudar num horário determinado por ele, onde e quando desejar; por heterogeneidade quanto à idade, à qualificação e ao nível de escolaridade e pela educação ser atividade secundária, pois a maioria dos alunos da EaD é adulta e trabalha.

Quanto ao corpo docente, a educação presencial é, de modo geral, caracterizada por um só tipo de docente, em que o mesmo é fonte de conhecimento, basicamente educador; suas habilidades e competências são difundidas. Enquanto que a EaD é caracterizada por vários tipos de docentes, basicamente produtores de materiais ou tutores. As competências e habilidades são menos difundidas, o docente dá suporte e orientação à aprendizagem.

São encontradas na educação presencial, com relação à comunicação e recursos tecnológicos, o uso limitado de meios, oficina e laboratórios próprios, comunicação direta e ensino face-a-face. Em contrapartida, a EaD, é caracterizada por: uso massivo de meios, oficinas e laboratórios de várias instituições, comunicação diferenciada em espaço e tempo e, por fim, ensino via multimeios (materiais impressos, audiovisuais, informáticos e telemáticos).

A educação a distância, com relação à estrutura e à administração, apresenta problemas que surgem na coordenação da concepção, produção e difusão dos cursos e possui múltiplas unidades e funções. De modo geral, na forma presencial, os cursos são concebidos, produzidos e difundidos com simplicidade e boa definição e há escassa diversificação de unidades e funções.

Assim, tanto a educação presencial quanto a EaD devem ser compreendidas como integrantes do mesmo projeto educativo, tendo especificidade e importância próprias, atendendo apenas a necessidades e demandas de uma clientela específica, conforme cita Rezende (2001, p.56).

2.1.6 Tecnologia e Educação

Segundo Márcia Leite (2005, p.10), a tecnologia configura-se como um conjunto de conhecimentos que não só utiliza o método científico, mas também o modifica e cria processos materiais. O conceito foi se ampliando e reunindo um conjunto de idéias, meios e processos, além de equipamentos.

Para Evans e Nation (1993, apud BELLONI, 2003, p.54), a tecnologia é uma forma de conhecimento. “Coisas” tecnológicas não fazem sentido sem o “saber-como” (a experiência) utilizá-las, consertá-las, executá-las.

Para Belloni (2003, p.54), a educação é e sempre foi um sistema complexo que usa a mediação de algum tipo de meio de comunicação como complemento ou suporte a ação do docente em sua interação pessoal e direta com os alunos. A sala de aula pode ser considerada “tecnologia” igualmente o quadro negro, o giz, o livro e outros materiais são ferramentas “tecnológicas” pedagógicas que fazem a mediação entre os atores do processo de ensino-aprendizagem.

Para muitos teóricos, a “tecnologia na educação” dirige-se para o uso de equipamentos e mensagens nas atividades pedagógicas, enquanto a “tecnologia da educação” consiste na aplicação sistemática do saber científico à facilitação do sistema de ensino-aprendizagem (MARCIA LEITE, 2005, p.16).

Segundo Seels e Richeley (1994, apud REZENDE, 2001, p.11), a Tecnologia Educacional é a teoria e a prática de projetar, executar, aproveitar, administrar e avaliar os processos e recursos de aprendizagem.

A relação entre a tecnologia educacional e a prática pedagógica pode ser de colaboração, desde que a tecnologia seja subjugada aos objetivos pedagógicos (REZENDE, 2001, p.14).

Segundo Nipper (s.d., apud BELLONI, 2003, p.56-57), a Tecnologia na EaD possui três fases: (1ª fase) - o ensino por correspondência, no fim do século XIX; (2ª fase) - desenvolveu-se nos anos 60, inteirando ao uso do impresso os meios de comunicações audiovisuais (vídeo e áudio propagado via antena ou cassete) e em outras situações, computadores; e (3ª fase) - começa a surgir nos anos 90, com o desenvolvimento e proliferação das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC). Os meios principais são todos os anteriores mais os programas interativos informatizados, redes telemáticas (por ex., banco de dados, e-mail, fórum, sites) e CDROMs didáticos, de divulgação científica, de conhecimento geral, dentre outros.

Por fim, as NTIC não são apenas meros instrumentos que permitem a emissão/recepção deste ou daquele conteúdo do saber, porém, também colaboram firmemente para condicionar e estruturar a ecologia cognitiva e organizacional das sociedades (SILVA, 2002, p.29).

2.1.7 Meios de Comunicação em Educação

2.1.7.1 Material Impresso

Segundo Araújo e Castro (2004, p.12-13), foi no século XIX que surgiram as primeiras experiências com material impresso para EaD, tais como:

- 1840 – Isaac Pitman elabora um sistema de taquigrafia baseado em fichas e intercâmbio postal com os alunos.
- 1856 – em Berlim, a Sociedade de Línguas Modernas patrocina o ensino francês por correspondência;
- 1858 – A Universidade de Londres passa a dar certificados a alunos de ensino por correspondência;

Apesar da TIC de que se dispõe hoje, o material impresso continua sendo um importante meio em EaD e funciona ainda, como complemento de outras mídias, mesmo que o curso ofertado seja via Web, pois os alunos tendem a imprimir qualquer texto que ultrapasse 4 ou 5 páginas. Assim, o material impresso figura como principal via de estudo, tendo um lugar próprio quando se trata de EaD. Por outro lado, Araújo e Castro (2004, p.12) argumentam também, que a TIC vem colaborando para que se produzam materiais de alto padrão de qualidade, objetivando atrair o leitor e transformar a leitura numa atividade prazerosa.

O bom material impresso para a EaD, parte da premissa de que ele deve substituir a ausência do professor, a fim de permitir interação adequada do aluno com o saber. Para isso, o livro impresso precisa ter as seguintes características: adequado a diferentes contextos, preciso e atual, integrado aos demais materiais, flexível e aberto, coerente, eficaz na aprendizagem, eficiente em rentabilidade; transferível em relação ao que foi aprendido, aplicável e interativo (VERAS, 2003, apud ARAÚJO e CASTRO, 2004, p.14).

Misanchuk (1994) e Aretio (1997), ambos citados por Araújo e Castro (2004, p.17), apontam vantagens e limitações do material impresso:

a. Vantagens – compreensível e bem aceito, adaptável ao ritmo dos alunos, fácil de navegar, não requer equipamento e é transportável, não exige horário, meio que não influi na mensagem, baixo custo unitário, eficiente para grandes quantidades de conteúdo, e fácil de revisar e integrável a outros meios.

b. Limitações – nem tudo pode ser representado em material impresso, interatividade é mais difícil, não permite acesso global à informação, cor encarece custos, elaboração demorada e motivação mais difícil de alcançar.

O livro, enquanto objeto de produção e de compreensão, é insubstituível, simplesmente porque a leitura não tem substituição. O cinema mental falado por Calvino (1991, apud MARCIA LEITE, 2005, p.35), é uma das características do texto escrito que nenhum outro meio pode nos dar. Por isso, é inquestionável a sua propagação e existência, mesmo que sustentado por outros suportes, além do funcional, transportável, velho e difundido papel. Quando se fala do “livro”, não se refere apenas à sua forma em papel, mas ainda às possibilidades eletrônicas que começam a ser produzidas. Mesmo assim, considerando as possibilidades de acesso da maioria da população mundial a esses recursos que exigem uma sofisticada tecnologia, entende-se que o velho objeto-livro, que pode ser transportado para qualquer lugar e que dispensa energia para funcionar, ainda vai ser útil por muitas gerações.

Por fim, da mesma forma que a popularização do computador no final do século XX não excluiu o uso do papel, as novas tecnologias empregadas na EaD não eliminaram o uso de material impresso (ARAÚJO; CASTRO, 2004, p.16). Sendo assim, é possível dizer que a maioria das atividades de EaD, em nível universal, tem por base o material didático impresso.

2.1.7.2 Rádio

Foi no decorrer das duas guerras mundiais que o rádio começou a ganhar força e surgiu como meio de comunicação sistemático. Ele foi o primeiro meio de comunicação imediata, de forte apelo e penetração popular. Seu poder de falar com todos produziu um grande impacto na sociedade e logo foi absorvido politicamente. Este é o caso dos franquistas espanhóis, dos fascistas italianos e dos nazistas alemães, que realizaram emissões de rádio utilizando-o como meio de propaganda, de penetração ideológica e de difusão de idéias (MARCIA LEITE, 2005, p.37).

Segundo Márcia Leite (2005, p.37), o rádio pode ser considerado um meio de difusão de informação básica, econômico e que utiliza uma linguagem simples (informal) para transmitir noticiários, músicas e radionovelas. Com a concorrência da TV, ele vem diminuindo sua função de entretenimento e vem se transformando em um centro de informações, em que maciçamente são veiculadas notícias, informes sobre o tráfego, sobre o tempo e sobre tudo aquilo que exigir rapidez de transmissão e baixo custo de produção.

Para Márcia Leite (2005, p.37), a principal desvantagem da utilização do rádio em projetos educativos é que o ouvinte não tem condições de mudar a ordem das informações, nem estabelecer prioridades, diferentemente do uso que faz do material impresso ou eletrônico, quando pode selecionar a ordem do que lê. Também, argumenta que a mensagem do rádio é unidirecional, as possibilidades de participação dos ouvintes são mínimas, apenas com eventuais interferências associadas a outros meios, como telefone, carta, fax e, raramente, ao vivo, nos estúdios de gravação.

Quanto à vantagem, o emissor radiofônico cria uma relação informal com o ouvinte, usando um amável “você”, transmitindo uma pseudointimidade. Esse anonimato do ouvinte, aliado ao caráter unidirecional, unissensorial da comunicação radiofônica, favorece a imaginação de quem recebe a mensagem. O ouvinte não conhece, não vê nem pode responder ao interlocutor, porém, acrescenta ao conteúdo do que ouve suas emoções, identificando-se afetivamente e estabelecendo uma sensação de intimidade, o que dá muita força ao meio e garante sua existência e ampla possibilidade de veicular projetos de educação formal e informal.

Com os avanços das TI, sua operacionalização exige cada vez menos especialização, o que vem possibilitando a diferentes instituições e grupos sociais a criação de rádios comunitárias, expandindo o acesso e permitindo ao usuário desenvolver uma postura crítica para a percepção do meio. A análise das características de transmissão, produção e recepção, da forma como se pode construir e transmitir e receber a informação permitirá desenvolver ferramentas conceituais para uma escuta reflexiva.

O desenvolvimento das minifitas cassete e dos MDs e gravadores de CD e do rádio acessível no correio eletrônico, que permitem a gravação de programas e sua adequação por parte do ouvinte, trouxe outras formas de utilização do áudio (rádio) na educação. Com o gravador de audiocassete, a pessoa pode usar o material em função de seus interesses, aumentando sua utilização em projetos de tutoria e podendo voltar o texto, para ouvi-lo novamente, ou antecipar trechos já conhecidos.

Por fim, ao estimular a construção individual do saber, por intermédio de roteiros/guias de estudo, as propostas dos programas das rádios educativas ou dos projetos de EaD podem ser desmistificadoras e desmassificadoras, ofertando ao ouvinte elementos para interpretar e posicionar-se criticamente diante da realidade.

2.1.7.3 Material Audiovisual

Segundo Rezende (2001, p.39), a linguagem audiovisual é o resultado da ligação de vários elementos visuais e sonoros, como as imagens, as músicas, o texto verbal, os efeitos sonoros.

Para Pretto (1996, apud MARCIA LEITE, 2005, p.36), mesmo com a verificação de que as tecnologias não estão disponíveis para todos, a linguagem audiovisual é marca registrada da cultura contemporânea. Entretanto, mesmo com essas desigualdades regionais, o mundo das comunicações avança de modo individual neste final de milênio, e o que diferencia este momento histórico é que, agora, ele avança por meio de parcerias, ou seja, fazem alianças as indústrias eletrônicas, de equipamentos, cabos, computadores, a publicidade, as emissoras, os estúdios cinematográficos, produtores e artistas.

Parra (1970, apud SANT’ANNA e SANT’ANNA, 2004, p.28) comenta que a seleção dos recursos audiovisuais deverá acontecer baseada em alguma classificação, uma vez que a mesma estabelece critérios que possibilitarão uma melhor e mais eficiente operacionalização. Nesse contexto, a classificação brasileira de recursos audiovisuais será apresentada no Quadro 3 (**Anexo C**) desta pesquisa.

a. Vídeo

O vídeo pode aproximar o conteúdo didático do cotidiano dos alunos se, para sua escolha, forem considerados seus interesses e necessidades. Ele pode atrair os alunos quando fruir uma narrativa significativa para eles, apesar de não modificar por si só a relação pedagógica. Seus diálogos, geralmente, expressam a fala coloquial, enquanto o narrador faz a síntese dentro da norma culta, orientando a significação do conjunto. As músicas e os efeitos sonoros trazem lembranças e geram expectativas, antecipando reações e informações. Ele faz a associação da intuição com a lógica, da emoção com a razão. Ele é sensorial, visual, usa a linguagem falada, a musical e a escrita. Ele nos seduz, informa, entretém, projetando-nos em outras realidades, em outros tempos e espaços (MORÁN, 1995, p. 28-29).

As mensagens audiovisuais requerem pouco esforço e envolvimento do receptor. Suas narrativas utilizam uma linguagem concreta, plástica, de cenas curtas, com ritmo acelerado; ampliam os pontos de vista, os cenários, os personagens e os sons, mexem constantemente com a fantasia e delegam à afetividade o papel de mediação entre o homem e o mundo. São essas as características que carimbam substancialmente a diferença entre o audiovisual e a linguagem escrita, que desenvolve mais o rigor, a organização e a análise lógica (MARCIA LEITE, 2005, p.41-42). Sendo assim, nem sempre, o professor/tutor se dá conta dessas diferenças e oportunidades e acaba mantendo alguns vícios pedagógicos. Nesse contexto, os equívocos que contribuem para o uso inadequado da linguagem audiovisual são:

- vídeo lição – o vídeo substitui a aula expositiva do professor;
- vídeo “enrolação” – o professor passa um vídeo que não está em conformidade com o assunto tratado;
- vídeo “tapa-buraco” – existência de problema inesperado, como a ausência do professor, a impossibilidade de se utilizar um espaço ou recurso previsto, etc;
- vídeo deslumbramento – o professor/tutor utiliza vídeos com frequência, como se estivesse “deslumbrado” com o recurso; e
- vídeo prova – o professor/tutor se utiliza da interpretação do vídeo para avaliar as aprendizagens do aluno, por meio de notas ou de conceitos.

Dessa forma, para assegurar o uso adequado da linguagem audiovisual como recurso didático, é preciso considerar alguns critérios, tais como: o vídeo não substitui o professor/tutor, não se deve anular a experiência direta dos alunos, exige uma mudança nas estruturas metodológicas convencionais e sua eficácia depende de como é usado do que apenas de suas qualidades técnicas e de seu conteúdo.

Por fim, é essencial provocar atividades de produção de vídeos, registrando situações vividas pelos próprios alunos, pesquisas, experiências ou simulando sua própria rotina de trabalho. Assim, eles podem interferir nos próprios vídeos, alterando trechos de suas narrativas, deslocando textos e imagens ou inserindo um novo elemento. Com essa prática, os alunos estão conhecendo melhor os conteúdos específicos de sua disciplina, identificando e documentando suas aprendizagens e aperfeiçoando seu conhecimento sobre o meio e suas possibilidades de produção. Os professores/tutores e alunos devem ter acesso aos elementos constitutivos da linguagem audiovisual para multiplicar o olhar crítico sobre o mundo e porque ela representará, cada vez mais, um instrumento fundamental de inserção dos indivíduos na sociedade midiática contemporânea.

b. Televisão

Entre as mídias, a televisão é a mais influente, multifacetada e até onipresente. A maior parte da população do país não tem acesso regular a outras fontes de informação, além do rádio e da TV (MARCIA LEITE, 2005, p.43).

Existe uma enorme variedade de programas televisivos que podem ser usados com finalidades educativas. Pode-se até considerar que todo programa audiovisual é passível de ser tratado pedagogicamente, certamente, de modo crítico. Também, pode-se afirmar que a educação constitui, atualmente, um imenso mercado consumidor de recursos audiovisuais, mesmo não tirando deles todo o proveito. Um dos aspectos essenciais da incorporação dos recursos audiovisuais à educação é a exigência de uma maior sincronismo entre a área de produção dos programas e a escola.

Devido à quantidade de programas de diferentes formatos, é necessário criar um olhar crítico capaz de escolher os programas apropriados que garantam a aprendizagem do aluno. Nesse contexto, sugere-se algumas dinâmicas de trabalho que utilizam programas televisivos como textos didáticos:

- ler em conjunto – o professor/tutor apresenta partes dos programas e comentários com os alunos;
- ler com funções – os alunos recebem missões específicas para fazer durante a projeção: anotar a cena mais importante, a caracterização dos personagens, músicas e efeitos, as palavras-chave, as imagens mais significativas etc.;
- ler de forma concentrada – após a apresentação, selecionam-se algumas cenas expressivas que são revistas a partir de alguns questionamentos;
 - analisar a linguagem – discutem-se a linguagem e conteúdo do programa;
 - completar o vídeo – apresenta-se alguns trechos do vídeo para que os alunos desenvolvam, em grupos, possibilidades de continuação;
 - recortar o programa – promove-se várias formas de interpretar a mensagem do programa.

Por fim, com os avanços das TICs, especialmente a sua digitalização e a transmissão por cabo, a televisão paulatinamente perde o seu formato original, e a TV fracionada, com uma grade variada, transmitindo variados tipos de programas, vai cedendo espaço para os canais fragmentados, que se destinam a um público específico, em função da peculiaridade de sua programação. Hoje, a TV on-line possibilita uma interação imediata entre telespectadores e autores de programa. Amplia-se rapidamente a quantidade de oferta de canais que passam a veicular modalidade única de programas: canais só de filmes, jornalísticos, para crianças, educativos, etc. O futuro aponta que o telespectador poderá construir sua própria programação, mesmo sabendo que grande parte da população está distante dessa mudança, ela indica que está longe de descobrir os limites e as possibilidades do uso da linguagem audiovisual e de seus suportes na educação, especialmente em EaD.

2.1.7.4 Material Informatizado

a. Redes de Comunicação

Segundo Márcia Leite (2005, p.49), a telemática trata da manipulação e utilização da informação, por intermédio da combinação do computador e meios de comunicação (modem, redes e internet). Dessa forma, as redes geradas pela informatização dos meios de comunicação, viabilizaram a interatividade para a tutoria e a aprendizagem dos alunos.

Para Frutos (1998, apud REZENDE, 2001,p.59), as principais ferramentas da Internet são: a transferência de arquivos (ftp), o correio eletrônico (*e-mail*), as listas de discussão (fóruns), os bate-papos (*chats*) e as videoconferências.

Embora o uso da Internet na Educação encare problemas de objeção à integração curricular e à falta de credibilidade em seus resultados por parte dos professores, é possível que os docentes venham a incorporar a Internet mais do que incorporam os *softwares* educativos, pela maior comodidade de acesso. Entretanto, há mais necessidade de que os materiais sejam avaliados e escolhidos pelos professores, uma vez que não há controle de qualidade do que é disponibilizado pela Internet (REZENDE, 2001, p.64). Por outro lado, a cada dia que passa, a Internet está mais presente nas práticas pedagógicas e já é parte integrante de muitos projetos de EaD. Sua utilização em EaD apresenta alguns pontos vantajosos se comparados aos outros meios tecnológicos: a agilidade na troca de correspondência, a amplidão de consultas em bibliotecas virtuais e as possibilidades de interatividade entre os atores envolvidos em um mesmo curso. *Chats* e fóruns de discussão são ambientes da Internet que permitem conversas ao vivo e debates a partir de determinados temas ou conteúdos. Sendo assim, não é possível pensar em EaD sem usar essas estratégias valiosas para o diálogo necessário ao processo ensino-aprendizagem (MARCIA LEITE, 2005, p.50).

b. Hipertexto

Márcia Leite (2005, p. 51) define o hipertexto como um texto que se liga com um ou mais textos, documentos, banco de dados, imagens, áudios ou informações complementares que se interagem por intermédio de ícones ou palavras-chave. Pode ser veiculado através do sistema de rede Internet, Intranet ou CD-ROM, permitindo ao leitor criar seu próprio texto, de forma linear ou não, em função de seu interesse. As maiores utilizações são: em editoração eletrônica, em obras de referências, documentação técnica, catálogos, banco de dados, manuais de treinamento e cursos a distância.

Uma das importantes vantagens do hipertexto, em projetos de EaD, é possibilitar que cada aluno crie a ordem das informações que recebe, permitindo um modo particular de navegar no curso, bem como abordar os assuntos de ensino do seu modo. Outra vantagem é seu formato, mais ajustado à tela do computador, por exemplo, o texto “do papel” é um texto lido de modo linear, uniforme, e quando é lido na “tela” do computador fica desconfortável e desinteressante. O hipertexto possibilita a utilização de diferentes recursos, como cor, desenho, imagens, sons e movimento, para animar essa leitura. Seu conteúdo é organizado em partes, que se ligam por meio de algumas palavras especiais ou ícones. Possibilita ainda, reunir em um só documento muitos textos, de abordagens e aperfeiçoamento variados, em um só instrumento.

Por fim, é comum encontrar hipertextos mal elaborados ou inadequados para o que se propõem. Muitos possuem muito texto escrito e pouquíssimos recursos; outros, ao contrário, possuem tantos recursos que confundem o conteúdo que se quer transmitir. Muitas vezes, também, não se tem clareza quanto à necessidade de objetividade dos textos dos hipertextos, o que pode provocar o empobrecimento do seu conteúdo, ocasionando uma certa resistência dos professores/tutores a utilizá-los.

c. Multimídia (em geral)

Segundo Márcia Leite (2005, p.52), um sistema multimídia é capaz de exibir informação textual, sonora e audiovisual de modo coordenado, por intermédio de textos com som, vozes, gráficos, fotos, imagens animadas, que, na EaD, podem incluir *link* com redes externas. Os textos “multimidiáticos” podem estar em variados suportes, tais como: *softwares*, videodiscos, computadores conectados a reproduzíveis de disco laser ou de fitas de vídeo.

Para Pretto (1996, apud MARCIA LEITE, 2005, p.24), multimídia é a reunião de possibilidades de produção e utilização integrada dos meios da expressão e da comunicação, como desenhos, esquemas, fotografias, filmes, animação, textos, gráficos, sons, animados e coordenados por programas de computador, utilizando todos os recursos disponíveis para a gravação e reprodução desses componentes.

Recentes pesquisas na área da tecnologia educacional apontam que, num futuro próximo, o termo “multimídia” irá sumir, pois será confundido com a própria tecnologia educacional. Pode-se afirmar que a multimídia transpõem a condição de recursos tecnológicos. Trata-se de uma verdadeira revolução conceitual na didática e nas metodologias. A integração, componente indispensável dos sistemas “multimidiáticos”, garante uma comunicação bidirecional no processo ensino-aprendizagem, possibilitando uma relação multidimensional, em que tanto o emissor como o receptor produzem uma rede de representações que, ao mesmo tempo que sustenta e subverte os vínculos sociais, estabelece outras formas de comunicação e de aprendizagem (MARCIA LEITE, 2005, p.52).

2.1.8 Abordagem construtivista na EaD

Segundo Boyle (1997, apud REZENDE, 2001, p.22), o construtivismo tem sido a abordagem teórica mais usada para guiar o desenvolvimento de materiais didáticos informatizados, fundamentalmente o de ambientes multimídia de aprendizagem.

O fato de a abordagem construtivista ter hoje predominância não denota uma tendência única refletida nos materiais didáticos, mesmo porque a idéia de construção do saber está presente na obra de vários autores, como Piaget, Vygostsky, Wallon, Paulo Freire, Freud, dentre outros (GROSSI e BARDIN, 1993, apud REZENDE, 2001, p.22).

Assumir esses pressupostos significa modificar alguns pontos centrais do processo ensino-aprendizagem em relação à visão tradicional, conforme Quadro 4 a seguir:

Quadro 4: Abordagens tradicional e construtivista da aprendizagem

ABORDAGEM	
Tradicional	Construtivista
Focado no professor e no conteúdo	Foco no aluno e na construção individual de significados
O pensamento do aluno funciona como uma “tabula rasa”	A aprendizagem é uma criação do aluno sobre conhecimentos prévios
O aluno é receptor passivo do saber	Ênfase no controle do discente sobre sua aprendizagem
Memorização do conhecimento	Habilidades e conhecimento são desenvolvidos no contexto onde serão usados

Fonte: Rezende, 2001, p. 33.

Por fim, é fundamental compreender que a utilização da tecnologia na educação deve ser conduzida pelas necessidades de alunos e professores e essencialmente baseada em abordagens teóricas sobre a natureza do conhecimento e do processo ensino-aprendizagem, bem como mostrar como é viável e recomendável combinar uma concepção do saber e aprendizagem a um projeto de inovação tecnológica.

2.1.9 Tutor na EaD

Segundo Moliner (1997, apud LITWIN, 2001, p.95), tutor é guia, protetor ou defensor do cursista em qualquer aspecto, enquanto o professor é o profissional que ensina qualquer assunto, geralmente a respeito de quem recebe educação.

Para Bastos, Macedo e Souza (2005, p.8), o tutor é o mediador entre o professor coordenador da disciplina, o material didático e o cursista.

Já Moulin, Pereira e Trarbach (2004, p.29) argumentam que o professor presencial e tutor a distância possuem funções diferentes, mesmo sabendo que a base da formação inicial seja a mesma, pois lidar com o discente a distância exige qualidades e habilidades peculiares a serem desenvolvidas na teoria e na prática.

Ribeiro e Neves (2005, p.57) comentam que a tutoria demanda que o professor elabore ações que, embora tenham o mesmo objetivo da educação presencial (EP), ou seja, de facilitar a aprendizagem do discente, requerem uma atuação diferente daquela em sala de aula.

Para sistematizar o papel do tutor, Fainholo (1997, apud RIBEIRO e NEVES, 2005, p.60) destaca as seguintes funções: motivar, gerar confiança e estimular a auto-estima do cursista; auxiliar a superar as dificuldades; fomentar a comunicação bidirecional; assessorar o uso de variadas fontes bibliográficas e de conteúdo, estratégias de trabalho intelectual e prático e interação mediatizada com tecnologia; e supervisionar e corrigir trabalhos, posicionando os cursistas as melhorias quando necessárias.

Já Belloni (2003, p.83) apresenta o desdobramento da função docente, que no ensino presencial é garantida por uma pessoa, conforme a seguir: professor formador, conceptor e realizador de cursos e matérias, professor pesquisador, professor tutor e tecnólogo educacional, professor recurso e monitor. Essas funções são reunidas em três grupos assim definidos:

- 1º grupo – responsável pela concepção e efetivação dos cursos e dos materiais;
- 2º grupo – garante o planejamento e organização da distribuição de materiais e da administração acadêmica (matrícula e avaliação); e
- 3º grupo – responsabiliza-se pelo acompanhamento do aluno no decurso do processo de aprendizagem (tutoria, aconselhamento e avaliação).

Moulin, Pereira e Trarbach (2004, p.29) argumentam que as funções da tutoria não se processam separadamente e sim de forma interligada e integrada. Entretanto, para fins de sistematização sugerem três funções para apoiar e assegurar a efetivação da aprendizagem:

- De mentor - visa a formação do conhecimento, que compreende a formação de valores, hábitos e atitudes.
- De orientador da aprendizagem - focada para a formação do saber e do saber-fazer (habilidades e capacidades especiais).
- De avaliação – fundamental para assegurar a qualidade e o sucesso da aprendizagem. Desdobra-se em duas: acompanhamento e avaliação.

Por fim, Shulman (1995, apud LITWIN, 2001, p.103) sustenta que o saber essencial de um tutor deveria inserir pelo menos: conhecimento pedagógico geral e acerca do conteúdo, curricular, dos contextos educacionais e das finalidades, dos propósitos e dos valores educativos e de suas raízes históricas e filosóficas.

2.1.10 Estatística da EaD no Brasil

São expostos nos Anexos (abaixo listados) deste trabalho, dados sobre a EaD e em todas as suas instâncias de aplicabilidade do ensino oficialmente credenciado por conselhos de educação, objetivando apurar quantos praticam, quem pratica, como se pratica e o que se oferta em EaD no Brasil. As fontes colaboradoras são: o Instituto Nacional de Estudos (INEP), Ministério da Educação (MEC), os conselhos estaduais e municipais de educação, além dos censos educacionais e demais bases de informações de instituições idôneas. As informações oficiais até o início de 2005, passadas a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), seguirão a seguinte seqüência por meio de Tabelas:

- **Anexo D:** Tabela 1 – mostra que seis instituições credenciadas possuem mais de um milhão de alunos matriculados, na modalidade de ensino a distância.
- **Anexo E:** Tabela 2 – observa-se que os cursos: de graduação e pós-graduação a distância, no Brasil, vem aumentando significativamente no país nos últimos anos.
- **Anexo F:** Tabela 3 – percebe-se que 48% dos estudantes estão concentrados nos cursos a distância para a educação de jovens e adultos, técnico, fundamental e médio.
- **Anexo G:** Tabela 4 – exhibe que a região sudeste possui o maior número de alunos em EaD (53%) e que o estado de São Paulo representa 26%.
- **Anexo H:** Tabela 5 – aponta a Fundação Demócrito da Rocha/CE como instituição líder nesse sistema de ensino aprendizagem a distância.
- **Anexo I:** Tabela 6 – revela o e-mail como recurso mais usado pelos alunos nas instituições de EaD, na ordem a seguir: pública, privadas, sem fins lucrativos e fundação
- **Anexo J:** Tabela 7 – percebe-se que as instituições federais têm uma oferta maior do que as de nível estadual no que se refere ao uso de mídias mais recentes (e-mail e CD ROM).
- **Anexo K:** Tabela 8 – observa-se que o investimento em educação na empresa tem um custo considerável.
- **Anexo L:** Tabela 9 – mostra que o principal motivo para implantação de e-learning nas empresas é a redução de custos.
- **Anexo M:** Tabela 10 – revela que é possível economizar até 66% em cursos a distância; conclusão de estudo de caso na Formação das Industrias do Estado de MG.
- **Anexo N:** Gráfico 1 – exhibe que no período de 1999 a 2004, foram desenvolvidos 1337 títulos sobre EaD.
- **Anexo O:** Gráfico 2 – reflete uma aproximação entre duas áreas que não se excluem, uma vez que 33% dos temas estão concentrados em pedagogias e tecnologias.

Os dados acima comentados (nos anexos) ajudam a reforçar que a EaD é uma ferramenta de grande potencial e estratégica, que o número de alunos matriculados nessa modalidade de ensino e instituições credenciadas para atuarem nesse método de aprendizagem cresce a cada dia que passa e que configura-se como meio complementar a educação presencial. Desta forma, percebe-se que a EaD é uma ferramenta real e irreversível.

2.2 Bases Legais da EaD

A proposta desse trabalho não é fazer uma análise crítica da constituição, dos decretos, das deliberações, das leis, das portarias e das resoluções que regulam o sistema de ensino em nosso país. Desta forma serão apresentados somente trechos da legislação federal e estadual, em vigor; exceto o Decreto nº 5.622 que normatiza o sistema de ensino a distância no Brasil será exposto em sua totalidade.

2.2.1 Legislação Federal

a. Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), de 05/10/1988

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Fonte: ABRAEAD, 2005, p.99.

b. Lei 9.394, de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

Art. 9º. Cabe a União: organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios; coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação; assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino; baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação; e elaborar o Plano Nacional de Educação, prestar assistência técnica e financeira para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, estabelecer competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

Art. 10º. Cabe aos Estados: organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental; elaborar e executar políticas educacionais, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios; e autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

Art. 11º. Cabe aos Municípios: organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas educacionais da União e dos Estados; exercer ação redistributiva em relação às suas escolas; autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; e oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas.

Art. 80º. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, LDB, 1996).

Fonte: ABRAEAD, 2005, p.99.

c. Decreto 2.494, de 10/02/1998 (MEC, 1998) define o que é o EaD:

Art 1º Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a medição de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

E de acordo com o Art. 2º do Decreto nº 2494/98 (MEC, 1998) os cursos a distância:

...que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim.

§1º Os curso de mestrado e de doutorado a distância será objeto de regulamentação específica.

O Art. 4º do Decreto nº 2494/98 (MEC, 1998) os cursos a distância:

... poderão aceitar transferência e aproveitar créditos obtidos pelos alunos em cursos presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas em cursos a distância poderão ser aceitas em cursos presenciais.

Fonte: ABRAEAD, 2005, p.101.

d. Decreto 2.561, de 27.04.1998 (MEC, 1998):

Altera a redação do arts. 11 e 12 do decreto nº 2.494/ 98, nas seguintes condições:

Art. 11 - Fica delegada competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, em conformidade ao estabelecido nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para promover os atos de credenciamento de que trata o §1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das instituições vinculadas ao sistema federal de ensino e das instituições de educação profissional em nível tecnológico e de ensino e de ensino superior dos demais sistemas.

Art. 12. Fica delegada competência às autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino de que trata o art. 8º da Lei nº 9.394, de 1996, para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições, para oferta de cursos a distância à educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico.

Fonte: ABRAEAD, 2005, p.103.

e. Portaria Ministerial nº 301 (BRASIL, 1988), de 07/04/1998

Regulamenta o credenciamento e a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.

Fonte: ABRAEAD, 2005, p.103.

f. Resolução CNE/CES nº 1 (BRASIL, 2001), de 03/04/2001

Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo programas de mestrado e doutorado.

Fonte: ABRAEAD, 2005, p.105.

g. Portaria Ministerial nº 4059 (BRASIL, 2004), de 10/12/2004

Revoga a Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001, que tratava do seguinte tema:

Art. 1º - As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei nº 9.394/1996 e no disposto nesta Portaria.

Fonte: ABRAEAD, 2005, p.108.

h. Decreto nº 5.622 (BRASIL, 2005), de 19 de dezembro de 2005.

Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

A aprovação desse Decreto pelo Congresso Nacional veio fortalecer a sustentação da EaD. Sendo assim, pela sua importância, o referido Decreto encontra-se completo no (**Anexo P**), deste trabalho. Fonte: MEC, 2005.

2.2.2 Legislação nos Estados

Como já mencionado anteriormente o trabalho não tem a pretensão de analisar criticamente a legislação, mas a intenção de apresentar algumas deliberações, leis e resoluções estaduais que estabelecem normas para credenciamento de instituições, autorização e avaliação de cursos ministrados na forma de EaD, voltados à Educação Básica, nas modalidades de EJA, nos níveis Fundamental e Médio, Educação Profissional e de Normal Médio, e programas de Educação Superior, nos Sistemas Estaduais de Ensino, compatibilizando-os com os demais sistemas da Federação, conforme a seguir:

- Resolução nº 360 (BRASIL, 2000), 07 de junho de 2000 – (Ceará).
Fonte: ABRAEAD, 2005, p.109.
- Resolução nº 1 (BRASIL, 2003), 26 de agosto de 2003 – (Distrito Federal).
Fonte: ABRAEAD, 2005, p.113.
- Resolução nº 198 (BRASIL, 2000), 02 de outubro de 2000 – (Cuiabá/Mato Grosso). Fonte: ABRAEAD, 2005, p.119.
- Lei nº 2.787 (BRASIL, 2003), 24 de dezembro de 2003 – (Mato Grosso do Sul).
Fonte: ABRAEAD, 2005, p.123.
- Resolução nº 820 (BRASIL, 1999), 12 de dezembro de 1999 – (Pará).
Fonte: ABRAEAD, 2005, p.124.
- Deliberação nº 05 (BRASIL, 2003), 24 de setembro de 2003 – (Paraná).
Fonte: ABRAEAD, 2005, p.126.
- Resolução nº 004 (BRASIL, 2000), 22 de março de 2000 – (Piauí).
Fonte: ABRAEAD, 2005, p.141.
- Deliberação nº 275 (BRASIL, 2002), 18 de março de 2002 – (Rio de Janeiro).
Fonte: ABRAEAD, 2005, p.143.
- Resolução nº 262 (BRASIL, 2001), 03 de outubro de 2001 – (Rio Grande do Sul). Fonte: ABRAEAD, 2005, p.154.
- Resolução nº 77 (BRASIL, 2004), 14 de dezembro de 2004 – (Santa Catarina).
Fonte: ABRAEAD, 2005, p.156.
- Deliberação nº 14 (BRASIL, 2001), 06 de junho de 2001 – (São Paulo).
Fonte: ABRAEAD, 2005, p.161.
- Lei nº 1.360, 31 de dezembro de 2002 – (Tocantins).
Fonte: ABRAEAD, 2005, p.167.

Acredito que as legislações apresentadas, tanto na esfera federal como estadual ajudam a fortalecer o processo de consolidação dessa ferramenta. Nesse contexto, evidencia-se que o governo possui um papel fundamental no avanço da EaD, pois espera-se dele apoio, incentivo as parcerias e investimento.

2.3 Democratizar a Educação

2.3.1 Histórico da Educação Brasileira

Marcílio (2005), em entrevista à Revista Nova Escola (2005) argumenta que:

- a educação no país começou com os jesuítas, cujo ensino era razoável, mas para poucos e quando a missão religiosa foi expulsa, em 1749, foi criado o ensino das primeiras letras: as crianças aprendiam a ler, a escrever e a contar e um pouco de doutrina cristã e o professor dava a aula na própria casa;

- o sistema de ensino da educação brasileira comparada a de outros países é atrasado, porque tivemos a escravidão. Em razão disso, porque a elite da época iria investir em ensino, se a economia era agrária e tinha a mão-de-obra gratuita que não exigia qualificação;

- em 1872, a elite passou a questionar como se poderia construir um país civilizado e próspero com a população analfabeta. Sendo assim, duas décadas depois, o Estado de São Paulo modernizou a educação criando um sistema-modelo para todo o Brasil. Tal mudança tinha como base o modelo francês que reunia várias classes, ou seja, do primário à escola normal;

- os imigrantes europeus, também, contribuíram para o desenvolvimento da escola brasileira. Eles davam importância à educação e pressionavam as autoridades a aumentar o número de escolas, pois queriam que os filhos tivessem uma formação melhor. Surgiram escolas italianas, alemãs e espanholas. Em 1920, quando uma onda nacionalista tomou conta da intelectualidade, os educadores conseguiram que as aulas fossem dadas em português, com professores brasileiros e os idiomas fossem ensinados como língua estrangeira. Surgiu, ainda, a Escola Caetano de Campos, com curso normal, escola secundária e primário masculino e feminino, dentro da própria escola normal, para os futuros professores também aprenderem na prática;

- retrocesso - as reformas universitárias de 1968 e de 1971, acabaram com as escolas normais, que bem ou mal formavam o profissional da educação. Foi substituída por um arremedo de formação chamada “habilitação em magistério”, que não forma o professor;

- uma das heranças negativas da história da educação brasileira é o descaso dos governos. Outro problema que persiste até hoje, é a cultura de benesses: como o governo nunca conseguiu pagar bem os docentes, foram criadas vantagens como licenças, faltas abonadas ou justificadas, comissionamentos e outros privilégios. Tudo isso só serviu para estimular a falta do professor ao trabalho, o que trouxe sérios prejuízos aos alunos;

- o grande progresso foi a inserção promovida nos anos 90, pois o governo brasileiro começou a participar da agenda internacional, assinando documentos em que se empenharia a diminuir o analfabetismo e a educar jovens e adultos. Também, a priorização do Ensino Fundamental, promoveu inclusão social de quase todas as crianças na escola, bem como as regiões Norte e Nordeste, teve um programa especial para a formação de professores, visando expirar com os professores leigos.

Por fim, como a sua pesquisa pode contribuir para o futuro da educação? Marcílio (2005, p.22) comenta que:

Não se compreende o presente quando não se conhece o passado. A grande utilidade da pesquisa é dar uma visão do processo de desenvolvimento da escola no Brasil. Com base nos dados, é possível perceber que os problemas não são pontuais, mas resultado de um processo que teve progressos e retrocessos. Espero que os governantes, ao conhecer esse processo, possam evitar e investir no sucesso do ensino no Brasil.

2.3.2 Política Educacional do Brasil

Segundo Freitag (1999, apud BONAMINO, 2005, p.32), a educação até os anos 30, não tinha grande importância para maioria da população. A economia focada na monocultura e no trabalho escravo requeria um mínimo de qualificação e de diversificação da força de trabalho, e a estrutura social, pouco diferenciada, praticamente não necessitava da educação para manter-se.

A educação brasileira até os anos 30, nasce da discriminação social e do dualismo escolar, pois o ingresso à escola secundária era apenas para as elites, cujo propósito era se preparar para o ensino superior. A partir desse período, com crescimento socioeconômico e industrial do país há uma procura maior pela mão-de-obra qualificada, porém com pouco envolvimento do sistema educacional, uma vez que a formação do pessoal era feita nas Escolas Industriais (BONAMINO, 2005, p.33).

O **Quadro 5** do **Anexo Q**, a política educacional brasileira após os anos 30, busca facilitar a sistematização desse percurso.

Hoje, o Ministério da Educação (MEC) para assegurar o ensino a todos e em todos os níveis, com qualidade e democracia, oferta aproximadamente 250 programas de educação e formação. Ou seja, programas que vão da alfabetização de jovens e adultos até os de pós-graduação, além daqueles que destinam verbas as escolas públicas para garantir aos alunos o material didático, a merenda e o transporte escolar, estrutura-se organizacionalmente da seguinte forma:

- Secretaria de Educação Básica (SEB) - existe para apoiar estados e municípios no desenvolvimento de programas, repasse de recursos e elaboração de diretrizes técnicas;
- Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (SETEC) - desenvolve ações e projetos destinados a ampliar a qualificação e a escolaridade de jovens e adultos, a fim de elevar a capacidade de inclusão no mercado de trabalho;
- Secretaria de Educação Superior (SESu) - é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão da política nacional de Sistema Federal de Ensino Superior;
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - incumbida de subsidiar o MEC na formulação de políticas para área de pós-graduação, bem como avaliar programas e propostas de cursos desse nível no país;
- Secretaria Especial de Educação a Distância (SEED) - formula e implementa, em todos os níveis, modalidades de ensino a distância, políticas de universalização e de democratização da educação e do saber, por meio da infoinclusão e de programas de formação inicial e continuada a distância;
- Secretaria de Educação Especial (SEESP) - a missão dessa secretaria é garantir com necessidades especiais condições de acesso e permanência na escola;
- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) - cooperar com a diminuição das disparidades educacionais por intermédio da participação de todos os cidadãos, especialmente de jovens e adultos;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - trabalhar em conjunto com as Secretarias para oferecer ações de apoio à expansão e melhoria da educação;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - tem como função promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro, para auxiliar a formulação e implementação de políticas públicas referenciadas em padrões de qualidade; e

- Assessoria de Comunicação Social (ACS) – responsável pela divulgação de informações, realizações eventos, desenvolve projetos e coordena a produção de meios de comunicação impressos, radiofônicos, audiovisuais e eletrônicos, objetivando firmar a ligação entre o MEC e a sociedade.

A SEED representa a clara intenção do atual governo de investir na EaD e nas novas tecnologias como uma das estratégias para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação brasileira. Dessa forma, a SEED contribui desenvolvendo vários programas e projetos.

Os governos dos maiores estados do país já possuem projetos com perfis diversos, que têm produzido estudos e análises que enriquecem o debate sobre as experiências de educação pública e de massa a distância. Nesse contexto, o Estado de São Paulo tem como opção a Tecnologia de Informação (TI) para mediar seus projetos de formação de alunos e docentes por meio da EaD, o Rio de Janeiro optou pela inclusão de comunidades distantes dos grandes centros na formação superior por intermédio de um consórcio de universidades e Minas Gerais no combate às defasagens, isto é, atende professores sem formação universitárias (SANCHEZ, 2005, p.86 a 88). Para melhor percepção do alcance das ações acima comentadas são apresentados nos Anexos R, S e T, deste trabalho, as seguintes Tabelas:

- **Anexo R:** Tabela 11 – O projeto “Ensino Médio em Rede” destaca-se com um dos principais projetos, por ter formado 46% dos beneficiados, em 2004 e o “Programa Unificado de Língua Inglesa” 93% dos beneficiados, em 2005.

- **Anexo S:** Tabela 12 – Apresenta o crescimento, de 868%, do número de alunos em curso de graduação a distância promovido pelo CEDERJ.

- **Anexo T:** Tabela 13 – Mostra que os maiores benefícios do projeto Veredas, na percepção dos professores que o fizeram, foram: valorizar o magistério das séries iniciais do ensino e a melhorar a qualidade de ensino na escola pública.

Por fim, o Quadro 6 apresenta três exemplos de sucesso da SEED, que são: a TV Escola, o Proformação e o Proinfo.

Quadro 6 – Programa da SEED com alunos por meio da EaD.

Nome	O que é	Beneficiados
TV Escola	Canal de TV voltado para educação que oferece uma programação para alunos, professores e gestores das escolas de educação básica.	Cerca de 40 mil escolas participantes do programa
Proformação	Oferece, em parceria com os estados e municípios, formação para professores sem curso de magistério que lecionam nas séries iniciais do ensino fundamental, educação de jovens e adultos ou classes de alfabetização das redes públicas.	30 mil professores formados desde 1999
Proinfo	Promover o uso das tecnologias da informação como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio	Foram instalados quase 47 mil computadores em 4.640 escolas públicas e capacitados mais de 2 mil multiplicadores, quase 140 mil professores, cerca de 10 mil técnicos de suporte e 9.000 dirigentes escolares

Fonte: MEC/SEED, 2005, p.85.

2.3.3 Inclusão Digital e Exclusão Digital

Segundo os argumentos de Cruz (2004, p.9), a inclusão digital e o combate à exclusão social e econômica estão intimamente ligados, em uma sociedade onde cada vez mais o conhecimento é considerado riqueza e poder. A inclusão digital significa aplicar as tecnologias a processos que contribuam para o fortalecimento de suas atividades econômicas, de sua capacidade de organização, do nível educacional e da auto-estima de seus integrantes, de sua comunicação com outros grupos, de suas entidades e serviços locais e de sua qualidade de vida e a exclusão digital é uma das muitas formas de manifestação de exclusão social.

Nesse contexto, o acesso às TICs, também chamado inclusão digital, está diretamente relacionado, no mundo atual, aos direitos básicos à informação e à liberdade de opinião e expressão, objetivando o desenvolvimento pessoal e comunitário, cuja idéia principal é fazer com que as pessoas possam desenvolver uma consciência histórica, política e ética, associada a uma ação cidadã e de transformação social, ao mesmo tempo em que se qualificam profissionalmente.

Já Fontes, Bundscherer e Fernandes (2004, p.115) explicam que a inclusão digital é um conceito que envolve informatização, educação e ações que permitam a construção de uma cidadania criativa e empreendedora, porém auto-sustentável. Continuando, os mesmos autores (2004, p.115-116) explicam que a exclusão digital é um problema global, por não ser somente uma questão econômica, mas também educacional. O acesso às tecnologias exhibe somente o lado das necessidades econômicas dos países menos favorecidos, porém hoje a mesma também afeta nações do primeiro mundo.

Segundo o Mapa da Exclusão Digital divulgado em abril/2003 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ) juntamente com outras entidades, aproximadamente 12% dos brasileiros têm computador em suas residências e pouco mais de 8% encontram-se conectados à internet (FONTES, BUNDSCHERER e FERNANDES, 2004, p.115).

O Brasil ocupou a 28.º colocação, juntamente com a Rússia, o México e as Ilhas Maurício, num estudo sobre a inclusão digital no mundo. A base da pesquisa foi o Índice de Acesso Digital (IAD), que considerou a disponibilidade de infra-estrutura, o poder aquisitivo do usuário, o nível educacional do usuário, a qualidade dos serviços e o uso efetivo da Internet. As informações foram divulgadas pela União Internacional das Telecomunicações (UIT), em novembro de 2003 (CRUZ, 2004, p.18).

Por fim, a inclusão digital não se resume à disponibilidade de computadores e de telefones, mas à capacitação das pessoas para o uso efetivo dos recursos tecnológicos. Ela não beneficia somente o indivíduo. Uma empresa com colaboradores incluídos consegue se comunicar com a equipe de forma mais eficiente e mais barata e pode tirar maior proveito de seus investimentos em tecnologia. Essas vantagens também se refletem na competitividade e na eficiência do próprio País.

Os conteúdos aqui apresentados, isto é, a contextualização das variáveis (EaD e Democratizar a Educação) e os indicadores que permeiam os objetivos específicos deste trabalho, juntamente com o resultados obtidos através dos questionários e entrevista, mais o estudo de caso do CEP, servirão como alicerce para a sustentação da hipótese da pesquisa.

3. METODOLOGIA

3.1 Introdução

Segundo Gil (1996, apud ZENTGRAF, 2005, p. 40) pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo propiciar respostas aos problemas que são propostos e é solicitada quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. Por fim, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve várias fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Deduz-se que a produção do conhecimento científico parte da problematização de uma situação que é investigada por intermédio da pesquisa e para esta averiguação empregam-se metodologia e técnicas científicas, além de se utilizar como pressupostos iniciais os conhecimentos já existentes sobre a questão.

Nesse contexto, este estudo se desenvolveu através de um estudo de caso do Centro de Estudos de Pessoal (CEP), Rio de Janeiro, RJ, com base no método YIN (2001). Trata-se de estudo quantitativo para identificar as dificuldades, processos, cuidados e procedimentos e qualitativo para identificar as razões que levam a bom termo a democratização do ensino-aprendizagem através da Educação a Distância num país de dimensões continentais como o Brasil. Foi desenvolvido no período de setembro a dezembro de 2005, por intermédio de pesquisa bibliográfica e descritiva (estudos exploratórios e de caso), questionários com perguntas abertas e fechadas (**Apêndice A**) e entrevistas estruturadas (**Apêndice B**).

Os profissionais participantes da entrevista foram os envolvidos no processo de EaD, conforme descrito, a seguir:

- 06 Coordenadores dos cursos de pós-graduação do CEP.

Os diálogos, durante as entrevistas, foram conduzidos de forma espontânea, quando os entrevistados se sentiram à vontade para relatar os fatos e as suas experiências vivenciadas, conforme o roteiro definido neste estudo. Com a autorização dos entrevistados, as informações foram gravadas para posterior codificação e transformação em indicadores dos objetivos que se pretendeu explorar.

Quanto aos respondentes dos questionários aplicados foram: **11** oficiais (Capitães, Majores, Tenente Coronéis e Coronel) e **05** servidores civis, do CEP, envolvidos nesse processo. Também, colaboraram com a pesquisa: **01** encarregada da Seção de Apoio a EaD, da Marinha do Brasil, **08** profissionais que atuam na Educação Corporativa, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), do Núcleo Corporativo de Estudos (NCE), do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), do Serviço Social da Indústria (SESI) e da Secretaria de Estado de Educação (SEE), do RJ, **07** coordenadores/professores das universidades parceiras que participam do processo (UFF e UFRRJ), bem como **10** cursistas que fazem o curso de pós-graduação em especialização em Educação a Distância, ofertado pelo SENAC/RJ, do qual este pesquisador é integrante. A intenção deste pesquisador foi verificar o posicionamento desses profissionais e alunos, numa análise comparativa com a visão militar.

Para melhor compreensão da pesquisa e formatação do trabalho, foram utilizados os seguintes livros: Pesquisa Social, Richardson (1999); Como se faz uma tese, Eco (2003); e Metodologia da Pesquisa, Zentgraf (2005); bem como o Manual de Instruções para Organização e Apresentação de Dissertações e Teses (UFRRJ, 2002).

As respostas abertas respondidas durante as entrevistas e por meio dos questionários foram analisadas de acordo com o método de análise de conteúdo de GRACE (1978) e BARDIN (1979). As perguntas fechadas foram examinadas através de percentagens.

3.2 Análise de Conteúdo

As definições de análise de conteúdo se modificam à medida que se aprimora a técnica e se diversifica o campo de aplicação, com a formulação de novos problemas e materiais. Entre conceitos propostos, pode-se mencionar os autores, a seguir.

Segundo Kaplan (1943, apud RICHARDSON, 1999, p.222), a análise de conteúdo é a estática da fala política. Por outro lado, Berelson (1954, apud RICHARDSON, 1999, p.223) afirma que é uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do texto/teor manifesto da comunicação. A descrição objetiva e sistemática refere-se, respectivamente: ao esclarecimento dos procedimentos usados em cada etapa da análise de conteúdo e à inclusão ou exclusão do conteúdo ou categorias de um texto de acordo com os procedimentos.

Já para Bardin (1979, apud RICHARDSON, 1999, p.223), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando conseguir por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do teor das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam deduzir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Richardson (1999, p. 224) argumenta que a análise de conteúdo é, especialmente, usada para analisar material do tipo qualitativo (aos quais não se podem empregar técnicas aritméticas).

Outrossim, em linhas gerais, a análise de conteúdo é o estudo de métodos científicos a uma evidência documentária (HOSTI, 1969, apud RICHARDSON, 1999, p. 224).

Dessa forma, para a análise da informação deste estudo, foi considerado como procedimento principal para a codificação da mesma, “os **significados centrais**” (GRACE, 1978, p.113/114) do discurso de cada participante da pesquisa. Primeiramente, o teor de cada resposta foi dividido por grupo de participantes, a saber: Forças Armadas (Centro de Estudos de Pessoal – CEP e Diretoria de Ensino da Marinha); Parceiros (Universidade Federal Fluminense – UFF e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ); Corporativos (Empresas que trabalham com Educação Corporativa); e SENAC (alunos do curso de pós-graduação em EaD). Posteriormente, no processo de categorização foram considerados os seguintes requisitos: homogeneidade - não misturar critérios de classificação, exaustividade - classificar a totalidade do conteúdo e objetividade - codificadores distintos devem chegar aos mesmos resultados (RICHARDSON, 1999, p. 223). Por último, foram definidas as categorias nas quais se encaixam cada grupo de respostas. A estrutura, a seguir, atende à seqüência de perguntas constantes nos questionários da pesquisa. As Tabelas e os Gráficos são identificados pela pergunta.

De acordo com Bardin (1979, apud RICHARDSON, 1999, p. 230), as fases da análise de conteúdo organizam-se em: pré-análise, análise do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Desta forma, a pré-análise dos questionários foi testada pelo Chefe do Programa de Qualidade do CEP e pela Professora Coordenadora de Pesquisa dos cursos de pós-graduação de enfermagem da UFF. A pré-análise não identificou necessidade de alterações no questionário.

3.3 Estrutura Posicional, Campo Educacional e Cenários - Estudo de Caso

Este estudo de caso destaca três conceitos: *estrutura posicional* e *campo educacional* (VLASCEANU, 1976) e *cenários* (MAGALHÃES, In: CAVALCANTI, 1995, p. 417-429; SILVEIRA, 1983).

Grosso modo, a *estrutura posicional* se refere às **categorias** e **relações** associadas ao **contexto social** e **organizacional** das instituições. O *campo educacional* se refere à **prática pedagógica** implantada e implementada numa *estrutura posicional*. O presente estudo focaliza a *estrutura posicional* e o *campo educacional* do ensino a distância no CEP, como já indicado.

Tais categorias, relações e prática podem ser chamadas de **realidades objetivas** de uma instituição, e a **percepção** das mesmas pelos envolvidos de alguma forma na instituição, podem ser chamadas de **realidades subjetivas** (SILVEIRA, 1983). Estas, no presente estudo, se referem à percepção do ensino a distância pelos envolvidos atualmente na estrutura posicional e campo educacional (prática pedagógica) do ensino a distância do CEP.

Este estudo insere tais categorias, relações e prática em três cenários: o *cenário tendencial* (MAGALHÃES, 1995) ou *situacional* (SILVEIRA, 1997), o *cenário perceptivo* e o *cenário prospectivo* (SILVEIRA, 1997). O cenário situacional (neste caso) leva em conta: a identificação e o perfil do CEP, sua responsabilidade social, o campo educacional, as bases legais do sistema de ensino do exército brasileiro, do sistema de ensino de idiomas, dos cursos semipresenciais e a distância, a logística, os parceiros e as tendências dos cursos/2006 a distância. Esse cenário mostra então a situação atual do ensino a distância ministrado pelo CEP. Paralelamente, constrói um cenário perceptivo, a partir das respostas de vários grupos de participantes no cenário situacional dos cursos de ensino a distância. Em seguida, constrói o cenário prospectivo apresentando possíveis cursos de ação que poderão, de modo participativo, aprofundar e/ou manter as tendências do cenário situacional.

Após a explicação metodológica da pesquisa, no próximo capítulo, apresenta-se o cenário situacional (visão geral) do CEP, ou seja, desde a estrutura posicional (identificação) até as tendências dos cursos a distância/2006, com ênfase no campo educacional, base desse Estudo de Caso.

4. ESTUDO DE CASO: CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL – CEP (ORGANIZAÇÃO MILITAR)

4.1. Introdução

Segundo, a Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade (2004, p.53), uma organização é:

companhia, firma, órgão, instituição ou empresa, ou uma unidade destas, pública ou privada, sociedade anônima, limitada ou com outra forma estatutária, que tem funções e estruturas administrativas próprias e autônomas, no setor público ou privado, com ou sem finalidade de lucro, de porte pequeno, médio ou grande.

Dentro desse conceito e para melhor entendimento da Organização Militar, o CEP é aqui apresentado, como já especificado no capítulo Metodologia, como estudo de caso através do cenário situacional, no seguinte formato: identificação e perfil, responsabilidade social, bases legais do sistema de ensino do exército brasileiro, do sistema de ensino de idiomas, dos cursos semipresenciais e a distância, logística, parceiros, cenários dos cursos/2005 e tendências.

4.2. Cenário Situacional do CEP (Visão Geral)

4.2.1 Estrutura Posicional – Identificação

O Quadro a seguir apresenta a Diretoria de vinculação do CEP, subordinação federal, natureza e composição administrativa e o quantitativo da força de trabalho.

Quadro 7: Identificação da organização

Identificação da Organização	
Nome	Centro de Estudos de Pessoal
Vinculação	Diretoria de Pesquisa e Estudos de Pessoal
Poder e Nível de Governo	Poder Executivo Federal
Natureza Jurídica	Administração Direta
Composição da Alta-administração	Comandante, Subcomandante e Chefes de Divisão
Número de Servidores	319
Número de usuários	Não enumerável

Fonte: PEG/CEP, 2005 (1as. páginas).

4.2.2 Perfil da Organização

Segundo a Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade (2004, p.53) o perfil da organização serve para ajudar a compreender melhor quem é, o que faz e o que é importante e pertinente para a organização.

Em função disso descreve-se, a seguir, a organização do CEP, considerando os principais atributos (visão, missão e valores), estrutura organizacional, seus principais fornecedores e insumos, processos, produtos/serviços, seus clientes (usuários) principais, a composição da força de trabalho. Descreve-se ainda, a responsabilidade social, as bases legais dos cursos, a equipe de EaD, os cursos presenciais e semipresenciais, a distâncias, infra-estrutura, logística e parceiros.

4.2.3 Descrição Básica da Organização.

O Decreto nº 56.039-A, de 24 de abril de 1965, resolve:

Art. 1º criar no Ministério da Guerra o Centro de Estudos de Pessoal (CEP), com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

O Centro de Estudos de Pessoal (CEP) é um estabelecimento de ensino do Exército Brasileiro voltado para o estudo e a pesquisa na área do comportamento humano. Localiza-se no Forte Duque de Caxias, no Leme - Rio de Janeiro, sendo por isso conhecido como Forte do Leme.

Seus cursos têm por objetivo desenvolver recursos humanos nas áreas de Psicologia, Educação, Comunicação Social e dos idiomas alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, português e russo, cujos estágios visam preparar militares designados para o cumprimento de missão no exterior e militares das nações amigas para cursos e missões no Brasil. Além de suas atividades internas, o CEP coordena o ensino de idiomas na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), atua na seleção de militares para diversos cursos de especialização realizados por outros estabelecimentos de ensino, aplicando testes psicológicos, entrevistas e dinâmica de grupo.

O CEP desenvolve, também, diversos projetos de pesquisa: atributos da área afetiva, modernização do ensino, força militar de paz, orientação vocacional e liderança, entre outros.

Devido à sua localização privilegiada e ao estreito relacionamento que mantém com diversas universidades do Rio de Janeiro, o CEP está totalmente integrado à comunidade carioca, em especial às comunidades do Leme e de Copacabana.

Tudo isso fez do CEP nesses 40 anos, uma escola voltada não só para o ensino e a pesquisa, mas também para a integração e a parceria com a sociedade.

Por fim, a cadeia de comando é representada pelo Ministério da Defesa (Min Def), Exército Brasileiro (EB), Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), Diretoria de Pesquisa e Estudos de Pessoal (DPEP) e o Centro de Estudos de Pessoal (CEP).

4.2.4 Principais Atributos

a. Visão

Segundo Warren Bennis (s.d., apud, TORRES; TORRES; SERRA, 2004, p.42) uma visão é, em parte, racional (produto da análise) e, em parte, emocional (produto da imaginação, intuição e valores); envolve o yin (imutável) e o yang (onde se quer chegar) da estratégia e do desempenho da organização.

Para Torres, Torres e Serra (2004) a visão também pode ser definida como a percepção não só das necessidades do mercado, mas de como a organização vai poder atendê-las.

Já a Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade – PNQ (2004, p.55) declara que a visão é o estado que a organização deseja atingir no futuro, bem como a mesma pretende propiciar o direcionamento dos rumos de uma empresa.

Por fim, a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP (2003, p.12) informa que a visão define o que a organização pública pretende ser no futuro. Serve para direcioná-la.

Nesse contexto, o CEP elaborou as seguintes visões de futuro (PEG/CEP, 2005):

- Ser reconhecido nacionalmente nos meios militar e civil, como Centro de excelência na qualificação, formação, pesquisa e desenvolvimento de recursos humanos.

- Agregar novas tecnologias e conhecimentos de modo a contribuir para o aperfeiçoamento da doutrina educacional aplicável ao Ensino e à Instrução Militar.
- Formar recursos humanos para a área das Operações Psicológicas.

b. Missão

Segundo o fundador da Hewlet-Packard, David Packard (1960, apud, TORRES, TORRES, SERRA, 2004, p.43), a missão é a razão de ser da empresa.

Para Torres, Torres e Serra (2004, p.48), a missão é o texto que explica por escrito as intenções e aspirações da organização, e ajuda a difundir o espírito da empresa.

Já a Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade (2004, p.52) informa que a missão é a razão de ser de uma organização, as necessidades sociais a que ela atende e seu foco fundamental de atividades.

Por fim, a Escola Nacional de Administração Pública (2003, p.12) define que a missão é uma declaração sobre o que a organização pública é, sobre sua razão de ser, seus clientes e os serviços que presta; bem como a definição de missão serve de critério geral para orientar a tomada de decisões, para definir objetivos e auxiliar na escolha das decisões estratégicas.

Nesse contexto, o CEP elaborou a seguinte missão (PEG/CEP, 2005):

- Realizar estudos, pesquisas, projetos e atividades nos campos da Educação e do Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Exército Brasileiro.

c. Valores

Segundo a Escola Nacional de Administração Pública (2003, p.12), valores são conceitos fundamentais em torno dos quais se constrói a organização.

Para Souto e Serapião (1997, p.160) e a Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade (2004, p.52), valores são entendimentos e expectativas que descrevem como profissionais da organização se comportam e sobre os quais todas as relações organizacionais ou do negócio estão baseadas.

Nesse contexto, o CEP apresenta os seguintes valores organizacionais (PEG/CEP, 2005):

- Honestidade – respeitar as normas conduzindo-se de maneira idônea e íntegra.
- Lealdade - cultivar a verdade, sinceridade e sã camaradagem, mantendo-se fiel aos compromissos assumidos.
- Responsabilidade - cumprir com as atribuições na sua esfera de competência com oportunidade e determinação.
- Dedicação - realizar espontaneamente as atividades previstas no âmbito da organização demonstrando empenho, entusiasmo e vibração.
- Criatividade – produzir novos dados, novas idéias e projetos propondo mudanças e inovações, na busca de soluções eficientes e eficazes.

4.2.5 Estrutura Organizacional

Em consonância com o Regulamento do Centro de Estudos de Pessoal (R-18), aprovado pela Portaria nº 086 – Estado-Maior do Exército, de 05 de março de 2004 (BOLETIM DO EXÉRCITO, nº 11, 2004), o CEP para cumprir sua missão adota a seguinte estrutura organizacional:

Centro de Estudos de Pessoal

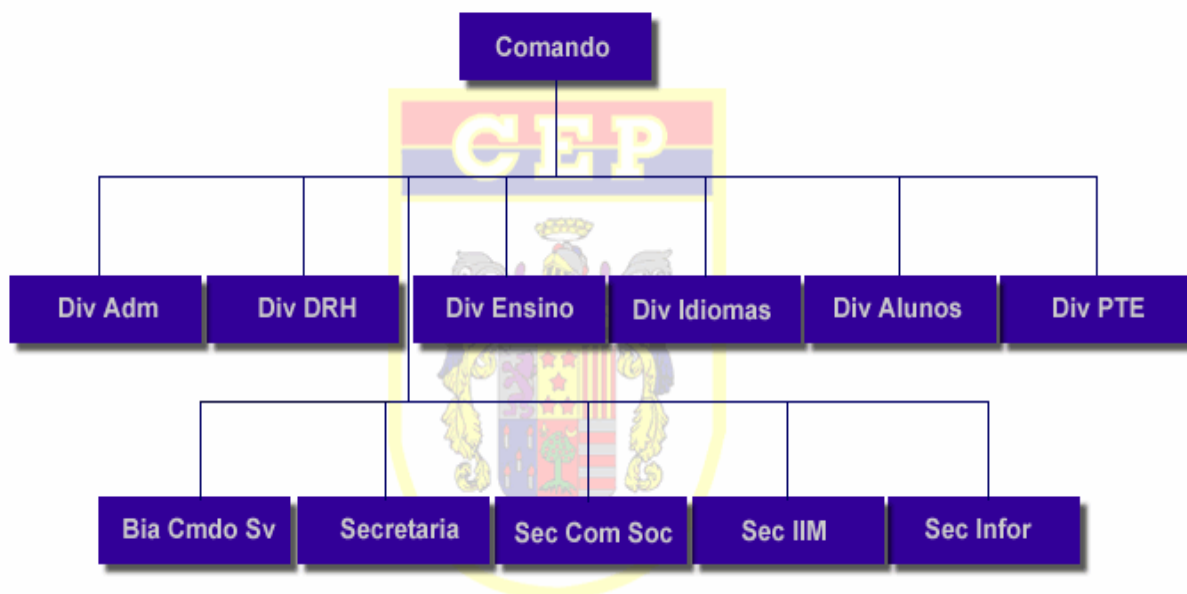


Gráfico 3: Estrutura Organizacional do CEP

Fonte: :Site do CEP, 2005

a. Divisão Administrativa

A Divisão Administrativa (Div Adm), composta da Chefia, Setor financeiro, Seção de Saúde e Serviço de Aproveitamento, é responsável pelo apoio administrativo e logístico, fornecendo o suporte necessário para o desenvolvimento de todas as atividades do CEP. As competências da Div Adm são definidas pelo Art. 14 do regulamento – 18.

b. Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

A Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH), criada no ano de 2003, como fruto da integração Divisão de Seleção com a Divisão de Pesquisa, tem como missão principal o desenvolvimento de atividades e projetos de interesse do exército, no campo dos recursos humanos, visando à melhoria sistêmica da qualidade e da produtividade, por meio da seleção de pessoal e pelos projetos de pesquisa desenvolvidos, que visam ao aperfeiçoamento profissional dos integrantes da Força Terrestre. A DDRH é regulada pelo Art.11, do regulamento R-18.

c. Divisão de Ensino

Por intermédio de sua Divisão de Ensino (Div Ensino), o CEP especializa recursos humanos no campo da Educação, Comunicação, Psicologia, Administração, Gestão, Idiomas, Informática e Operações Psicológicas.

Atende através dos diferentes cursos e estágios alunos-oficiais e sargentos das Forças Armadas, das Forças Auxiliares, das Nações Amigas e Civis (lotados nas unidades militares).

Oferece, ainda, ao público em geral cursos de pós-graduação *latu sensu* em convênio com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e com a Universidade Federal Fluminense (UFF).

As competências são estabelecidas pelo Art. 9, do regulamento R-18.

d. Divisão de Pesquisa e Tecnologia Educacional

A Divisão de Pesquisa e Tecnologia Educacional (DPTE) tem como missão principal, pesquisar o emprego de novas tecnologias para o ensino no CEP.

Dispondo de pessoal especializado, estúdios para reuniões e aulas de videoconferência, bem como equipamentos para desenvolver trabalhos de tratamento digital de áudio e vídeo, busca na parceria educação e tecnologia o caminho para a construção de conhecimentos e conquista de novos horizontes.

A DPTE segue as competências descritas no Art.10, do regulamento R-18.

e. Divisão de Idiomas

A Divisão de Idiomas tem como atividade principal o preparo de militares brasileiros para o exercício de variadas funções no exterior, o que é feito por meio da realização de cursos de idiomas à distância em todo território nacional, com o apoio de material didático desenvolvido por seus professores, que também elaboram e aplicam os Testes de Credenciamento Lingüístico e o Exame de Proficiência Oral, este feito por videoconferência. Ministra o Estágio de Idioma Português e de Ambientação para militares (e dependentes) pertencentes às Forças Armadas de Nações Amigas, designados para a realização de cursos nas escolas militares brasileiras.

Essa Divisão funciona em consonância com o Art.12, do regulamento R-18.

f. Divisão de Alunos

A Divisão de Alunos (Div Al) é responsável por toda parte administrativa dos cursos oferecidos pelo CEP, realizando a interface entre essa instituição e os alunos, ligando-se via *e-mail*, por telefone e pelo correio com os alunos espalhados pelos diversos rincões de nosso imenso país.

Os Cursos e Estágios administrados pela Div Al são:

- a. Cursos de Idiomas a Distância (CID), nos idiomas alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e russo;
- b. Cursos Regulares do CEP - Coordenação Pedagógica, Psicopedagogia e Orientação Educacional e Comunicação Social, para oficiais (capitães/majores); e Auxiliar de Comunicação Social e Auxiliar de Ensino, para sargentos/subtenentes;
- c. Pós-graduações em convênio com a UFRRJ: Coordenação Pedagógica, Psicopedagogia e Orientação Educacional e Gestão Estratégica de Recursos Humanos;
- d. Pós-graduações em convênio com a UFF: Instrumentação para Ensino da Matemática, Sistemas Modernos de Telecomunicações e Criptografia e Segurança em Rede.
- e. Cursos para Oficiais do Quadro Suplementar Geral (QSG): Gestão da Administração Pública e Gestão da Comunicação e do Marketing Institucionais;
- f. Estágio de Atualização Pedagógica (EsTAP);
- g. Estágio de Administração Escolar (EsTAE);
- h. Estágio Intensivo de Idiomas (EII);
- i. Estágio do Idioma Português e Ambientação (EIPA);

j. Estágio de Operações Psicológicas (EOP), para Oficial QEMA (Quadro do Estado-Maior).

A Divisão de Alunos segue o prescrito no Art.13, do regulamento R-18.

g. Seções, Secretaria e Bateria (Regulamento R-18).

• **Art. 15, Bateria de Comando e Serviços** (Bia C Sv), compete: realizar a segurança do aquartelamento e prestar apoio administrativo às Divisões e Seções.

• **Art. 16, Secretaria**, compete: planejar, controlar e executar as atividades de administração do pessoal militar e civil do corpo permanente do CEP.

• **Art. 18, Seção de Comunicação Social** compete: assessorar o Comandante do CEP em todos os assuntos referentes à Comunicação Social, assegurando a execução das decisões tomadas, bem como desenvolver programas de recreação e atividades sociais.

• **Art. 19, Seção de Inteligência e Instrução Militar**, compete: confeccionar ordens de serviço e de instrução, organizar e manter em dia as Normas Gerais de Ação (NGA), coordenar a instrução militar do corpo permanente e da Bateria de Comando e Serviços, os treinamentos para as competições esportivo-escolares e a execução do Treinamento Físico Militar.

• **Art. 17, Seção de Informática**, compete: assessorar o Comandante nos assuntos referentes à Informática, tratamento da informação, Internet e Intranet, bem como apoiar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas das diversas divisões e seções e instruir os integrantes da força de trabalho quanto à utilização dos meios de Informática.

4.2.6 Principais Fornecedores e Insumos

Segundo, a Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade (2004, p.52) fornecedor é:

qualquer organização que forneça bens e serviços. A utilização desses bens e serviços pode ocorrer em qualquer estágio de projeto, produção e utilização dos produtos. Assim, fornecedores podem incluir distribuidores, revendedores, prestadores de serviços terceirizados, transportadores, contratados e franquias, bem como os que suprem a organização com materiais e componentes. São também fornecedores os prestadores de serviços das áreas de saúde, treinamento e educação.

Para Souto e Serapião (1997, p.157), o fornecedor é uma entidade, interna ou externa à organização, fornecedora de um produto ou serviço a um cliente, que também pode ser interno ou externo à empresa.

Segundo Dicionário Multimídia Michaelis (1998), insumo é:

soma de todas as despesas (matéria-prima, horas trabalhadas, amortização etc.) que ocorrem na obtenção de um produto industrializado ou semi-industrializado.

Dessa forma, os principais fornecedores e insumos do CEP são apresentados no Quadro abaixo:

Quadro 8: Principais fornecedores e insumos

Fornecedores	Insumos
Exército	Pessoal, material e recursos financeiros.
Comércio (produtos e serviços)	Material permanente e de consumo, e serviços.
Entidades públicas e privadas	Convênios

Fonte: PEG/CEP, 2005 (1as. páginas).

4.2.7 Principais processos

Segundo a Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade (2004, p.53,54), processo é a reunião de recursos e atividades inter-relacionadas que transformam insumos (entradas) em serviços ou produtos (saídas). Essa modificação deve agregar valor na percepção dos clientes do processo e exige um certo conjunto de recursos. Os recursos podem incluir pessoal, finanças, instalações, equipamentos, métodos e técnicas, numa seqüência de etapas seja documentada por meio de especificações, de procedimentos e de instruções de trabalho, bem como que as fases de medição e controle sejam adequadamente definidas.

A Escola Nacional de Administração Pública (2004, p.6) conceitua o processo da seguinte forma:

- Grupo de ações pelas quais insumos transformam-se em bens ou serviços.
- Conjunto de recursos e atividades inter-relacionadas que recebe insumos modifica-os, conforme uma lógica preestabelecida e com agregação de valor, em serviços ou produtos para atenderem às necessidades dos clientes.
- Reunião de recursos – humanos e matérias – dedicados às atividades essenciais à produção de um resultado final específico, independentemente de relacionamento hierárquico.

Quanto aos processos de apoio e finalísticos, a Escola Nacional de Administração Pública (2004, p.7) define-os da seguinte forma:

- De apoio – são os processos que dão suporte (apoio) a alguma atividade de natureza finalística da organização. Também são conhecidos como conjunto de atividades-meio, e, em geral, concentram-se nos setores responsáveis pela gestão interna do órgão ou entidade. Exemplos clássicos de atividades-meio são os referidos com a gestão de pessoas, com a gestão de recursos da empresa, com o planejamento e o acompanhamento das ações institucionais, com o setor de compras etc.

- Finalísticos – são os processos técnicos que compõem as atividades-fim da empresa, diretamente comprometidos no atendimento às necessidades dos seus clientes.

Com base, nas definições acima descritas o CEP apresenta seus processos de apoio e finalísticos.

a. De Apoio

Os principais processos de apoio às operações são:

- Planejamento de recursos orçamentários.
- Nomeação de instrutores e monitores.

- Manutenção da rede de informática
- Desenvolvimento de novas tecnologias

b. Finalístico

Os principais processos finalísticos são área de ensino e área não ensino, a saber:

Quadro 9: Principais processos finalísticos

Ensino	Não ensino
- cursos de pós-graduação a distância. - cursos presenciais do Sistema de Ensino do Exército, para oficiais, subtenentes e sargentos. - cursos e estágios de idiomas a distância e presenciais. - pesquisa nas áreas de pedagogia e tecnologia educacional.	- pesquisas na área de recursos humanos; - seleção psicológica de pessoal. - desenvolvimento de projetos na área de recursos humanos. - Preparação do contingente do EB designado para missão de paz em países de língua inglesa

Fonte: PEG/CEP, 2005 (1as. páginas).

4.2.8 Principais Produtos/Serviços

Segundo Souto e Serapião (1997, p.159), produtos são bens ou serviços oriundos de atividades ou processos.

Para Basta, Marchesini, Oliveira e Sá (2003, p.34) produto é um conjunto de benefícios que corresponde um desejo ou uma necessidade do consumidor e pelo qual ele está inclinado a pagar em função de sua disponibilidade de recursos. Os produtos vão além de bens tangíveis/materiais (duráveis – automóveis e não-duráveis - xampu). De modo geral, abrangem objetos físicos, serviços (manutenção de computadores), pessoas (um atleta), locais (Rio de Janeiro), organizações (Unicef), idéias (planejamento familiar) ou combinações desses elementos.

Já a Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade (2004, p.54) informa que o produto é o resultado de atividades ou processos. Considerar que:

- o termo produto pode incluir serviços, materiais e equipamentos, informações ou uma combinação desses elementos;
- um produto pode ser tangível (máquinas industriais – duráveis / alimentos – não-duráveis) ou intangível (conceitos), ou uma combinação dos dois; e
- um produto pode ser intencional (oferta aos clientes) ou não-intencional (um poluente ou efeitos indesejáveis).

Em conformidade com exposto acima, o CEP, como Unidade Militar, apresenta os principais produtos/serviços relacionados diretamente à atividade-fim, a saber:

a. De apoio

- Aquisição de produtos e serviços.
- Instrutores e monitores para atuarem em área do ensino.
- Rede de informática.

b. Finalísticos

- Cursos de pós-graduação *lato sensu*: Coordenação Pedagógica, Psicopedagogia e Orientação Educacional, Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Instrumentação para Ensino da Matemática, Sistemas Modernos de Telecomunicações e Criptografia e Segurança em Rede.
- Cursos e estágios de idiomas a distância para militares: alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e russo.
- Projetos de pesquisa: atributos da área afetiva, modernização do ensino, força militar de paz, orientação vocacional e liderança e catálogo de cargos e atribuições.
- Assessoria técnica ao Sistema do Serviço militar.

4.2.9 Principais Clientes

A Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade (2004, p.50) considera o cliente como o destinatário dos produtos da empresa. Pode ser uma pessoa física ou jurídica. É quem compra (computador) e/ou quem usa o produto (usuário/ consumidor).

Para a Escola Nacional de Administração Pública (2004, p.7), o cliente/usuários são as pessoas físicas e/ou jurídicas (públicas ou privadas), que requerem ou usam diretamente serviços ou produtos fornecidos por organizações públicas.

Já Basta, Marchesini, Oliveira e Sá (2003, p.34) informam que os clientes podem ser pessoas físicas, organizações privadas ou estatais, ou mesmo organizações sem fins lucrativos que estejam propensas a adquirir bens e serviços por um definido valor.

Por fim, Souto e Serapião (1997, p.156) vêem o cliente como destinatário, beneficiário ou usuário externo à organização, de um produto ou serviço, advindo por um fornecedor, que do mesmo modo pode ser interno ou externo à empresa.

Assim fundamentado, o CEP apresenta os principais clientes (Quadro 10):

Quadro 10: Principais clientes do CEP, 2005

Campo	Descrição
Principais segmentos de usuários	<ul style="list-style-type: none">- Oficiais e Sargentos das Forças Armadas, Forças Singulares e Nações Amigas.- Dependentes dos militares do Exército.- Alunos de pós-graduação a distância.
Principais organizações com as quais a organização interage rotineiramente	<ul style="list-style-type: none">- Gabinete do Comandante do Exército- Estado Maior do Exército.- Departamento de Ensino e Pesquisa.- Departamento Geral do Pessoal.- Comando de Operações Terrestres.- Diretoria de Pesquisa e Estudos de Pessoal.- Comando Militar do Leste- Comando Militar do Sudeste- Serviço de Seleção de Pessoal da Marinha.- Instituto de Psicologia da Aeronáutica.

Fonte: PEG/CEP, 2005 (1as. páginas).

4.2.10 Composição do quadro de pessoal

Segundo a Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade (2004, p.52), a força de trabalho são pessoas que fazem parte do quadro de pessoal de uma organização e que contribuem para a consecução das suas estratégias, dos seus objetivos e das suas metas, a saber: empregados em tempo integral ou parcial, temporários, autônomos e contratados de terceiros que desempenham as suas atividades sob a coordenação direta da empresa.

Para Souto e Serapião (1997, p.157), o funcionário é pessoa física que, por meio da prática de ações e/ou decisões, desempenha serviço específico não-eventual, no processo de uma organização dela dependente e remunerada mediante salário.

Nesse contexto, o CEP conta com uma força de trabalho total de 319 colaboradores, entre militares e servidores civis, assim representados:

Quadro 11: Força de trabalho do CEP, 2005.

Colaboradores	Quantidade
Oficiais	75
Sargentos	35
Cabos e Soldados	150
Servidores Civis	35
Servidores do PCC	20
Oficial do Exército dos Estados Unidos da América	01
Prestadores de Tarefa por Tempo Certo (PTTC)	03

Fonte: PEG/CEP, 2005 (1as. páginas).

O percentual do pessoal do CEP, por nível de escolaridade, assim se representa:

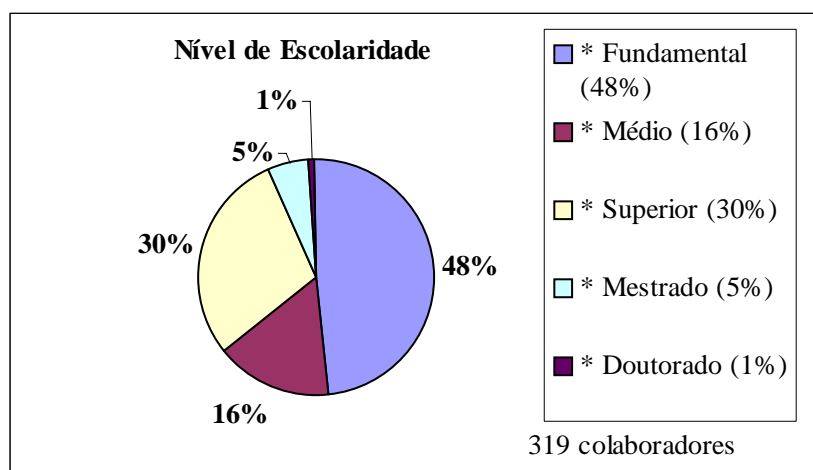


Gráfico 4: Nível de escolaridade da força de trabalho do CEP

Fonte: PEG/CEP, 2005 (1as. páginas).

4.3 Responsabilidade Social

A responsabilidade social e ética pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas da organização, com necessidades que precisam ser reconhecidas, percebidas e atendidas, considerando-se o porte e o perfil da instituição. Isto engloba a responsabilidade pública, ou seja, o cumprimento e a superação das obrigações legais pertinentes à empresa, que representam os desejos da sociedade quanto à sua conduta. Por outro lado, é também o exercício da consciência moral e cívica da organização advinda da ampla compreensão do seu papel no desenvolvimento da sociedade. Trata-se, portanto, do conceito de cidadania aplicado às organizações (FPNQ, 2004, p.14).

Nesse contexto, o CEP atende os cidadãos/sociedade, adotando a seguinte prática de gestão, constante do Programa Excelência Gerencial do CEP (PEG/CEP, 2005, p.11, 15):

- Relacionamento com os cidadãos/usuários - busca, em todas as oportunidades, relacionar-se com todos os segmentos da sociedade e, quando solicitada, presta assistência e/ou esclarecimentos, processando as sugestões ou reclamações apresentadas, seguindo a orientação do comando na política de “portas abertas”.

Além disso, disponibiliza aos usuários externos e a sociedade em geral um instrumento sistematizado de comunicação, composto pelo “Portal de Educação” do Exército Brasileiro e o site do Centro de Estudos de Pessoal, por telefone, pessoalmente na Seção de Comunicação Social, proporcionando a todos os seus usuários um canal aberto para busca de informações, esclarecimentos e de propositura de sugestões, quer seja em relação às atividades de ensino e pesquisa ou aos eventos desenvolvidos e realizados pelo Centro.

Em relação ao público interno, o CEP tem como canais de acesso, particularmente o canal de comando, cujo acesso é feito de forma verbal ou escrita, mediante documentos formais, meios eletrônicos (correio eletrônico, intranet e netmeeting), boletim interno e contatos pessoais. Isso assegura a todos os integrantes a possibilidade de solicitar esclarecimentos ou tomar conhecimento de informações disponibilizadas pelo Comando, permitindo ainda a apresentação de sugestões, o aperfeiçoamento das rotinas, a apresentação de necessidades e anseios de toda ordem.

- Interação com a sociedade - A organização procura assimilar as diversas informações resultantes do acompanhamento das atividades dentro e fora da força (seminários, participação em grupo de trabalho, reuniões em órgãos das Forças Armadas, entre outros) e das variáveis externas, seja no campo econômico ou tecnológico pertinente, para reorientar as ações a serem desenvolvidas para consecução dos objetivos propostos. E ainda por meio do implemento de várias atividades realizadas em parceria com a sociedade, de forma a manter uma convivência contínua e duradoura entre a organização e os seus integrantes.

Como canais de contato pode-se destacar (PEG/CEP, 2005, p. 13):

- a. seguindo o plano de comunicação social do Exército, presta assistência à Escola Municipal São Tomás de Aquino, situada ao lado da Unidade, ajudando na manutenção, limpeza e conservação das suas instalações;

- b. os convites às escolas públicas e privadas da comunidade local participarem das solenidades realizadas pela Unidade (formaturas), cuja finalidade é divulgar a cultura institucional, para que haja entendimento e participação das lides da caserna;

c. cessão das instalações esportivas para a comunidade, cuja finalidade não se restringe tão somente à absorção de recursos, quando assim for o caso, para a conservação e manutenção do patrimônio público sob nossa responsabilidade, mas também para que haja interação com a comunidade atendida ;

d. incremento na visitação ao sítio histórico do Forte Duque de Caxias, incluindo uma caminhada ecológica, que é realizada individualmente ou organizada em grupos, cuja finalidade é o conhecimento histórico/cultural da organização e a formação da mentalidade da necessidade da preservação do meio ambiente;

e. estímulo a vários projetos sociais, entre eles o da 3ª idade e do programa de natação para deficientes físicos;

f. colônia de férias que é realizada anualmente para crianças de 4 a 12 anos, incluindo-se turmas para portadores de necessidades especiais;

Por fim, a responsabilidade social e ética potencializa a credibilidade e o reconhecimento público, aumentando o valor da organização.

4.4 Campo Educacional do Exército Brasileiro (EB)

Abrange toda a Força Terrestre que está presente em todo o território nacional, o qual é dividido em sete comandos militares de área (Comando Militar da Amazônia, do Nordeste, do Oeste, do Leste, do Planalto, do Sudeste e do Sul). Esses grandes comandos são constituídos por divisões de exército, brigadas e organizações militares de diversas naturezas e, para fins de apoio logístico e defesa territorial, são divididos em regiões militares (RM).

Para atender toda a Força Terrestre, o sistema de ensino do exército brasileiro está organizado da seguinte forma (DECRETO Nº 3.182, 1999):

- Estado-Maior do Exército (EME) – a quem compete formular a política de ensino e as diretrizes estratégicas e administrar (planejar, organizar, coordenar e controlar) funcionamento do Sistema.

- Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) – responsável pelas linhas de Ensino Militar Bélico, de Saúde e Complementar, competindo-lhe administrar as atividades de ensino e pesquisa dos órgãos que integram estas linhas.

- Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) - responsável pela linha de Ensino Militar Científico-Tecnológico, competindo-lhe administrar as atividades de ensino e de pesquisa dos órgãos que integram esta linha.

- Institutos de Pesquisa (IP) – realizar estudos e pesquisa com o propósito de dotar o Exército de novas técnicas e de novos materiais.

- Estabelecimentos de Ensino (EE) – administrar e avaliar o ensino e a aprendizagem, fornecendo informações aos escalões superiores sobre a execução do processo com o objetivo de aprimorá-lo constantemente.

- Organizações Militares (OM) – designadas para colaborar nas atividades de ensino.

Para melhor entendimento da complexidade do campo educacional do sistema de ensino do EB, será apresentada a estrutura organizacional do EB (**Anexo - U**).

4.5 Bases Legais

4.5.1 O sistema de ensino no Exército Brasileiro

O Congresso Nacional sanciona o sistema de ensino no Exército por meio da Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, (BOLETIM DO EXÉRCITO - BE, nº 42, 1999) que determina:

Art. 1º é instituído o Sistema de Ensino do Exército, de características próprias, com a finalidade de qualificar recursos humanos para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções previstas, na paz e na guerra, em sua organização.

Art. 2º Compreende atividades de educação, de instrução e de pesquisa, realizadas nos estabelecimentos de ensino, institutos de pesquisa e outras organizações militares.

Art. 3º Fundamenta-se nos seguintes princípios e objetivos: integração à educação nacional, seleção pelo mérito, profissionalização continuada e progressiva, avaliação integral, contínua e cumulativa, pluralismo pedagógico, aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência e titulações e graus universitários próprios ou equivalentes às de outros sistemas de ensino.

O Decreto nº 3.182 – Congresso Nacional, de 23 de setembro de 1999, regulamenta a Lei 9.786 – Congresso Nacional, de 8 de fevereiro de 1999, (BE, nº 42, 1999) que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro, decreta e dá outras providências:

a. Finalidades

- Qualificar os recursos humanos necessários à ocupação de cargos previstos e ao desempenho de funções definidas na estrutura organizacional do Exército Brasileiro.
- Obedecer a processo gradual, constantemente aperfeiçoado, de educação continuada, desde os estudos e prática mais simples, até os elevados padrões de cultura geral e profissional.
- Assegurar a seu pessoal, por meio dos diferentes cursos base humanística, filosófica, científica e tecnológica, política e estratégica, para permitir acompanhamento da evolução das diversas áreas do conhecimento, o inter-relacionamento com sociedade e a atualização constante da doutrina militar.
- Integrar as atividades de ensino e de instrução militar, observando a doutrina militar, a valorização dos recursos humanos e a busca do constante aperfeiçoamento.

b. Graus de Ensino

- Fundamental – destinado a qualificar pessoal para a ocupação de cargos militares e o desempenho de funções próprias de soldado e cabo.
- Médio ou Técnico – funções das graduações de sargentos e subtenentes.
- Universitário ou Superior – oficiais e de oficiais-generais.

c. Linhas de Ensino

- Bélico – destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção, ao preparo e ao emprego da Força Terrestre.
- Científico-Tecnológico – necessário à direção e à execução das atividades científico-tecnológicas.
- De Saúde – necessário à direção e à execução das atividades de saúde.

- Complementar – necessário ao desempenho de atividades não enquadradas nas linhas anteriores e definidas em legislação específica.

d. Ciclos de Ensino

- 1º Ciclo – cursos de formação e graduação.
- 2º Ciclo – de aperfeiçoamento.
- 3º Ciclo – de altos estudos militares.
- 4º Ciclo – de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército.

Os cursos de pós-graduação ocorrem nos 2º, 3º e 4º ciclos.

A Portaria nº 715 – Comandante do Exército, de 06 de dezembro de 2002, (BE, nº 51, 2002) aprova a Política de Ensino do Exército considerando:

- Como atividade prioritária capaz de manter atualizados os recursos humanos, consoante a evolução e o progresso em todos os campos do conhecimento.
- A utilização de novas tecnologias, particularmente na área de informática, como ferramenta de transmissão de conhecimento nos cursos e estágios realizados de forma presencial ou pelo sistema de ensino a distância, servindo de apoio na individualização da aprendizagem.
- A importância do conhecimento do idioma pátrio e a aprendizagem de idiomas estrangeiros, particularmente nos cursos de formação, desenvolvendo a capacidade de expressão e compreensão oral e escrita.

A Portaria nº 716 – Comandante do Exército, de 06 de dezembro de 2002, (BE, nº 51, 2002) aprova a Diretriz Estratégica de Ensino do Exército com a finalidade de orientar o planejamento das atividades inerentes ao Sistema de Ensino do Exército, no sentido de alcançar os objetivos estabelecidos pela Política de Ensino. As orientações estratégicas são:

- Manter um sistema de ensino próprio, estruturado em graus, linhas e ciclos de ensino, com a finalidade de qualificar recursos humanos através de atividades de educação, de instrução e de pesquisa.
- Proporcionar o ensino preparatório como suporte de orientação para a carreira militar.
- Ampliar a realização de cursos e de estágios por intermédio do ensino a distância utilizando-se de modernas tecnologias educacionais.
- Ministrando cursos complementares, por meio da educação a distância, que permitam aos militares obterem graduação em cursos civis reconhecidos pelo Sistema Federal de Ensino.
- Utilizar processos de avaliação da aprendizagem que valorizem o conhecimento global e o desempenho do militar no cargo que irá ocupar.
- Proporcionar, periodicamente, a reciclagem dos agentes de ensino, visando o aperfeiçoamento do Sistema de Ensino do Exército.

4.5.2 Sistema de ensino a distância no Exército Brasileiro

A Portaria nº 013 – Estado-Maior do Exército (EME), de 27 de Abril de 1999, (BE, nº 18, 1999) aprova as diretrizes gerais para o Ensino a Distância no Exército Brasileiro. Os objetivos são:

- Ampliar a capacidade do Sistema Ensino do Exército, apoiando à linha de Ensino Militar Bélico, Científico-Tecnológico, ao Ensino Preparatório e Assistencial e à Educação de Jovens e Adultos – EJA.

- Proporcionar aos integrantes do Exército, bem como aos seus familiares (dependentes), a oportunidade de ampliar a sua capacitação, nas áreas de interesse da Força ou individuais, por meio de auto-aperfeiçoamento.

- Permitir a disseminação de conhecimentos e técnicas para todo o Exército, com economia de recursos.

- Contribuir na preparação de militares para ingresso nos cursos de aperfeiçoamento e de altos estudos militares e para o cumprimento de missões no exterior.

- Proporcionar a reciclagem de conhecimentos dos militares mediante a realização de cursos de extensão e de atualização para os concludentes dos cursos de formação, graduação, pós-graduação, especialização e de altos estudos militares.

- Contribuir para maior integração do EB com as demais Forças Singulares, Forças Auxiliares e entidades civis, nacionais ou estrangeiras, oferecendo vagas em cursos pelo Sistema de EaD.

- Proporcionar aos integrantes da Força, servindo no exterior ou em localidades carentes, bem como aos seus familiares acompanhantes condições de realizar cursos do ensino regular.

O Sistema de Ensino a Distância (SEAD) será coordenado pelo DEP, com a assessoria técnico-pedagógica do CEP e integrado pelos EE do Exército. Participam, ainda, do SEAD a SCT, o Comando de Operações Terrestres (COTER) e as OM chamadas a cooperar em suas atividades.

O funcionamento do sistema tem por missão implementar as ações de EaD no âmbito do EB, o pessoal civil e militar da ativa ou da reserva, que possua experiência e conhecimento em EaD, deverá ser empregado no desenvolvimento do sistema e uma Rede virtual de Ensino deverá ser implantada nos curso sobe a modalidade de EaD, a fim de possibilitar a utilização dos meios de uma rede aberta de informática (internet).

Por fim, as atribuições do Centro de Estudos de Pessoal são:

- Propor ao DEP as normas para funcionamento do SEAD.
- Assessorar os EE interessados na realização de cursos na modalidade de EaD.
- Operar a Rede Virtual de Ensino, subordinada ao DEP, viabilizando que outros EE tenham acesso à Internet, através do link acadêmico.
- Conduzir os cursos, na modalidade EaD, sob sua responsabilidade.

4.5.3 O sistema de ensino de idiomas do Exército Brasileiro

A Portaria n ° 75 - Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), de 27 de julho de 2005, aprova as Instruções Reguladoras da Organização, do Funcionamento e da Matrícula nos Cursos de Idiomas a Distância (IROFM/CID), cuja finalidade é estabelecer as condições para a organização, o funcionamento e a matrícula nos Cursos de Idiomas a Distância do CEP. Por ser bastante complexa/extensa, a mesma encontra-se no **Anexo – V**, desta pesquisa.

Já Portaria nº 01 – Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), de 10 de janeiro de 2005, aprova o Calendário Anual, as Taxas, a Bibliografia, o Temário e as Organizações Militares Sedes de Exame (OMSE) para as 1ª e 2ª Fases do Credenciamento Lingüístico, no ano de 2005.

Portaria nº 98 – Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), de 18 de outubro de 2004, aprova as diretrizes para o funcionamento do Sistema de Ensino de Idiomas do Exército (SEIEx), objetivando estabelecer a estrutura e a orientação geral para o funcionamento do ensino de idiomas estrangeiros que possibilite aos oficiais, subtenentes, sargentos e servidores civis do Exército Brasileiro, a aprendizagem gradual e progressiva, ao longo da carreira militar, tornando-os e mantendo-os aptos a comunicarem-se em pelo menos uma língua estrangeira, dentre as oferecidas no SEIEx, bem como estabelecer, ainda, as condições para o estudo continuado de um segundo idioma.

a. Estruturação e Conceito do SEIEx

O Sistema de Ensino de Idiomas do Exército (SEIEx) engloba os seguintes subsistemas:

- Ensino regular de idiomas – é a modalidade de prática educativa a ser desenvolvida presencialmente sob a tutela de professor, de maneira contínua e regular, ao longo da carreira militar, devendo ser oferecido como disciplina curricular na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) e na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e como complementação do ensino na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Compreende o ensino e as atividades obrigatórias do Inglês e do Espanhol, por meio do Subsistema de Ensino Regular de Idiomas (SERI). Terão acesso a esse subsistema os alunos dos cursos regulares da linha do ensino militar bélico, destinados aos ofícios de carreira e não credenciará o militar no idioma.

A Portaria nº 99 – Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP, de 18 de outubro de 2004, resolve aprovar as diretrizes do SERI, integrante do SEIEx, a fim de racionalizar e simplificar os procedimentos a serem adotados pela EsPCEEx, AMAN, EsAO, ECEME, EsAEx e EsSEEx no planejamento e na execução.

- Curso de idioma a distância (CID) - é desenvolvida a distância pelo Centro de Estudos de Pessoal (CEP), de forma autônoma, sem a contigüidade física do professor. Prevê o desenvolvimento de meios e materiais específicos e de uma comunicação interativa envolvendo o aluno e o CEP, propiciando a aprendizagem dos idiomas aos oficiais e graduados de carreira, voluntários ou não contemplados pelo ensino regular de idiomas. Destinado, também, ao estudo continuado de um outro idioma para militares, voluntários, já credenciados em outras línguas estrangeiras.

- Ensino intensivo de idiomas – modalidade presencial de caráter instrumental a ser desenvolvida em um curto espaço de tempo, visando à preparação lingüística do pessoal designado para missões no exterior. Ministrado no CEP, em caráter obrigatório, como última fase do credenciamento, para que os militares, já nomeados para missão no exterior, possam desenvolver e aprimorar a fluência necessária à conversação e ao entendimento do idioma exigido. Deverá, ainda, abranger a preparação de tarefas específicas tais como: tradutor, intérprete e didático-pedagógica para desempenho de função de instrutor/ professor. A designação dos militares para cursar o mesmo será feita pelo Estado-Maior do Exército.

b. Idiomas obrigatórios e eletivos do SEIEx

Os idiomas obrigatórios farão parte do ensino regular de idiomas, constando dos documentos de currículo e dos planos de disciplina dos cursos de formação, aperfeiçoamento, altos estudos militares e, ainda, dos planos de carreira dos oficiais. Os idiomas eletivos são os idiomas opcionais oferecidos pelo CID, e que farão parte do currículo do profissional.

c. Níveis de Proficiência

- Básico – visa desenvolver a compreensão e a expressão oral através da identificação e da articulação dos fonemas do idioma estrangeiro, levando o instruído a reconhecer e a reproduzir a pronúncia e a entonação características da língua. No CID é subdividido nos subníveis I e II. Caracteriza-se pelos seguintes aspectos: o emprego do vocabulário básico e de estruturas simples em diálogos, que refletem situações do mundo real e desenvolvimento da compreensão e da expressão escrita pela leitura e interpretação de textos simples, bem como por meio de exercícios escritos.

- Intermediário – tem como objetivo aperfeiçoar a habilidade áudio-oral. No CID, caracteriza-se pelos seguintes aspectos: o emprego e o reconhecimento de vocabulário mais ampliado e de estruturas mais elaboradas por meio da conversação, que reflete situações diárias e desenvolvimento do discurso escrito visando à interpretação de textos e elaboração de redação sobre os assuntos apresentados.

- Avançado – aprimoramento dos conhecimentos lingüísticos com o conseqüente domínio das habilidades de compreensão e expressão oral e escrita. No CID: ênfase na fluência e no emprego de vocabulário técnico-profissional (idioma instrumental) e discussão sobre tópicos concretos e abstratos de interesse geral, baseando-se em opiniões, abstração de idéias e formulação de hipóteses.

A avaliação do sistema do SEIEx preocupar-se com o rendimento da aprendizagem, com o material didático e com a capacitação constante dos docentes, visando sempre ao padrão de qualidade indispensável à sua credibilidade.

d. Credenciamento Lingüístico

A Portaria nº 024 – Estado-Maior do Exército (EME), de 07 de abril de 2003, (BE, 15, 2003) aprova as diretrizes para o credenciamento lingüístico dos militares de carreira e dos servidores civis do Exército Brasileiro, para missões no exterior.

Já a Portaria nº 149 – Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), de 19 de dezembro de 2003, tem como finalidade regular e operacionalizar a sistemática para o credenciamento lingüístico dos militares de carreira e dos servidores civis do Exército Brasileiro, para missões no exterior.

O calendário anual, as taxas, a bibliografia, o ternário e as Organizações Militares Sedes de Exame (OMSE) para as 1ª e 2ª fases do credenciamento lingüístico, no ano de 2005, aprovados pela Portaria nº 01- Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), de 10 de janeiro de 2005.

A proficiência de um idioma para o cumprimento de missões no exterior é dividida nos seguintes níveis:

- Nível “A” - caracteriza-se por muito boa precisão e fluência no uso do idioma, além do amplo domínio da compreensão escrita e oral. O discurso possibilita a conversação em situações formais, informais, na resolução de problemas e na fundamentação de idéias com fatos, opiniões e argumentos. O candidato que obter em Exame de Proficiência Oral (EPO), grau igual ou superior a 5 será aprovado.

- Nível “B” – boa precisão no uso do idioma, além do domínio parcial da compreensão escrita e oral. O discurso escrito possibilita a fundamentação de idéias com fatos, opiniões e argumentos. Aprovação em Teste de Credenciamento Lingüístico (TCL) coordenado pelo DEP: nota igual ou superior a 6,0, sendo exigido um mínimo de 30% de acertos em cada parte da prova e aprovação em curso de idiomas do tele-ensino, com os respectivos graus mínimos e condições: tele-ensino nível intermediário II – 9,0, nível avançado I – 8,0 e avançado II – 6,0.

- Nível “C” – regular precisão no uso do idioma. Há uma suficiência que permite a comunicação em situações de sobrevivência diária e participação em conversações curtas com interlocutores nativos acostumados a lidar com estrangeiros. Aprovação em TCL coordenado pelo DEP: nota entre 5,0 e 5,9 inclusive, sendo exigido um mínimo de 30% de acertos em cada parte da prova e aprovação em curso de idiomas do tele-ensino, com os respectivos graus mínimos e condições: tele-ensino nível intermediário II – 8,0, nível avançado I – 7,0 e avançado II – 5,0.

O credenciamento é obtido ao longo da carreira por meio do cumprimento de 03 (três) fases:

- 1ª Fase – Teste de Credenciamento Lingüístico (níveis: “B” ou “C”)
- 2ª Fase – Exame de Proficiência Oral (nível “A”)
- 3ª Fase – Estágio Intenso de Idiomas (EII)

A habilitação lingüística considera-se capacitado o militar de carreira ou funcionário civil que estiver credenciado no idioma considerado e no nível de proficiência lingüística compatível com o encargo e, ainda, obtiver aproveitamento no Estágio Intensivo de Idiomas realizado no CEP.

A avaliação será realizada através de bancas examinadoras nomeadas pelo DEP e formadas por três professores do idioma considerado, sendo que o presidente da banca será selecionado pelo CEP, que coordenará a aplicação do Exame de Proficiência Oral.

O estágio intensivo de idiomas realiza-se no CEP, para a missão para militares e servidores civis selecionados, de acordo com o nível de proficiência exigido.

Por fim, cabe ao Centro de Estudos de Pessoal (R-18, 2004):

- Proporcionar o assessoramento técnico-pedagógico ao SEIEx.
- Planejar, orientar e avaliar o desenvolvimento das metodologias e dos conteúdos programáticos do SEIEx.
- Coordenar e orientar a seleção do material didático, que poderá ser adquirido de autores e editoras civis ou ser elaborado mediante a supervisão do CEP para o SERI.
- Providenciar a edição de material didático necessário ao funcionamento do CID e do ensino intensivo de idiomas.

- Remeter à DPEP o levantamento das necessidades de recursos financeiros, de acordo com a Diretriz referente ao Planejamento Administrativo do DEP.

- Planejar e propor ao DEP a realização de estágios de atualização pedagógica para docentes de idiomas.

4.5.4 Cursos Semipresenciais do CEP

Em função da redução dos recursos previstos no Orçamento da União, o Comandante do CEP propôs ao DEP, um estudo sobre a viabilidade para a realização de determinados cursos na modalidade semipresencial. De posse desse estudo, o EME aprovou e homologou, por meio de portaria, os cursos que funcionariam nesse novo modelo, em 2003. Sendo assim, o ano 2002 foi destinado ao planejamento e reestruturação dos cursos de Técnica de Ensino e de Psicotécnica Militar (CARVALHO FILHO et al., 2004, p.155).

Nesse contexto, o EME cria, altera e extingui os seguintes cursos:

- Portaria nº 007 – Estado-Maior do Exército (EME), de 28 de fevereiro de 2002, altera as condições de funcionamento do Curso de Comunicação Social (CCS).

- Portaria nº 008 (EME, 2002), cria o Curso de Coordenação Pedagógica (CCP) e extingui o Curso de Técnica de Ensino (CTE).

- Portaria nº 009 (EME, 2002), cria o Curso de Psicopedagogia e Orientação Educacional (CPOE) e extingui o Curso de Psicotécnica Militar (CPM).

- Portaria nº 084 Estado-Maior do Exército (EME), de 28 de fevereiro de 2004, altera as condições de funcionamento do Curso de Auxiliar de Ensino (CAE) e revoga a Portaria nº 006 - Estado-Maior do Exército (EME), de 28 de fevereiro de 2002.

- Portaria nº 085 (EME, 2004), altera as condições de funcionamento do Curso de Auxiliar de Comunicação Social (CACS) e revoga a Portaria nº 005 - Estado-Maior do Exército (EME), de 28 de fevereiro de 2002.

a. Cursos de Auxiliar de Ensino (CAE)

A Portaria nº 084 altera as condições de funcionamento do CAE que tinha a duração de 06 semanas, na forma presencial, bem como do público alvo, com a inclusão do subtenente. A partir de 2005, passou a funcionar em 02 (duas) fases:

- 1ª Fase – ensino a distância com duração de 06 semanas, antecedendo a fase presencial.

- 2ª Fase – ensino presencial com duração de 06 semanas

O EME propõe capacitar o subtenente e o sargento para auxiliar no planejamento de atividades educacionais, nos trabalhos de controle de rendimento do ensino e da aprendizagem, na realização de pesquisas educacionais, para efetuar registros referentes à vida escolar dos alunos como fundamento para as atividades de orientação educacional, vocacional e profissional nos estabelecimentos de ensino e para evidenciar os seguintes atributos da área afetiva: comunicabilidade, tato e equilíbrio emocional, visando habilitar o subtenente e o sargento para ocupar cargos e desempenhar funções de auxiliar da Seção Psicopedagógica, da Seção Técnica de Ensino, da Subseção de Planejamento, da Subseção de Avaliação, da Subseção Psicotécnica, da Subseção de Orientação Educacional e de Monitor do Sistema Colégio Militar do Brasil.

Apesar de estar vinculado a DPEP, o EME determina que tenha o seu funcionamento regulado pelo DEP, bem como tenha a seleção e a confecção da relação dos candidatos designados para matrícula, conduzidas pelo Departamento Geral do Pessoal. São destinados aos sargentos aperfeiçoados das Armas, dos Quadros Militares de Serviço (QMS) de Material Bélico e de Intendência; até 40 alunos.

b. Curso de Auxiliar de Comunicação Social (CACS)

A Portaria nº 085 altera as condições de funcionamento do CACS que tinha a duração de 06 semanas, na forma presencial, bem como do público alvo, com a inclusão do subtenente. A partir de 2005, passou a funcionar em 02 (duas) fases:

- 1ª Fase – ensino a distância com duração de 06 semanas, antecedendo a fase presencial.
- 2ª Fase – ensino presencial com duração de 06 semanas

O EME propõe capacitar o subtenente e o sargento para executar, sob supervisão, as atividades de comunicação social, de ação comunitária e tarefas de operações psicológicas, empregar instrumentos e técnicas de relações públicas, na execução de planejamentos específicos e evidenciar os seguintes atributos da área afetiva: comunicabilidade, flexibilidade e tato, visando habilitar o subtenente e o sargento para ocupar cargos e desempenhar funções ligadas à área de Comunicação Social, Relações Públicas e Operações Psicológicas.

Seu funcionamento é regulado pelo DEP, as matrículas são conduzidas pelo DGP, no máximo 30 alunos e o público alvo: sargentos aperfeiçoados das Armas, dos QMS de Material Bélico e de Intendência.

c. Curso de Comunicação Social (CCS)

A Portaria nº 007 altera as condições de funcionamento do Curso de Comunicação Social. Visa habilitar oficiais para ocupar cargos e desempenhar funções de Oficial de Comunicação Social, Chefe de Seção de Imprensa, Relações Públicas e Comunicação Social, Adjunto de 5ª Seção de Grandes Comandos e de Seções de Operações Psicológicas. Propõe capacitar oficiais para assessorar o comando no planejamento e execução das atividades de Operações Psicológicas e das atividades inerentes à Pesquisa de Opinião Pública, planejar e executar atividades de Comunicação Social, atividades de Informações Públicas, aplicar instrumentos e técnicas de Relações Públicas e evidenciar os seguintes atributos da área afetiva: flexibilidade, comunicabilidade e tato.

O CCS realiza-se em 02 (duas) fases:

- 1ª Fase – ensino a distância com duração de 360 horas.
- 2ª Fase – ensino presencial com duração de 11 semanas

Os 30 alunos, majores e capitães aperfeiçoados oriundos da AMAN e de Oficiais do Quadro Complementar da Área de Comunicação Social, são designados pelo DGP.

d. Curso de Coordenação Pedagógica (CCP)

A Portaria nº 008 cria o Curso de Coordenação Pedagógica, propondo capacitar oficiais para assessorar a direção de ensino em assuntos técnico-pedagógicos; planejar atividades de ensino, coordenar o processo de elaboração e revisão de currículos, acompanhar, controlar, avaliar e aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem, orientar o educando com dificuldades de aprendizagem, na busca de alternativas para solucioná-las e evidenciar os seguintes atributos da área afetiva: comunicabilidade, flexibilidade e objetividade, com o objetivo de habilitar oficiais para ocupar cargos e desempenhar funções de Chefe de Seção Técnica de Ensino, Chefe de Seção Psicopedagógica, Chefe de Subseção de Planejamento e Chefe de Subseção de Avaliação.

O CCP é realizado em 02 (duas) fases: ensino a distância com duração de 360 horas (1ª fase) e ensino presencial com duração de 11 semanas (2ª fase).

É destinado a majores e capitães aperfeiçoados da AMAN e oficiais de Comunicação Social. EME determina no máximo 30 alunos.

e. Curso de Psicopedagogia e Orientação Educacional (CPOE)

A Portaria nº 009 cria o Curso de Psicopedagogia e Orientação Educacional, propõe capacitar oficiais para integrar processos de orientação educacional e profissional do corpo discente, conduzidos por profissionais especializados, com vistas à auto-realização e ao ajustamento pessoal, dentro e fora do Estabelecimento de Ensino (EE), participar da realização e manutenção da dinâmica da seleção psicológica, da qualificação e da orientação profissional na área militar, participar do processo de avaliação dos atributos da área afetiva e do estabelecimento de medidas de manutenção do sigilo de informações pessoais, coordenar profissionais especializados nos trabalhos de pesquisa e de tratamento estatístico de resultados nos campos da Psicologia Aplicada e Escolar e evidenciar os seguintes atributos da área afetiva: discrição, sensibilidade e tato. Tem como objetivo habilitar oficiais para ocupar cargos e desempenhar funções de Chefe de Seção Técnica de Ensino, Chefe de Seção Psicopedagógica, Chefe de Subseção de Psicotécnica e Chefe de Subseção de Orientação Educacional.

Fixa que o CPOE seja realizado no seguinte formato: 1ª Fase – ensino a distância com duração de 360 horas e 2ª Fase – ensino presencial com duração de 11 semanas.

Para majores e capitães da AMAN e para os oficiais das áreas de Magistério, Pedagogia e Psicologia; disponibilidade - 30 alunos. Seu funcionamento é regulado pelo DEP/ DGP.

4.5.5 Cursos a Distância em Parceria com a UFRRJ e UFF

4.5.5.1 UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Os cursos são credenciados por meio dos seguintes instrumentos legais:

- Portaria nº 4.056 – Ministério de Educação e Cultura (MEC), de 23 de dezembro de 2003, resolve:

Art 1º Credenciar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, mantida pelo Ministério da Educação, para a oferta de programas e cursos de especialização em nível de pós-graduação lato sensu. Especialização em Gestão Estratégia de RH, em Coordenação Pedagógica e Psicopedagogia e Orientação Educacional, todos na modalidade a distância.

a. Coordenação Pedagógica

Objetivos

- Articular o pensamento pedagógico às abordagens teórico-metodológicas que propiciam a compreensão da prática educativa no cotidiano escolar.
- Analisar o cotidiano escolar à luz das concepções: escola como espaço de adaptação social e escola como espaço de luta pela transformação social.
- Aprofundar a discussão sobre a escola inserida num projeto educativo que objetiva a ação transformadora.
- Compreender a necessidade permanente do processo de planejamento escolar nos desdobramentos político-pedagógicos do currículo, da estrutura organizacional e da gestão escolar.
- Analisar o projeto político-pedagógico como instrumento que dá indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.
- Entender o trabalho da coordenação pedagógica como mediação de interesses da escola e dos sujeitos envolvidos na práxis educativa.

b. Gestão Estratégia de Recursos Humanos

Objetivos

- Identificar como a globalização está influenciando a GERH para obtenção de vantagem competitiva sustentável por intermédio das pessoas.
- Avaliar as implicações para a seleção de pessoas na integração do Planejamento Estratégico de RH com o Planejamento Estratégico da Organização.
- Proporcionar aos profissionais e estudantes do ramo uma visão estratégica do processo de gestão de pessoa em entidades públicas e privadas com ênfase na estratégia de parceria e de mobilização envolvendo tais entidades com as organizações atuantes no terceiro setor.
- Identificar as fontes do poder e sua influência nas relações interpessoais da organização.
- Avaliar o papel da ética na gestão de RH.

c. Psicopedagogia e Orientação Educacional

Objetivos

- Reconhecer a formação histórica do campo de interseção teórico e prático da psicopedagogia e da educação.
- Identificar e analisar as perspectivas de interação entre a psicologia e a educação.
- Situar e analisar o campo de construção teórica e atuação profissional na psicopedagogia.
- Relacionar psicopedagogia a teoria e prática docente.
- Analisar as dificuldades de aprendizagem que podem ocorrer durante o processo educativo.

4.5.5.2 UFF (Universidade Federal Fluminense)

A UFF pode operar com EaD, amparado nos seguintes instrumentos legais:

- Parecer CNE/CES nº 183/2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

• Portaria nº 2.562 – Ministério de Educação e Cultura (MEC), de 24 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º Credenciar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a Universidade Federal Fluminense para a oferta de programas e cursos de pós-graduação lato sensu a distância, nas áreas de sua competência acadêmica.

a. Sistemas Modernos de Telecomunicações

Objetivos

• Conceituar os Sistemas de Telecomunicações, abordando os aspectos envolvidos com o projeto, implantação e manutenção, com ênfase na qualidade e modernidade.

• Apresentar a evolução das Telecomunicações e fornecer base matemática para a compreensão dos sistemas atuais, terrestres e espaciais, com ênfase nos sistemas digitais.

• Definir as Redes de Comunicações em geral e abordar as técnicas e ferramentas utilizadas para desenvolvimento, implantação, operação e manutenção.

Público-alvo

• Engenheiros de Telecomunicações, Eletrônica, Eletricidade e Computação, profissionais de Informática e de carreiras afins que buscam trabalhar no projeto, implantação, operação e manutenção de Redes e de Sistemas de Telecomunicações.

• Administradores e gerentes da área de Telecomunicações.

• Profissionais de outras áreas que tenham base matemática para compreender os procedimentos utilizados em Telecomunicações e que desejam trabalhar na área.

b. Instrumentação para o Ensino de Matemática

Objetivos

• Apresentar a Matemática de um ponto de vista motivador, lúdico, dentro de uma perspectiva histórica de construção.

• Relatar o papel da Matemática na construção do método científico e sua influência no desenvolvimento da Física, Biologia, Economia etc.

• Instrumentalizar o professor para o ensino da Matemática nos níveis fundamental e médio.

Público-alvo

• Professores de Matemática dos ensinos fundamental e médio que buscam aprimoramento profissional.

• Graduados em Matemática e áreas afins.

c. Criptografia e Segurança em Redes

Objetivos

• Apresentar fundamentos teóricos e práticos da criptografia e segurança computacional, desde a implantação à manutenção de sistemas seguros.

• Oferecer base matemática para compreensão de sistemas criptográficos atuais, com ênfase nos de chave pública.

• Fornecer fundamentação em redes de computadores e mostrar as técnicas e ferramentas atuais usadas em sua proteção.

Público-alvo

- Usuários e administradores de sistemas que necessitam analisar e implementar soluções na área de segurança de dados.
- Analistas, engenheiros de sistemas e de software, administradores de redes, auditores de sistemas, administradores de dados, especialistas em transmissão de dados, tecnólogos e profissionais de tecnologia envolvidos com a segurança de redes e sistemas.
- Graduados em Matemática e áreas afins.

4.5.5.3 Prescrições Diversas dos Cursos de Pós-graduação (UFF/UFRRJ)

a. Do Curso

Adota a metodologia de ensino a distância e estão estruturados em duas fases. A primeira é a fase de aquisição de conhecimentos, na qual o processo de aprendizagem compreende o estudo de material impresso e indicação de bibliografia selecionada, consultas à tutoria e avaliações da aprendizagem, com duração de 36 semanas. A segunda fase constitui-se na confecção de um trabalho de conclusão de curso, com duração de 16 semanas.

b. Da Grade Curricular

Informa as disciplinas que compõem o curso e as respectivas cargas horárias, no total de 360h.

c. Do Material Didático

É composto de:

- Plano de Disciplina (PLADIS) – trata-se de um documento que representa o conteúdo programático das disciplinas, os objetivos que o aluno necessita atingir em cada assunto e a bibliografia.
- Cadernos de Textos – estão estruturados com a visão geral da disciplina, textos, sinopses, exercícios, além de sugestões de filmes, leituras e sites na Internet, de modo a facilitar e diversificar a forma de estudo e o planejamento, para que o aluno obtenha melhor rendimento.

O CEP conta com uma equipe formada por um editor/diagramador eletrônico e duas educadoras para o apoio Técnico-Pedagógico, adequando os cadernos de textos (livro impresso) para o sistema de ensino a distância.

d. Da Tutoria

As atividades de tutoria têm por finalidade auxiliar e estimular o aluno a superar suas dificuldades, esclarecendo dúvidas quanto ao conteúdo das disciplinas, orientando a execução das atividades propostas e a realização do projeto do trabalho final do curso.

O aluno recebe em cada remessa de material, o horário de atendimento da tutoria com os nomes dos tutores, curso a que estão vinculados, bem como os dias da semana e o horário de cada um.

O sistema de tutoria oferece duas formas de atendimento: individual ou em grupo, no CEP (presencial) e por carta, telefone, fax e correio eletrônico (não-presencial).

e. Da Avaliação

A avaliação da aprendizagem é individual, feita ao final do estudo de cada disciplina, de acordo com a data estabelecida no calendário de avaliações.

As provas constam de questões analíticas (dissertativas), realizadas na OM de vinculação do aluno, ou seja, mais próxima da residência ou do trabalho, em data e horário constantes do calendário. Os trabalhos devem ser postados nos correios e enviados para o CEP, digitados ou datilografados até a data constante no referido calendário.

A avaliação é categorizada em menções, a saber: “A” - Excelente, “B” - Muito Bom, “C” - Bom, “D” - Regular e “R” - Insuficiente. Para a aprovação é necessário obter, no mínimo, o conceito D (regular) em cada disciplina e no trabalho final do curso. As menções baseiam-se na Resolução nº 01/2001, do conselho Nacional de Educação, sendo uma das exigências para que o curso tenha validade.

Os conceitos serão enviados pelos correios ou e-mail, a partir de 40 (quarenta) dias após a realização de cada avaliação, bem como estará disponibilizada no Portal de Educação do Exército (www.ensino.eb.br), somente as provas possuem 2ª chamada e em função das características do curso, com alunos em todo o território nacional, torna-se impossível a concessão de vista ou revisão de prova.

f. Da Dependência

Não alcançando o conceito exigido para aprovação, é possível recuperar os estudos em até duas disciplinas no ano seguinte, na ocasião em que elas estiverem sendo oferecidas.

g. Do Trabalho Final de Curso (TFC)

Para obter o certificado e aprovação em cursos de especialização, a norma legal determina a realização de um TFC. Desta forma, somente serão aceitos trabalhos dos alunos que tiverem sido aprovados em todas as disciplinas e tenham efetuado o pagamento das duas parcelas referentes ao investimento da 2ª fase do curso.

O projeto do TFC deverá abordar um dos temas indicados, o prazo será de 60 dias e obter no mínimo o conceito regular – “D” para aprovação no curso.

h. Do Certificado

Os certificados de conclusão de curso serão emitidos pela UFRRJ e UFF.

i. Da Secretaria

A secretaria é o elo de ligação entre o aluno e o curso. Existe para prestar esclarecimentos sobre: remessa de material, alteração de endereço, matrícula, pagamento, emissão de documentos, data e local das avaliações, segunda chamada de prova, dependência e outras informações julgadas necessárias. Os meios possíveis são: telefone, fax, carta e e-mail (secretariadealunos@cep.ensino.eb.br).

j. Do Instrumento de Avaliação da Disciplina

Instrumento essencial para a melhoria do processo, ou seja, a partir da análise das respostas, pode-se aperfeiçoar o curso. Junto com o material de cada disciplina, o aluno receberá um Instrumento de Avaliação da Disciplina (Anexo - X) que deverá preencher e enviar ao CEP, com a avaliação (prova ou trabalho).

4.6 Logística

O CEP utiliza o serviço dos Correios para que os materiais (livros e provas) cheguem ao destino. O destino pode ser a casa do aluno ou a unidade militar mais próxima de sua residência. Todo o material sai do CEP pronto, ou seja, embalado, pesado, selado, registrado e identificado através de etiqueta. O serviço pode ser despachado via SEDEX ou carta registrada, isto é, de acordo com o peso do material.

Por fim, todo o processo logístico é controlado pelo sistema residente no Portal de Ensino do EB (2006), os alunos militares que servem no Rio de Janeiro, o CEP utiliza o sistema de malote e o correio do Comando da 1ª Região Militar é o ponto central desse processo.

4.7 Parceiros

Segundo a Fundação para o Prêmio Nacional de Qualidade (2004, p.53), a parceria é o estágio de relacionamento especial e estreito entre duas organizações obtido em função de fatores e razões distintas, objetivando o fortalecimento das relações com os clientes ou com os fornecedores.

Para Torres, Torres e Serra (2004, p.104) a aliança e parcerias (*joint ventures*) são acordos entre organizações para uma atividade conjunta e específica.

Já para Souto e Serapião (1997, p.159), parceiro é a entidade com afinidade de interesse com a organização, com o processo ou com a atividade, que se propõe a dividir esforços e/ou recursos para alcance dos objetivos.

Dessa forma, a parceria entre o DEP e UFRRJ e DEP e UFF, foi firmada através do seguinte amparo legal:

- Protocolo de Intenções nº 0200800 – Estado-Maior do Exército (EME), de 11 de junho de 2002 (DOU nº 125, 02 de Julho de 2002) que entre si celebram o Comando do Exército, por intermédio do Departamento de Ensino e Pesquisa, e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro o desenvolvimento institucional e cultural.

- Protocolo de Intenções nº 0416200 – Estado-Maior do Exército (EME), de 16 de agosto de 2005, que entre si celebram o Comando do Exército, por intermédio do Departamento de Ensino e Pesquisa, e a Universidade Federal Fluminense visando o desenvolvimento institucional e cultural.

Para melhor entendimento de como funciona a parceria entre DEP/UFRRJ e CEP/UFF serão apresentadas as seguintes considerações:

a. Do Objeto

Visa o desenvolvimento de projetos técnico-educacionais, o aperfeiçoamento de recursos humanos, o desenvolvimento de pesquisas em temas educacionais e o intercâmbio de recursos laboratoriais, de bibliografia e de banco de dados.

b. Da Execução

Será executado pelas organizações militares subordinadas ao DEP, em parceria com núcleos, setores e/ou departamentos da UFRRJ e UFF.

c. Das Obrigações dos Partícipes

- Colaboração didática e organização e cursos, estágios, conferências e seminários, em áreas de interesse comum.

- Estudos, pesquisas e investigações em regime de mútua cooperação ou de intercâmbio.
- Colaboração laboratorial, troca de informações e de material bibliográfico ou de banco de dados, em áreas de mútuo interesse.
- Cooperação mútua no desenvolvimento de programas, projetos e/ou atividades de aperfeiçoamento de recursos humanos.

d. Da Propriedade e da Exploração dos Resultados

Se da execução dos projetos desenvolvidos resultarem aperfeiçoamentos ou inovações passíveis de privilégios ou direitos autorais, serão estabelecidos, nos respectivos convênios, as condições que regularão a utilização do privilégio ou a satisfação do direito, ficando, desde já, definido que os resultados líquidos financeiros decorrentes do uso eventual, cessão a terceiros do privilégio ou do direito serão repartidos em partes iguais entre os conveniados, respeitando o disposto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. (Lei dos Direitos Autorais) e na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial), (BRASIL, 1998; 1996).

e. Da Vigência

A partir da data da publicação, terá validade de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, por mútuo consentimento dos partícipes.

f. Da Renúncia e Rescisão

O CEP/UFRRJ e o DEP/UFF poderão a qualquer tempo, denunciar ou rescindir os presentes protocolos, no interesse dos serviços ou por inadimplência de uma das partes, mediante notificação por escrito com antecedência de 60 (sessenta) dias, tomadas as necessárias providências para a salvaguarda dos trabalhos em curso.

g. Das Alterações

As adições ou variações nas cláusulas dos referidos protocolos, porventura necessárias, serão formalizadas mediante Termos Aditivos.

4.8 Cenários dos Cursos do CEP e Parceiros/2005

4.8.1 Cursos Semipresenciais

O Quadro a seguir apresenta o quantitativo dos cursos semipresenciais ofertados pelo CEP, em 2005.

Quadro 12: Cursos semipresenciais voltados para a Força, 2005.

Cursos (*)	Alunos	Quantidade
Auxiliar de Ensino	Sgt / Subtenente	21
Auxiliar de Comunicação social	Sgt / Subtenente	25
Coordenação Pedagógica	Cap / Maj	11
Psicopedagogia e Orientação Educacional	Cap / Maj	20
Comunicação Social	Cap / Maj	17

Fonte: Divisão de Alunos/CEP, 2005.

(*) Os alunos matriculados nesses cursos são escolhidos pelo Departamento Geral de Pessoal

4.8.2 Cursos de Idiomas a Distância – CID

A Tabela abaixo exhibe o quantitativo de militares e civis matriculados nos cursos de idiomas a distância, do CEP, bem como o percentual de evasão dos cursos.

Tabela 14: Cursos de idiomas a distância para o militar e seus dependentes, 2005.

Idiomas	Matriculados	Militares	Civis	Evasão	
Alemão	52	52	00	22	42,31%
Espanhol	256	250	06	75	29,29%
Inglês	519	498	21	140	26,97
Italiano	64	63	01	31	48,43%
Francês	79	77	02	17	21,52%
Russo	22	22	00	7	31,82%

Fonte: Divisão de Alunos/CEP, 2005.

A evasão tem sido muito alta, devido compreender todos os ciclos em vigor e não somente o 1º ciclo/2005 e 2º Ciclo/2005 (informação dada pelo Oficial responsável pela carteira de idiomas da Divisão de Alunos).

4.8.3 Cursos a Distância – CEP/UFRRJ

A Tabela 15 - mostra que o curso de Psicopedagogia e Orientação Educacional possui índice de evasão elevado, em relação aos outros dois cursos ofertados pelo CEP/UFRRJ.

Tabela 15: Cursos a distância ofertados pelo CEP/UFRRJ a sociedade, 2005.

Cursos	Alunos					
	Matriculados	Atual	Militares	Civis	Evasão	
Psicopedagogia e Orientação Educacional	514	319	132	187	195	37,93%
Gestão e Estratégia de Recursos Humanos	373	296	129	167	77	20,64%
Coordenação Pedagógica	221	167	51	116	54	24,43%

Fonte: Divisão de Alunos/CEP, 2005.

4.8.4 Cursos a Distância – CEP/UFF

A Tabela 16 – mostra que o curso de Criptografia e Segurança em Rede pode servir como referência aos outros dois cursos oferecidos pelo CEP/UFF, no que tange a evasão.

Tabela 16: Cursos a distância ofertados pelo CEP/UFF a sociedade, 2005

Cursos	Alunos					
	Matriculados	Atual	Militares	Civis	Evasão	
Instrumentação para Ensino de Matemática	223	175	51	124	48	21,52%
Criptografia e Segurança em Rede	343	314	176	138	29	8,45%
Sistemas Modernos de Telecomunicações	231	172	64	108	59	25,54%

Fonte: Divisão de Alunos/CEP, 2005.

4.8.5 Total Geral – Matriculados / Média Evasão

A Tabela 17 - exibe o cenário situacional (2005) dos cursos oferecidos pelo CEP (semipresenciais e a distância), CEP/UFRJ e CEP/UFF.

Tabela 17: Total de alunos matriculados e média da evasão, 2005.

Cursos	Alunos		
	Matriculados	Evasão	Percentual
Semipresencial	94	0	0%
CID	992	292	29,44%
UFRRJ	1108	326	29,42%
UFF	797	136	17,06%
Total Geral	2991	754	25,21%

Fonte: Divisão de Alunos/CEP, 2005.

4.9 Tendências 2006

4.9.1 Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM)

As bases legais são:

- Portaria n ° 395 – Comandante do Exército (Cmt Ex), de 9 de junho de 2005, (BOLETIM DO EXÉRCITO, n° 23, 2005, p.16) resolve:

Art. 1º Criar o Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM).

Art. 2º Determinar que o referido curso:

V - possibilite a matrícula de, no máximo, cem e de, no mínimo, cinquenta alunos por curso;

VI - tenha como universo de seleção os oficiais voluntários das Armas, do Quadro de Material Bélico, do Serviço de Intendência, do Quadro de Engenheiros Militares e do Serviço de Saúde que não possuam um dos Cursos de Altos Estudos Militares do Exército (ECEME) e que tenham, no mínimo, quatro anos no posto de major e, no máximo, um ano no posto de tenente-coronel, referentes ao ano da matrícula;

VIII - tenha a fase preparatória da seleção de candidatos conduzida pelo Departamento-Geral do Pessoal e a fase decisória pelo Gabinete do Comandante do Exército.

- Portaria n ° 396 – Comandante do Exército (Cmt Ex), de 9 de junho de 2005, (BE, n° 23, 2005, p.17) aprova a Diretriz para Implantação do Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM) com o objetivo de possibilitar ao oficial de carreira obter o título de pós-graduação em áreas universitárias de interesse da Força.

- Portaria n ° 122 – Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), de 4 de novembro de 2005, (BE, n° 46, 2005, p.103) resolve:

Art. 1º Aprova as Instruções Reguladoras (IR) para a Organização, Funcionamento e Matrícula no Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (IROFM/CGAEM-IR 60-03).

Art. 3º O curso tem por objetivos atualizar e ampliar a capacitação profissional dos oficiais superiores do Exército Brasileiro para o exercício de funções de assessoramento de estado-maior e chefia de organizações militares, especificadas pelo EME, criando melhores condições de aproveitamento de suas potencialidades e possibilitar ao oficial de carreira obter o título de pós-graduação em áreas universitárias de interesse da Força.

Art. 7º O curso será realizado, em princípio com periodicidade anual, a partir de 2006, em duas fases:

I - 1ª fase - na forma de ensino a distância, funcionando no ano A, na Organização Militar (OM) do aluno, a cargo do Centro de Estudo de Pessoal (CEP), em convênio com instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino;

II - 2ª fase - na forma de ensino presencial, funcionando no ano A+1, a cargo da ECEME, em períodos de 3 (três) meses, com até 3 (três) turnos por ano.

- Portaria n.º 123 – Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), de 4 de novembro de 2005 (BE, n.º 46, 2005, p.112), aprova o Calendário de Eventos para o período iniciado em 2006 e a ser concluído em 2007, relativo ao Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior.

4.9.2 Cursos de Pós-graduação a Distância EB/UCB/UNESCO

A Universidade Castelo Branco (UCB) e o Exército Brasileiro (EB) oferecem 05 (cinco) cursos de especialização a distância em: Docência do Ensino Superior, Língua Portuguesa, Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Gestão da Administração Pública e Gestão da Comunicação e Marketing Institucionais.

As bases legais que credenciam a UCB, com cátedra da UNESCO-EAD são:

- Parecer CNE/CES n.º 183/2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

- Portaria n.º 4.057 – Ministério de Educação e Cultura (MEC), de 23 de dezembro de 2003.

Após apresentação do cenário situacional do CEP, evidencia-se que esta unidade militar parece cumprir sua missão de maneira adequada, capacitando, formando e especializando a força de trabalho do EB, nos diversos campos do saber e, também, por ser um bom exemplo de instituição de sucesso no ensino a distância, pela experiência, organização e adequação dos cursos (semipresenciais e a distância) ofertados a Força e a Sociedade, contribuindo para a democratização da educação e para o progresso do país. Evidencia-se, ainda, que o CEP necessita melhorar o sistema de tutoria e logística.

5. CENÁRIO PERCEPTIVO: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A Tabela a seguir expressa o número de pessoas que responderam o questionário da pesquisa.

Tabela 18: Quantitativo dos respondentes do questionário, por grupo de Organização à qual pertencem, 2005.

ORGANIZAÇÕES	RESPONDENTES			% Respondido
	Total	Respondido	Não respondido	
CEP	27	16	11	57,14%
Marinha	01	01	00	100%
Corporativo	11	08	03	72,72%
Parceiros	12	07	05	58,33%
SENAC	12	10	02	80%
Associações / Consórcio	03	00	03	0,00%
Total Geral	66	42	24	63,63%

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se dizer que o número de respondentes ao questionário foi satisfatório, uma vez que a média de questionários que retornaram foi de aproximadamente 64% (42 respondentes); exceto para as associações e consórcios que não responderam ao mesmo (Associação Brasileira de Tecnologia Educacional – ABT e Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED) e o Consórcio Interamericano de Educação a Distância – CREAD.

A seguir, são apresentadas as respostas dos participantes da pesquisa realizada no período de setembro a dezembro de 2005.

5.1 Pergunta 1: Definição de Educação a distância.

Grupo: CEP - (Total = 16 respondentes)

a. Meio de ensino não-presencial capaz de atingir várias pessoas em diversos locais e horários condizentes à disponibilidade dessas pessoas, dando-lhes a oportunidade de melhorar sua formação nos diferentes níveis do conhecimento, e conseqüentemente, aperfeiçoar o desenvolvimento de qualquer país com enormes dimensões, como o Brasil. (05 respondentes).

b. Modalidade de educação que é desenvolvida sem a presença física do instrutor, podendo envolver material impresso enviado pelo correio ou mediada pela tecnologia: rádio, tv, internet etc. (08 respondentes).

c. Sistema de comunicação bidirecional, que se desenvolve por meio da ação sistemática e conjunta de recursos didáticos e pelo apoio da tutoria propiciando aprendizagem, cujo fundamento principal no processo é a disciplina do aluno (02 respondentes).

d. A formação, ensino ou desenvolvimento a distância é um processo mediado com a educação presencial; sem esse requisito, não há um processo de ensino e de aprendizagem. (01 respondente).

Grupo: Marinha - (Total = 01 respondente)

a. Um meio auxiliar que pode superar os desafios educacionais com eficiência, principalmente em nosso país que apresenta desigualdades regionais e déficits educativos elevados. Também, importante para a democratização do ensino.

Grupo: Parceiros - (Total = 07 respondentes)

a. É uma nova forma de ensino que utiliza o uso da tecnologia de informação para oportunizar o acesso à educação de pessoas, que não tem tempo ou condições de participar dos meios tradicionais de ensino. (04 respondentes).

b. É uma variação da educação formal onde há uma separação física entre os atores do processo (aluno/professor), baseada em recursos didáticos de conteúdo e apoio e em um sistema tecnológico de comunicação bidirecional. (03 respondentes).

Grupo: Corporativo – (Total = 08 respondentes)

a. É uma alternativa pedagógica de grande alcance que possibilita a auto-aprendizagem mesmo quando não há contigüidade física entre o aluno e o professor, que utiliza como princípio básico as inovações metodológicas incorporadas às novas tecnologias para produção e disseminação de conteúdos. (04 respondentes).

b. É um processo de transmissão de conhecimento, no qual o aprendiz ou discente estabelece uma relação com o transmissor de forma síncrona ou assíncrona, com o objetivo de levar os alunos a desenvolverem a capacidade e a habilidade de aprender mediante situações não convencionais de acordo com seu ritmo e tempo. (02 respondentes).

c. É uma modalidade educativa centrada no aluno, em que é necessário o estímulo a autonomia do discente, sob a orientação do docente, para que o mesmo desenvolva a sua auto-aprendizagem. (02 respondentes).

Grupo: SENAC - (Total = 10 respondentes)

a. É uma modalidade de ensino, cuja aprendizagem é planejada, organizada e administrada por métodos especiais de ensino, de formato de curso e de instrução, em razão de envolver diferentes técnicas pedagógicas e requerer métodos especiais de comunicação, através da internet e outras tecnologias. (02 respondentes).

b. É o processo educacional de aspecto inclusivo e democrático capaz de possibilitar estudo e atualização, sem sair de casa, a um grande número de pessoas de diferentes culturas e variadas faixas etárias, que residem em locais distantes e desprovidos de escolas. (04 respondentes).

c. É a educação do momento que permite o desenvolvimento de novos processos de aprendizagem com base na ação criativa provida de significado, originalidade e autonomia, e também, pela flexibilidade do aluno escolher o local e o horário que deseja estudar, porém o mais importante na EAD é a disciplina que o aluno tem que ter. (02 respondentes).

d. É uma forma de transmitir ensino, aprendizagem e conhecimento em que alunos e professores não compartilham o mesmo espaço-tempo, com custo menor. (02 respondentes).

A análise dos conteúdos das respostas de cada grupo à **definição de educação a distância**, revelou diferentes ênfases, o que contribuiu para o fechamento do processo de categorização das respostas referentes à primeira pergunta. Tais ênfases são apresentadas no Quadro 13, a seguir.

Quadro 13: Definição de EaD pelos 42 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade.

Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Critérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EAD: Ênfases	Nº de respostas:
1. CEP	Democratização da educação: Ensino não-presencial oferecido conforme a região e disponibilidades de cada um, visando formação profissional e desenvolvimento do país.	5
a		
b	Nova metodologia educacional / Comunicação / Tecnológica: Ensino não-presencial através de TV, rádio, Internet, correio, dentre outros.	8
c	Sistema tecnológico de comunicação bidirecional: Interação de recursos didáticos e tutoria visando aprendizagem e disciplina do aluno.	2
d	EAD como ensino semipresencial: Sem mediação com ensino presencial, não há processo ensino-aprendizagem.	1
	Sub-total:	16
2. Marinha	Democratização da educação: Meio auxiliar de superar desigualdades regionais e déficits educativos.	
a		
	Sub-total:	1
3. Parceiros	Nova metodologia educacional / Comunicação / Tecnologia: Oportuniza acesso à educação a pessoas sem condições e tempo.	4
a		
b	Sistema tecnológico de comunicação bidirecional: Ensino não-presencial baseada na interação de recursos didáticos, apoio tutor e tecnologia.	3
	Sub-total:	7
4. Corporativo	Nova metodologia educacional / Comunicação/ Novas tecnológicas: Ensino não-presencial baseada na tecnologia para disseminar conteúdo, onde a interatividade/comunicação se estabelece de forma síncrona ou assíncrona.	6
a		
b	Educação com foco no aluno: Estímulo autônomo do aluno e orientação do professor promovem a auto-aprendizagem	2
	Sub-total:	8
5. SENAC	Nova metodologia educacional / Comunicação/ Tecnologia: A aprendizagem requer métodos especiais por envolver diferentes técnicas pedagógicas. Possibilita, ainda, aprendizagem mesmo quando o aluno e o professor estão separados fisicamente, com custo menor.	4
a		
b	Democratização da educação: Educação inclusiva que atende pessoas de diferentes lugares, culturas e faixas etárias, sem sair de casa.	4
c	Educação do momento: Aprendizagem flexível e com base na construção, originalidade e autonomia, ainda exige disciplina do aluno.	2
	Sub-total:	10
	Total:	42

Fonte: Dados da pesquisa

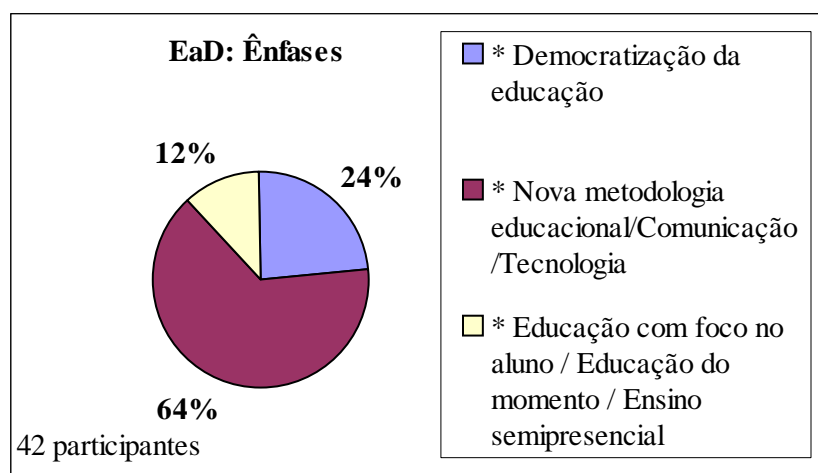
Após a análise descritiva e interpretativa dos conteúdos, chega-se as seguintes considerações:

a. Democratização da educação – por ser uma educação inclusiva, por atender pessoas de diferentes regiões, culturas e faixas etárias, na forma não-presencial, por superar déficits educativos e por visar a formação profissional e o desenvolvimento do país. (10 respondentes).

b. Nova metodologia educacional/Comunicação/Tecnologia – ensino não-presencial baseada na interação de recursos didáticos, apoio tutor e tecnologia através de TV, rádio, Internet, correio, dentre outros, possibilitando aprendizagem mesmo sem a presença do professor. A comunicação se estabelece de forma síncrona ou assíncrona. (27 respondentes).

c. Educação com foco no aluno/Educação do momento/Ensino semipresencial – (05 respondentes)

Abaixo, a representação gráfica consolidando a análise de conteúdo do Quadro 13. O Gráfico revela que 64% dos respondentes enfatizaram a EaD como mediada pela Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 5: Percentagens das respostas qualitativas à questão **Definição de Educação a distância**, pelos 42 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Os resultados das respostas à Questão 1 são confirmadas por alguns pesquisadores que argumentam:

- Gutierrez e Prieto (1994) reforçam a discussão dos respondentes, pelo fato de considerarem que a EaD é capaz de superar limitações geográficas, atender demandas diversificadas de estudo e diversificação da população escolar, possibilitar menor custo por estudante e quantidade sem perda da qualidade, por fim, que a EaD é uma alternativa para a democratização do ensino.

- Corrêa (2001) reforça esse ponto lembrando que a EAD institui-se com base no princípio da democratização da educação, e que chega para responder a uma série de necessidades educacionais, principalmente para aqueles cuja escolarização foi interrompida, pela impossibilidade de deslocamento e pela dispersão geográfica.
- Litwin (2001, p.33) argumenta que o aumento do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na educação a distância, possibilita aos educadores a distância uma gama de novas oportunidades e desafios, por meio de CD-ROM, correio eletrônico e internet,
- Laudon (2004, p.274) argumenta que esse processo de ensino a distância cada vez mais se baseia na tecnologia de informação, embora possa ser realizado por material impresso.

Após as considerações feitas pelos respondentes da pesquisa, supõe-se que a modalidade de ensino-aprendizagem a distância se configura como ótimo meio para superação de barreiras, possibilitando o acesso das pessoas à informação, ao conhecimento e ao saber, com apoio da tecnologia, de material impresso, em favor da democratização da educação. Democratização da educação implica, portanto, acesso, permanência, progressão e término da escolaridade.

5.2 Pergunta 2: Educação a Distância visa substituir a Educação Presencial?

Grupo: CEP - (Total = 16 respondentes)

- Não.** Visa complementar a educação presencial, por vários aspectos: ambas possuem o mesmo fim, por isso não se excluem, embora a EaD não seja compatível com todos os tipos de cursos, por exemplo: operação médica. (11 respondentes).
 - Não.** Apenas revolucionar alguns pontos, uma vez que o ensino é um processo mediado e apesar dos avanços da tecnologia, não se possui ainda a forma de mediação à altura desta pretensão, bem como o vínculo social. (02 respondentes).
 - Não.** No momento não substitui a educação presencial, mas está caminhado para isso. (01 respondente).
 - Parcialmente,** pois determinadas disciplinas que dependem de prática e o acompanhamento direto do professor, não são substituídas pela EaD. As teóricas, sim. (01 respondente).
 - Sim.** Infelizmente, todos os projetos de EaD dos quais tenho vivenciado visam otimização e principalmente o lucro, em detrimento da implementação paulatina que atenda prioritariamente o aluno. (01 respondente).
- Total: 14 responderam “não”, 1 respondeu “parcialmente” e 1 respondeu “sim”.

Grupo: Marinha - (Total = 01 respondente)

- Não.** Porque nas séries iniciais o estudante necessita ter uma ambiência com o ensino presencial, previsto pela LDB, pois nessa fase se estabelecem as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional e da socialização. Daí o ensino presencial ser insubstituível, nessa fase.

Grupo: Parceiros - (Total = 07 respondentes)

a. **Não.** A EaD é complementar à educação presencial porque atende camadas da sociedade que estariam fora do processo tradicional, permite que elas se integrem na construção da cidadania, especialmente, em países com dimensão e disparidades regionais como o Brasil. (04 respondentes).

b. **Não.** A EaD não substitui a educação presencial porque esta tem uma dinâmica mais rica, um conhecimento tácito que se exerce com mais intensidade e práticas que envolvam ações manuais delicadas, que requerem supervisão imediata. (02 respondentes).

c. **Não.** Haverá uma convergência cada vez maior entre o ensino presencial e a distância, e o termo educação a distância caíra em desuso, rapidamente. (01 respondente). Total: 07 responderam “não”.

Grupo: Corporativo – (Total = 08 respondentes)

a. **Não.** A EaD e o ensino presencial não são eventos excludentes e sim complementares, por contribuir para a melhoria da educação presencial, por oportunizar o estudo a quem não tem acesso a sala de aula e por determinados conteúdos não serem suportados pela tecnologia ao nível da EaD. (05 respondentes).

b. **Não.** Ambas possuem os mesmos objetivos, favorecer o aprendizado, e em pouco tempo estaremos falando apenas em Educação, independente do meio utilizado. 03 respondentes. Total: 08 responderam “não”.

Grupo: SENAC - (Total = 10 respondentes)

a. **Não.** A EaD é uma metodologia complementar, que chega para atender a demanda dos tempos modernos, uma vez que a educação presencial visa atender um ensino regular e não especial como necessita a EaD, porém o estudo presencial será sempre bem visto e aceito. (07 respondentes).

b. **Não.** Pode-se dizer que a EaD é a educação do futuro, mas isso não substitui a educação presencial, pois com crianças da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, ainda é considerado inviável trabalhar a distância, em virtude de não possuírem maturidade e disciplina suficiente para essa modalidade de ensino, bem como dar e receber afeto, elementos necessários para o significado do aprendizado. (03 respondentes). Total: 10 responderam “não”.

A análise dos conteúdos das respostas de cada grupo à questão **Educação a Distância visa substituir a Educação Presencial**, revelou também diferentes ênfases, o que contribuiu para o fechamento do processo de categorização das respostas referentes à segunda pergunta. Tais ênfases são apresentadas no Quadro 14, a seguir.

Quadro 14: Distribuição das ênfases à questão **Educação a distância substitui Educação Presencial?** pelos 42 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Critérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EaD: Ênfases	No. de respostas:
1. CEP	Complementação: por não atender todos os tipos de cursos e atender motivos de distância, tempo, recursos etc.	11 (não)
a		
b	Mediação: ainda não possui forma de mediação à altura da educação presencial	2 (não)
c	Tendência: esta caminhando para a substituição.	1 (não)
d	Disciplinas: as práticas, não substituem a EaD; e as teóricas, sim.	1 (parcial)
e	Finalidade: substitui, em função dos projetos de EaD visarem otimização e o lucro.	1 (sim)
	Sub-total:	16
2. Marinha	Insubstituível: a EaD não atende os alunos das séries iniciais, como o ensino presencial o faz nessas séries.	1 (não)
a		
	Sub-total:	1
3. Parceiros	Complementação: a EaD atende camadas da sociedade que estão fora do processo tradicional.	4 (não)
a		
b	Comparação: dinâmica mais rica, conhecimento tácito mais intenso e práticas que requerem supervisão imediata.	2 (não)
c	Tendência: convergência cada vez maior entre o ensino presencial e a distância; o termo EaD cairá em desuso.	1 (não)
	Sub-total:	7
4. Corporativo	Complementação: A EaD oportuniza o estudo a quem não tem acesso; alguns conteúdos não são ser suportados pela tecnologia, requerem ensino face-a-face.	5 (não)
a		
b	Tendência: em pouco tempo, o termo Educação será comum tanto à EaD quanto ao ensino presencial.	3 (não)
	Sub-total:	8
5. SENAC	Complementação: atende a demanda dos tempos modernos com métodos especiais que a educação presencial não atende.	7 (não)
a		
b	Insubstituível: porque não é viável trabalhar a distância, com crianças da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental.	3 (não)
	Sub-total:	10
	Total:	42

Fonte: Dados da pesquisa

Após a análise descritiva e interpretativa dos conteúdos, chegou-se às seguintes considerações:

a. Complementação – A EaD complementa o ensino presencial por oportunizar estudo a quem não tem acesso ao processo tradicional, por não atender todos os tipos de cursos e por atender a demanda dos tempos modernos com métodos especiais que a educação presencial não atende. (27 respondentes).

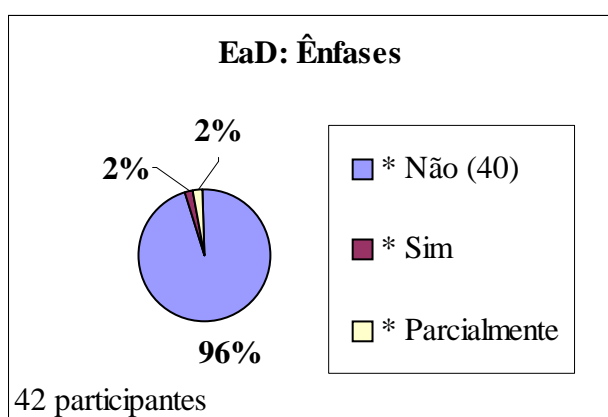
b. Tendência – o termo único “educação” poderá acabar sendo usado para ambos os tipos de educação, em virtude da convergência entre eles estar aumentando a cada dia. (05 responderam).

c. Insubstituível - porque é inviável trabalhar com EaD, com crianças da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, como o ensino presencial o faz (04 respondentes).

d. Os demais respondentes:

- Não - Mediação (02 respondentes) e Comparação (02 respondentes);
- Sim - Finalidade (01 respondente); e
- Parcialmente - Disciplinas (01 respondente).

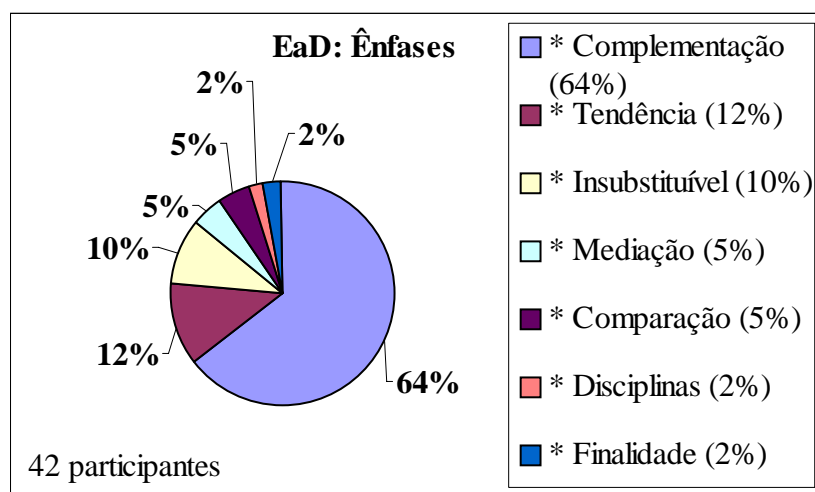
O Gráfico 6 indica que apenas 4% dos respondentes da pesquisa acreditam que a Educação a Distância substitua integralmente ou parcialmente a Educação Presencial.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 6: Percentagens das ênfases quantitativas à questão **Educação a Distância substitui a Educação Presencial?** pelos 42 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

O Gráfico 7 aponta que a maior parte dos respondentes vê a Educação a Distância como complementação da Educação Presencial.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 7: Percentagens das respostas dadas à questão **Educação a distância visa substituir a Educação Presencial?**, pelos 42 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Os resultados das respostas à Questão 2 são confirmados por alguns pesquisadores que afirmam:

- Segundo Landim e Ribeiro (2005, p.627), mesmo pelo fato do Senai, do Cead, da Fiocruz, do CEP e da PUC-Rio, ofertarem também ensino presencial, a EAD não é vista como uma atividade marginal na instituição, mas como um sistema de formação a distância, cumprindo as mesmas funções educacionais do ensino presencial. Dessa forma, esses dois sistemas não se excluem, se complementam e estão vinculados ao sistema educacional como um todo.

- As tendências para o futuro da EaD no campo educacional, considerando uma perspectiva de “educação contínua” são: expansão de experiências variadas de EaD que virão a complementar ou substituir os sistemas convencionais em certas demandas emergentes de formação inicial e/ou contínua; aumento de formas híbridas de educação e formação, visando promover a cooperação, intercâmbio e integração dos dois modelos; e as inovações educacionais tenderão usar de modo mais intenso e integrado as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (CARMO, 1997; PERRIAULT, 1996; BLANDIN, 1990, apud BELLONI, 2003, p. 37-38).

Após as considerações feitas pelos respondentes da pesquisa, pode-se dizer que a EaD tende a substituir os eventos teóricos e alguns práticos, complementando a educação presencial com mais qualidade, com o objetivo de aproximar cada vez mais os dois sistemas de ensino-aprendizagem.

5.3 Pergunta 3: A EaD é um meio de democratizar a educação?

Grupo: CEP - (Total = 16 respondentes)

a. **Sim.** Toda e qualquer forma pedagógica que vise difundir conhecimento e que possibilite multiplicar o número de acesso ao ensino, especialmente àqueles alunos que vivem em áreas isoladas dos grandes centros urbanos, por falta de tempo, de escolas, de cursos etc, deve ser encarada como forma de democratização da educação/saber. Dos 14 respondentes, apenas um respondeu a pergunta, porém não justificou a resposta.

b. **Sim/Não. Não,** porque pode se tornar elitista quando exige meio tecnológico moderno e caro para ter acesso aos cursos; e **Sim,** na medida em que alcance um maior número de pessoas com menor custo. (01 respondente).

c. **Não.** Parte-se da ilusão que a EaD é uma maneira de baratear custos e tornar formação (esta é a palavra certa e não educação) acessível a todos. A exclusão e o alijamento dos processos formativos de alto nível estão apenas mudando de lugar, pois para uma boa formação, ainda que a distância, o preço é muito alto, e a única forma de democratizar é investindo. (01 respondente).

Grupo: Marinha - (Total = 01 respondente)

a. **Sim.** À medida que são ampliadas vagas, expandidos programas, criação de cursos, professores capacitados e tecnologias necessárias o processo de democratização, se consolida.

Grupo: Parceiros - (Total = 07 respondentes)

a. **Sim.** Porque dá acesso a pessoas que estão impedidas de participar do sistema presencial, por indisponibilidade de tempo ou distância do local de oferta do curso, mostrando que é uma ferramenta inclusiva, capaz de oportunizar a democratização do ensino, porém não é único, não é o primeiro e nem o último meio capaz de construir cidadania para todos, sem deixar ninguém excluído. (07 respondentes).

Grupo: Corporativo – (Total = 08 respondentes)

a. **Sim.** É uma forma de democratizar a educação e permitir a inclusão social àqueles que não conseguem estar presentes na sala de aula por diversas questões, tais como: tempo e localização, independente da classe social, condições de emprego, incapacidade física, dentre outras. Pode com isso melhorar a qualidade de vida e de emprego dessas pessoas. (06 respondentes).

b. **Não.** Primeiro, porque estamos sofrendo na educação pública, uma má administração de recursos e de pessoas não comprometidas com a educação, e ainda, algumas delas não habilitadas para funções que requerem um mínimo de conhecimento. Segundo, porque a EaD ainda sofre de carências várias, com a pouca disponibilidade de computadores. (02 respondentes).

Grupo: SENAC - (Total = 10 respondentes)

a. **Sim.** Pela flexibilidade de lugar, de horário, de ritmo, acompanhamento individual, custo/benefício e pela abertura/equidade, ou seja, pela eliminação das barreiras de acesso ao aprendizado e pela diversificação e ampliação da oferta de cursos, a EaD possibilita levar conhecimento às pessoas de todas as classes sociais que não tem condições de ir até o local de estudo. (06 respondentes).

b. **Sim.** A EaD poderá vir a ser um meio de democratização da educação, desde que o governo tome iniciativas nesse sentido, investindo em *hardware* e fortalecendo o uso do *software* livre, pondo em prática projetos políticos que prevêm microcomputador a baixo custo, visando aumentar o número de usuários residências, incentivando as instituições à fazerem parcerias; caso contrário, a EaD somente será acessível àqueles que tiverem acesso as tecnologias. (04 respondentes).

A análise dos conteúdos das respostas de cada grupo à questão **Educação a Distância é um meio de democratizar a educação**, revelou diferentes ênfases, o que contribuiu para o fechamento do processo de categorização das respostas referentes à terceira pergunta. Tais ênfases são apresentadas no Quadro 15, a seguir.

Quadro 15: Ênfases à questão **Educação a distância como meio de democratizar a educação**, 42 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Critérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EaD: Ênfases	No. de respostas:
1. CEP a	Inclusão social: por possibilitar o acesso ao conhecimento a um grande número de pessoas.	14 (sim)
b	Acesso: sim , quando o acesso a EaD alcança um maior número de pessoas com menor custo, torna-se democrata; e não , quando o acesso exige meio tecnológico caro, torna-se elitista.	1 (sim/não)
c	Investimento: se não houver investimento não há democratização porque parte-se da ilusão que a EaD é uma maneira de baratear custos e tornar formação (esta é a palavra certa e não educação) acessível a todos.	1 (não)
	Sub-total:	16
2. Marinha a	Inclusão social: consolida a democratização quando são ampliadas vagas, criação de cursos, capacitação de professores e tecnologias necessárias para o processo.	1 (Sim)
	Sub-total:	1
3. Parceiros a	Inclusão social: por ser ferramenta (RETIRAR inclusiva,) capaz de oportunizar a acesso a pessoas que estão impedidas de participar do sistema presencial, porém não é única, não é o primeiro e nem o último meio capaz de construir cidadania para todos.	7 (sim)
	Sub-total:	7
4. Corporativo a	Inclusão social: por permitir acesso àqueles que não possuem tempo, pela localização, incapacidade física etc, podendo com isso melhorar a qualidade de vida.	6 (sim)
b	Várias carências: falta de comprometimento com a educação, de computadores, de pessoas habilitadas para a função e de boa administração de recursos.	2 (não)
	Sub-total:	8
5. SENAC a	Flexibilização/Inclusão: flexibilidade de lugar, de horário, de ritmo, acompanhamento individual, custo/benefício e pela abertura/equidade, bem como pela eliminação das barreiras de acesso ao aprendizado.	6 (sim)
b	Política: depende do governo investir em <i>hardware</i> , <i>software</i> livre, e projetos políticos, incentivar as instituições a estabelecer parcerias; caso contrário somente será acessível àqueles que tiverem acesso às tecnologias.	4 (sim)
	Sub-total:	10
	Total:	42

Fonte: Dados da pesquisa

Partindo da análise descritiva e interpretativa dos conteúdos acima, pode-se chegar à seguinte consideração:

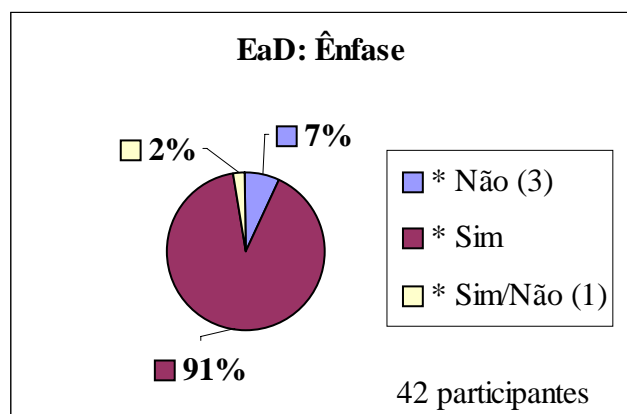
a. Inclusão social – A EaD é uma ferramenta inclusiva por ser capaz de oportunizar o acesso ao conhecimento a um grande número de pessoas, de apresentar flexibilidade de lugar, de horário, de ritmo, acompanhamento individual, custo/benefício, abertura/equidade, bem como capacidade de eliminar barreiras de acesso ao aprendizado, consolidando assim a democratização da educação (34 respondentes).

b. Demais respondentes (08 respondentes)

Não foi possível agrupar as categorizações abaixo:

- Várias carências (02 respondentes) e Investimento (01 respondente); responderam “**não**”.
- Política (04 respondentes); responderam “**sim**”.
- Acesso (01 respondente); respondeu “**sim/não**”.

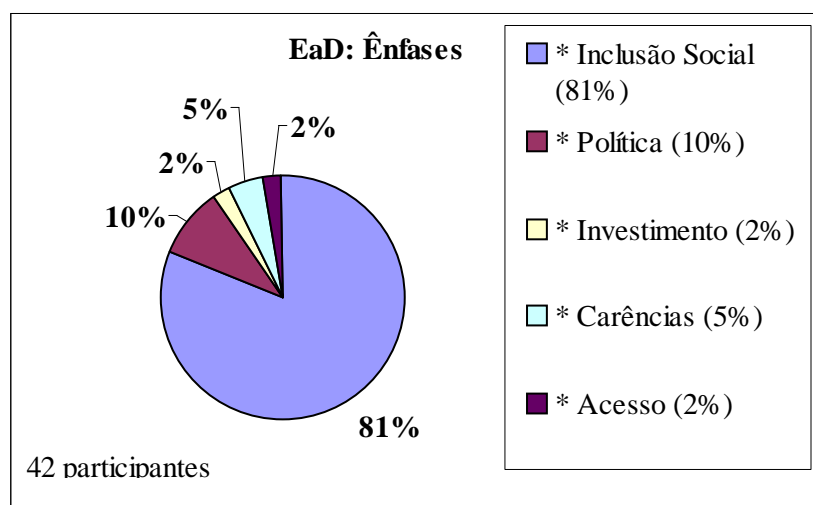
O Gráfico 8 mostra que apenas três dos respondentes, ou seja, 7% não vêem a EaD como meio de democratizar a educação, bem como um outro respondente, isto é, (2%) manteve-se neutro (não respondeu nem sim nem não).



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 8: Percentagens das respostas quantitativas à questão **Educação a distância como meio de democratizar a educação?**, pelos 42 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

O Gráfico 9 mostra que 81% dos respondentes vêem a EaD como inclusão social.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 9: Percentagens das respostas qualitativas à questão **Educação a distância é um meio de democratizar a educação?**, pelos 42 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Os resultados das respostas à questão 3 são confirmados por Corrêa (2005): a EaD institui-se com base no princípio da democratização da educação, surgindo para responder a uma série de necessidades educacionais, principalmente a formação de um público cuja escolarização foi interrompida, dispersa geograficamente e impossibilitada de se deslocar para os centros de formação. Por esse motivo, criaram-se estruturas administrativas centralizadas e a utilização de pacotes de ensino que permitiam uma crescente massificação do acesso a essa população.

Pode-se, então, argumentar que a EaD é uma ferramenta real e de excelente potencial, devido seu alcance, e as condições necessárias que oferece para disseminar o ensino num país de dimensões continentais, ou seja, faz a educação chegar a todos.

5.4 Pergunta 3.1: O CEP oferece condições adequadas para a democratização da educação?

Grupo: CEP - (Total = 16 respondentes)

a. **Sim.** Por ser uma escola, por ser compromissada com a educação, pela larga experiência de anos no ensino a distância, pela infra-estrutura e pelo apoio logístico que o exercito fornece em todo Brasil. (07 respondentes).

b. **Sim.** Por disponibilizar cursos nessa modalidade de ensino e oportunizá-los ao público em geral. (06 respondentes).

c. **Não.** Porque a EaD no CEP tem objetivos definidos impostos pela Força Terrestre. (01 respondente).

d. **Não**. Porque o CEP não investe em democratizar uma formação de qualidade à distância, pois todos os cursos são baseados em apostilas, o que, para o nível pós-graduação, não é aceitável. Estudo na apostila é decoreba e na era em que pessoas não lêem mais textos e sim informação, é tudo menos qualidade e democratização. (01 respondente).

A análise dos conteúdos das respostas de cada grupo de respondentes sobre se **o CEP é uma das condições para a democratização da educação**, revelou também diferentes ênfases, o que contribuiu para o fechamento do processo de categorização das respostas referentes à pergunta 3.1. Tais ênfases são apresentadas no Quadro 16.

Quadro 16: Distribuição das respostas à questão **O CEP é uma das condições para a democratização da educação?**, pelos 16 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

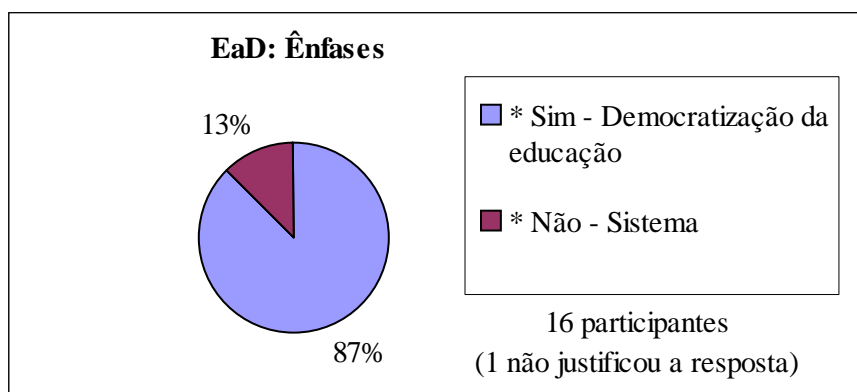
Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Critérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EaD: Ênfases	No. de respostas:
1. CEP a	Democratização da educação: Sim. Por ser uma escola, ter experiência em ensino a distância, por oportunizar cursos a distância ao público em geral e ser compromissada com a educação.	13 (sim)
b	Sistema: Não. Porque os objetivos são definidos pela Força e por não investir em ensino de qualidade, uma vez que todos os cursos são baseados em apostila.	2 (não)
	Total:	15

Fonte: Dados da pesquisa

Essa pergunta somente foi respondida pelo pessoal do CEP, em virtude deste ser parte da hipótese da pesquisa. Dessa forma, por não fazerem parte da força de trabalho do CEP, não foi necessário a participação dos outros grupos da pesquisa.

A seguir, a representação gráfica do quantitativo e qualitativo dos 16 respondentes da pergunta, cujos 14 responderam “**sim**” e 02 responderam “**não**”. Quanto às considerações, dos 16 respondentes, apenas um respondente não justificou a resposta:

O Gráfico 10 mostra que 87% dos respondentes acreditam que o CEP reúne condições de contribuir para a democratização da educação do nosso país.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 10: Percentagens das ênfases quantitativas e qualitativas à questão **O CEP é uma das condições para a democratização da educação?**, pelos 16 e 15 respondentes, respectivamente, conforme o processo de categorização e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Os resultados das respostas à questão 3.1 são confirmados pela pesquisadora Gomes (2003, 486-488), quando argumenta: a política educacional é o primeiro passo para a implantação do sistema de treinamento e desenvolvimento, que busca excelência para o sistema de ensino educacional nas organizações, objetivando capacitar profissionais para executar suas tarefas com eficiência e eficácia, permitindo redução de esforços e custo, bem como ampliar as possibilidades e oportunidades de aprendizado para as pessoas.

Após as considerações feitas pelos respondentes da pesquisa, pressupõe-se que o CEP é um meio/escola que colabora com o processo de democratização da educação no país, fazendo com que a mesma chegue a um grande número de pessoas que vivem em diversos lugares do Brasil.

5.5 Pergunta 4: A EaD veio para ficar ou é apenas algo passageiro?

Grupo: CEP - (Total = 16 respondentes)

a. **Veio para ficar.** Porque complementa a educação presencial facilitando o acesso à educação daqueles que pela distância não tem acesso aos estabelecimentos de ensino, bem como pelos bons resultados apresentados com o aumento dos cursos. Portanto, o término da EaD será um retrocesso. (06 respondentes).

b. **Veio para ficar.** Porque com o advento das novas tecnologias de informação e da comunicação, a EaD ganha impulso e espaço expressivo no contexto pedagógico, das empresas e universidades, como forma real de disseminar conhecimento e cultura, contribuindo para a democratização do ensino. (07 respondentes).

c. **Veio para ficar.** Porque o mundo globalizado aceita bem esse tipo de formação (ensino), mudando o papel do professor para facilitador/orientador, redes conectadas, sistemas integrados, facilitando a vida do usuário e criando condições de se interagir na virtualidade. (02 respondentes). Dos 16 respondentes, apenas um não justificou a resposta.

Grupo: Marinha - (Total = 01 respondente)

a. **Veio para ficar.** Em virtude de já existir regulamentação que oficializa o oferecimento dessa modalidade de ensino.

Grupo: Parceiros - (Total = 07 respondentes)

a. **Veio para ficar.** Porque com a evolução da tecnologia da informação e com a globalização do conhecimento, a EaD é uma realidade. A tendência é que ela faça parte crescente do nosso trabalho, com educação de qualidade. Apesar dessa evolução, o maior desafio da EaD é superar as posições contrárias, ou seja, “as vanguardas do atraso”, especialmente, por incrível que pareça, nas Faculdades de Educação. (05 respondentes).

b. **Veio para ficar.** Porque proporciona ao aluno estudar sem que ele precise estar fisicamente em um determinado local, com redução de custo operacional para as instituições, o aluno e o professor. (02 respondentes).

Grupo: Corporativo – (Total = 08 respondentes)

a. **Veio para ficar.** Primeiro, porque o ensino presencial a cada dia necessita mais das tecnologias digitais. Segundo, porque as principais limitações, como bases tecnológicas, custos e produção de suportes didáticos adequados estão sendo superados. (02 respondentes).

b. **Veio para ficar.** Porque a EaD tornou-se uma vantagem competitiva e uma forma de inclusão social proporcionada pelas tecnologias de informação e da comunicação. Atualmente, empresas, instituições educacionais e governo utilizam a EaD para maximizar os seus resultados. (03 respondentes). Dos 08 respondentes, 03 não justificaram a resposta.

Grupo: SENAC - (Total = 10 respondentes)

a. **Veio para ficar.** Por contribuir como boa proposta de avanço da educação e porque, às vezes, a educação tradicional não permite o desenvolvimento da autonomia e da criatividade, competências necessárias ao aluno desse novo mundo, bem como por ser, a EaD, vista como uma aprendizagem de excelência. (06 respondentes).

b. **Veio para ficar.** Pelo tempo que existe a EaD e as transformações por que já passou é uma prova que veio para ficar. Apesar da necessidade de ser aprimorada em alguns aspectos, a EaD é a forma mais democrática e com menor custo de o aluno adquirir novos conhecimentos. (04 respondentes).

A seguir, as ênfases dadas à questão **Educação a Distância veio para ficar ou é apenas algo passageiro** (Quadro 17), que contribuíram para o fechamento do processo de categorização das respostas referentes a essa pergunta.

Quadro 17: Ênfases à questão **Educação a distância veio para ficar ou é apenas algo passageiro?**, pelos 42 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade.

Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Critérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EaD: Ênfases	No. De respostas:
1. CEP a	Complementação: por facilitar o acesso aos estabelecimentos de ensino e pelo aumento dos cursos.	6
b	Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação: a tecnologia impulsiona a EaD, que ganha espaço no contexto pedagógico, das empresas e universidades.	7
c	Globalização: porque aceita bem esse tipo de formação (ensino). Sub-total:	2 15
2. Marinha a	Regulamentação: por existir decreto que oficializa a EaD. Sub-total:	1 1
3. Parceiros a	Tecnologia da Informação/Globalização: com a evolução da tecnologia e a globalização do conhecimento a EaD é uma realidade.	5
b	Redução de custo operacional: porque o aluno não precisa estar fisicamente na instituição, bem como o professor. Sub-total:	2 7
4. Corporativo a	Complementação: porque o ensino presencial necessita da tecnologia, bem como superar algumas limitações.	2
b	Tecnologias de Informação e Comunicação: porque a TIC proporciona à EaD vantagem competitiva, inclusão social e maximização dos resultados. Sub-total:	3 5
5. SENAC a	Complementação: por ser uma boa proposta de avanço da educação, adequando a proposta pedagógica ao aluno desse novo mundo.	6
b	Resistência: pelo tempo que existe e as transformações por que já passou é uma prova que, a EaD, veio para ficar. Sub-total:	4 10
	Total:	38

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se observar na Quadro 17, que dos 42 participantes que responderam “**veio para ficar**”, apenas 04 não justificaram a resposta; totalizando 38 respondentes. Com base na análise dos dados, chegou-se às seguintes considerações:

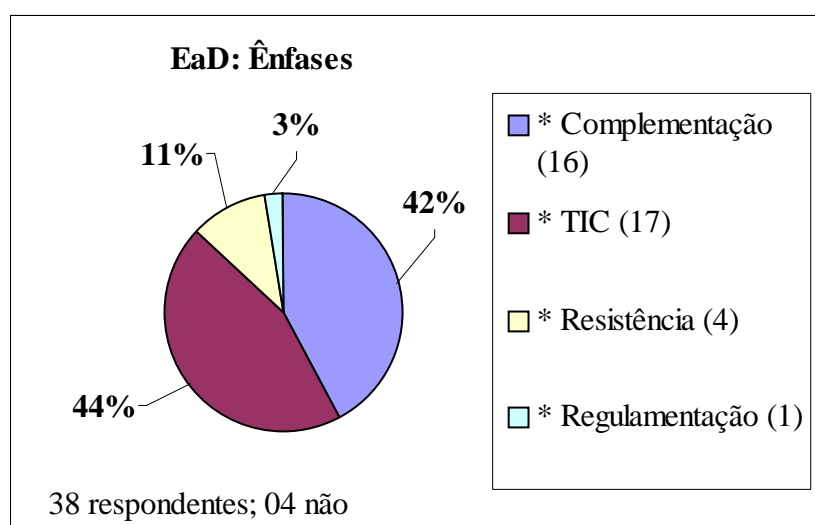
a. Complementação – A EaD complementa a educação presencial porque, a cada dia, o último precisa da tecnologia para superar algumas limitações, por exemplo: redução de custo operacional; bem como por ser uma proposta real para o avanço da educação e atender o aluno atual. (16 respondentes).

b. Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) – possibilitam a EaD ganhar espaço no contexto pedagógico das empresas e universidades, bem como por ser uma ferramenta inclusiva, estratégica e geradora de bons resultados, ou seja, uma realidade no mundo global do conhecimento. (17 respondentes).

c. Os demais participantes enfatizaram a Regulamentação (01 respondente) e a Resistência (04 respondentes).

Os 42 participantes responderam “**veio para ficar**”, totalizando **100%** e apenas 04 respondentes “**não justificaram**” a pergunta, como já indicado anteriormente.

Abaixo, a representação gráfica consolidando a análise de conteúdo do Quadro 17.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 11: Percentagens das ênfases qualitativas à questão **Educação a distância veio para ficar ou é apenas algo passageiro?**, pelos 38 respondentes, conforme o processo e categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Os resultados das respostas à questão 4 são confirmados por Palhares (2005, apud SANCHEZ, 2005, p.12-13), quando ressalta que a EaD é um processo irreversível, e que, por maiores que sejam as resistências, os preconceitos e os interesses contrários, tais entraves não serão suficientes para invalidar os benefícios que a EaD tem para oferecer.

Após as considerações feitas pelos respondentes da pesquisa, percebe-se que a EaD tende a ser um caminho sem volta, por ser democrática, por superar grande partes dos déficits educativos, pela sua amplitude, pelo avanço da tecnologia e por ser regulamentado. Portanto, é educação do futuro.

5.6 Pergunta 5: A EaD é um meio de exclusão digital, inclusão digital ou outros?

Grupo: CEP - (Total = 16 respondentes)

a. Inclusão Digital.

Quando a EaD é assistida por computador, mídia digital e internet, incluindo o aluno no mundo digital e oportunizando acesso àquelas distantes dos grandes centros do país. (08 respondentes). Dos 09 respondentes, apenas um não justificou a pergunta.

b. Outros (Inclusão social/digital e exclusão digital)

- Porque não pode ser interpretada como meio de excluir ou incluir, e sim um meio de inclusão, digital ou não, aos diversos sistemas de educação. Portanto, o meio digital não é uma situação *sine qua non* para que a EaD exista. (03 respondentes).

- Porque a EaD ainda não é totalmente digital, porém não é um meio de exclusão, ou seja, na medida que pessoas conseguem operar o micro, considera-se inclusão digital, mas quando para isso é necessário adquirir um computador e não se possui os meios, considera-se exclusão digital. (03 respondentes). Dos 07 respondentes, apenas um não justificou a pergunta.

Grupo: Marinha - (Total = 01 respondente)

a. Inclusão Digital. Uma vez que temos a preocupação de incluir o público (militar/civil) digitalmente, oferecendo todas as condições para o estudo a distância.

Grupo: Parceiros - (Total = 07 respondentes)

a. Inclusão Digital.

Porque, na era do conhecimento, as novas metodologias de EaD se apóiam na mídia, na web, na internet e outros sistemas informatizados, o que significa que o aluno é estimulado a usar o computador na escola, no trabalho ou de outra forma. Portanto, os que criticam a EaD por utilizar a tecnologia, na prática, estão contribuindo para que uma grande parcela da sociedade se mantenha na exclusão digital e social. (03 respondentes).

b. Outros (Tecnologia/Acesso e Inclusão social)

- Embora a EaD envolva ferramentas informatizadas de interação, não é um fator que facilite, nem que dificulte o acesso ao meio digital. (02 respondentes).

- Porque é uma ferramenta inclusiva, que tem como objetivo fazer chegar ou dar acesso a educação, a uma grande parcela de pessoas que ficariam fora do ensino. (02 respondentes).

Grupo: Corporativo – (Total = 08 respondentes)

a. Exclusão digital

Em função da má administração de governos e prefeituras. (01 respondente).

b. Inclusão digital

Porque vários projetos em EaD são destinados à inclusão digital, por exemplo: os destinados ao acesso à universidade e ao meio rural. Dos 03 respondentes, apenas um justificou a pergunta.

c. Outros (Inclusão social/digital)

Porque, além de inclusão digital, é um meio de inclusão social, por ampliar as possibilidades de acesso às informações a muitos brasileiros. Por outro lado, a inclusão e a exclusão dependem de políticas de acesso às bases tecnológicas e referenciais lingüísticos de cada meio. (03 respondentes).

d. Inclusão digital e Outros (Exclusão digital)

Porque é um erro pensar em EaD como curso por computador; se assim fosse estaríamos confirmando a exclusão digital, pois grande parte da população não possui micro e/ou internet. (01 respondente).

Grupo: SENAC - (Total = 10 respondentes)

a. Exclusão digital

Porque as políticas públicas de democratização do acesso às TIC, têm favorecido mais a exclusão digital do que a inclusão digital. (01 respondente).

b. Inclusão digital

Por incluir àqueles que possuem meios para utilização da tecnologia, por exemplo: o computador, porém não exclui, pois não é o método padrão em nossa sociedade. Dos 05 respondentes, apenas um não justificou a pergunta.

c. Outros (Democratização)

Porque a EaD é mais do que um meio de inclusão digital, ou seja, é um meio de democratizar a educação, porém os tele-cursos provam que não é só inclusão digital: TV, rádio e vídeo. (03 respondentes).

d. Exclusão, Inclusão digital e Outros (p.ex., comunicação)

Dependendo do uso, a EaD pode discriminar, como oportunizar seu processo digital às diversidades do seu público. Quanto a outros, há possibilidade de atender outros tipos de educação, por exemplo: o publicitário, que utiliza o meio de educação e comunicação de massa, jornais, TV, filmes, etc. (01 respondente).

Assim com nas outras questões, a análise dos conteúdos das respostas de cada grupo à questão **Educação a Distância como um meio de exclusão digital, inclusão digital, outros**, revelou diferentes ênfases, o que contribuiu para o fechamento do processo de categorização das respostas referentes à quinta pergunta. Tais ênfases são apresentadas no Quadro 18, a seguir. Esse Quadro mostra que dos 42 respondentes, 2 responderam “exclusão digital”; 21 responderam “inclusão digital”, porém 04 respondentes não justificaram a escolha; 17 responderam “outros”, sendo que 01 respondente não justificou a opção; 1 respondente escolheu “inclusão e outros” e o outro respondente “exclusão, inclusão e outros”. Por fim, 5 participantes deixaram de justificar a opção.

Através do Quadro 18, pode-se notar que dos 42 respondentes:

- 2 responderam que a EaD é um meio de “**exclusão digital**”;
- 21 responderam que é um meio de “**inclusão digital**”, porém 4 respondentes não justificaram a opção;
- 17 responderam “**outros**”; porém 1 respondente não justificou a opção; e
- 1 respondente escolheu “**inclusão e outros**” e o outro respondente “**exclusão, inclusão e outros**”. Por fim, 5 participantes deixaram de justificar a escolha.

Quadro 18: Respostas à questão **EaD é um meio de exclusão digital, inclusão digital, outros**, pelos 42 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade.

Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Crítérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EaD: Ênfases	No. de respostas:
1. CEP a	Tecnologia/Inclusão digital: utiliza computador, mídia digital e internet para incluir o aluno no mundo virtual.	8 (inclusão)
	b Outros (Inclusão social/Digital): porque é um meio de inclusão, que pode ser digital ou não.	3 (outros)
	c Outros (Inclusão digital/Exclusão digital): inclusão digital quando pessoas sabem operar o computador, porém considera-se exclusão digital, quando não possuem o mesmo.	3 (outros)
	Sub-total:	14
2. Marinha a	Inclusão digital: incluir o público (militar/civil) digitalmente.	1 (inclusão)
	Sub-total:	
3. Parceiros a	Tecnologia: Porque as novas metodologias de EaD se apóiam na mídia, na web, na internet e outros sistemas informatizados.	3 (inclusão)
	b Outros (Tecnologia/Acesso): as ferramentas informatizadas não facilitam, nem dificultam o acesso ao meio digital.	2 (outros)
	c Outros (Inclusão social): por fazer chegar ou dar acesso a educação às pessoas.	2 (outros)
	Sub-total:	7
4. Corporativo a	Competência: má administração por parte dos governantes.	1 (exclusão)
	b Projetos/Inclusão digital: porque vários projetos em EaD são destinados a inclusão digital..	1 (inclusão)
	c Outros (Inclusão social/digital): porque além de inclusão digital é um meio de inclusão social, depende da política de acesso à tecnologia e à base lingüística.	3 (outros)
	d Inclusão/exclusão digital: se pensar em EaD como curso por computador, estaríamos confirmando a exclusão digital.	1 (inclusão e outros)
Sub-total:	6	
5. SENAC a	Políticas Públicas: tem favorecido mais a exclusão digital.	1 (exclusão)
	b Inclusão digital: por incluir àqueles que possuem meios para utilização da tecnologia.	4 (inclusão)
	c Outros (Democratização): é um meio de democratizar a educação, independe do meio: TV, rádio e vídeo.	3 (outros)
	d Possibilidade: por excluir ou incluir seu acesso às diversidades do seu público; e outros, por atender tipos de educação que utilizem comunicação de massa. (01 respondente).	1 (exclusão, inclusão e outros)
Sub-total:	9	
Total:		37

Fonte: Dados da pesquisa

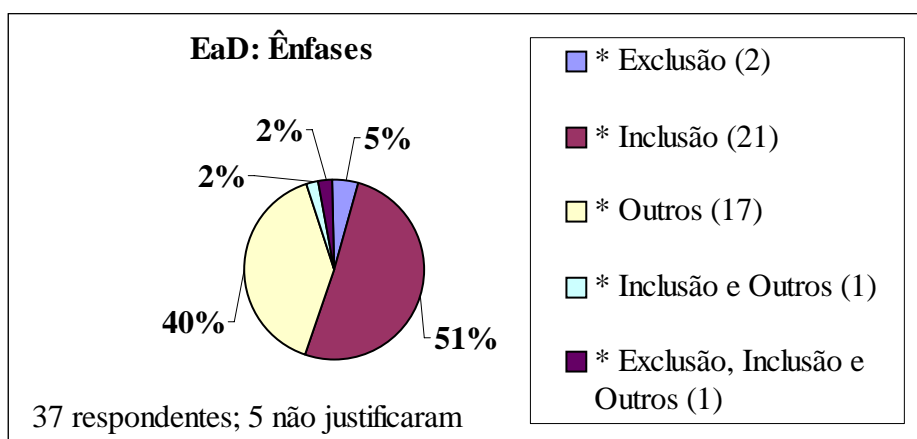
As seguintes considerações feitas foram:

a. Exclusão digital – A EaD é um meio de exclusão digital por dois motivos: má administração dos governantes e políticas públicas que não favorecem a inclusão digital. (02 respondentes).

b. Inclusão digital – Por outro lado, é um meio de inclusão digital porque as novas metodologias de EaD se apóiam no computador, na mídia digital, na internet e outros sistemas informatizados, as quais incluem o aluno no mundo virtual. (21 respondentes; só 17 justificaram);

c. Outros (Inclusão social/exclusão digital, tecnologia/acesso e comunicação) - Porque além de inclusão digital é um meio de inclusão social e de democratização da educação, por fazer chegar ou dar acesso à educação às pessoas, independentemente dos meios utilizados (tv, rádio e vídeo). Por outro lado, quando as pessoas sabem operar o computador, a EaD é inclusiva, porém é considerada exclusiva quando as pessoas não dispõem do mesmo. (17 respondentes; 16 justificaram).

O Gráfico 12 revela que a maioria dos respondentes atribuem a EaD um meio de inclusão digital. Por outro lado, revela que a minoria vê a mesma como meio de exclusão digital. Sendo assim, esse resultado é bom para fortalecer a EaD, bem como fazer com que as pessoas que ainda não acreditam nela, revejam seus conceitos.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 12: Percentagens das respostas quantitativas à questão **Educação a Distância é um meio de exclusão digital, inclusão digital**, pelos 42 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Após as considerações feitas pelos respondentes da pesquisa, revela-se que 21% dos respondentes vêem a EaD como um meio de inclusão social, índice bastante satisfatório para uma metodologia que ainda sofre com o preconceito. A inclusão digital possui uma aproximação grande com a TIC, ou seja, com a informática e o computador. A exclusão digital surge da incompetência administrativa e das políticas públicas que favorecem a mesma. Pode-se acrescentar também, que as desigualdades sociais, os problemas estruturais e a falta de projetos voltados para esse fim (projetos digitais), contribuem para o analfabetismo digital.

Confirmando esses resultados, Fontes, Bundscherer e Fernandes (2004, p.115) explicam que a inclusão digital é um conceito que envolve informatização, educação e ações que permitam a construção de uma cidadania criativa e empreendedora, porém auto-sustentável. Continuando, os mesmos autores (2004, p.115-116), explicam que a exclusão digital é um problema global, por não ser somente uma questão econômica, mas também educacional. O acesso às tecnologias exhibe somente o lado das necessidades econômicas dos países menos favorecidos, porém hoje a mesma também afeta nações do primeiro mundo.

5.7 Pergunta 6: Quais os benefícios que uma parceria pode proporcionar a EaD?

Grupo: CEP - (Total = 16 respondentes)

a. Intelectual - A troca de conhecimentos teóricos e práticos, aprimoramento contínuo e crescimento profissional. (6 respondentes).

b. Financeiro - aprimorar e enriquecer a qualidade do material didático, do curso e do ensino, proporcionar alcance de maior número de pessoas com acesso a educação e aumento das possibilidades de inclusão. (6 respondentes).

c. Institucional – fortalecimento das partes, redução de custos, das deficiências e carência de pessoal e flexibilização de tempo e locais destinados ao estudo. (3 respondentes). Um participante justificou, porém não respondeu a pergunta.

Grupo: Marinha - (Total = 01 respondente)

a. Intelectual - A troca de experiência e capacitação de pessoal.

Grupo: Parceiros - (Total = 07 respondentes)

a. Intelectual - Dinamizar o sistema educacional ao compartilhar o *know how*, cujo aprendizado mútuo é o mais importante. (03 respondentes).

b. Financeiro – ofertar cursos de educação de qualidade e multiplicar resultados. (02 respondentes).

c. Institucional – conciliar estrutura, facilitar execução dos cursos e composição de forças. (02 respondentes).

Grupo: Corporativo – (Total = 08 respondentes)

a. Intelectual – Trocar, ampliar e disseminar conhecimento. (02 respondentes).

b. Financeiro – Oferecer/usufruir melhores produtos com custo menores, inovação metodológicas e tecnológicas e qualidade no desenvolvimento do trabalho. (02 respondentes).

c. Institucional – Compartilhar recursos, esforços e competência, para o cumprimento de metas organizacionais e individuais, bem como contribuir de forma significativa para o avanço dessa modalidade, com credibilidade, compromisso e seriedade. (03 respondentes). Um participante não respondeu a pergunta.

Grupo: SENAC - (Total = 10 respondentes)

a. Intelectual – Compartilhar e adquirir conhecimento para que os projetos em EaD sejam mais sustentáveis. (02 respondentes).

b. Financeiro – Resolver dificuldades de infra-estrutura administrativa na implantação da EaD, propiciando melhores condições de funcionamento e otimização dos custos, para atingir seu pleno potencial. (04 respondentes).

c. Institucional - Promover acesso, oportunidade, corporativismo e cooperação entre as partes parceiras, bem como complementar o que já possuem, através de um objetivo único. (03 respondentes). Um participante justificou, porém não respondeu a questão.

A análise dos conteúdos das respostas de cada grupo à questão **quais os benefícios que uma parceria pode proporcionar a EaD?**, revelou diferentes ênfases, o que contribuiu para o fechamento do processo de categorização das respostas referentes à sexta pergunta. Tais ênfases são apresentadas no Quadro 19, a seguir.

Quadro 19: Ênfases das respostas à questão **Quais os benefícios que uma parceria pode proporcionar a EaD?**, pelos 42 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Critérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EaD: Ênfases	No. De respostas:
1. CEP	Intellectual: aperfeiçoamento e troca de experiência.	6
a		
b	Financeiro: melhorar a qualidade do ensino e ampliar o número de participantes nesse sistema.	6
c	Institucional: flexibilização e diminuição de custos e carência de pessoal.	3
	Sub-total:	15
2. Marinha	Intellectual: capacitação e troca de experiência.	1
a		
	Sub-total:	1
3. Parceiros	Intellectual: compartilhar <i>know how</i> e aprendizado mútuo.	3
a		
b	Financeiro: ofertar ensino de qualidade e multiplicar resultados.	2
c	Institucional: composição de forças.	2
	Sub-total:	7
4. Corporativo	Intellectual: troca e disseminação do conhecimento.	2
a		
b	Financeiro: oferecer produtos com custo menores, com qualidade e com metodologia/tecnologia inovadora.	2
c	Institucional: compartilhar esforços para o cumprimento de metas, considerando o compromisso e seriedade.	3
	Sub-total:	7
5. SENAC	Intellectual: compartilhamento do conhecimento.	2
a		
b	Financeiro: resolve dificuldades de infra-estrutura e otimização dos custos.	4
c	Institucional: acessibilidade, oportunidade, corporativismo e cooperação entre as partes parceiras.	3
	Sub-total:	9
	Total:	39

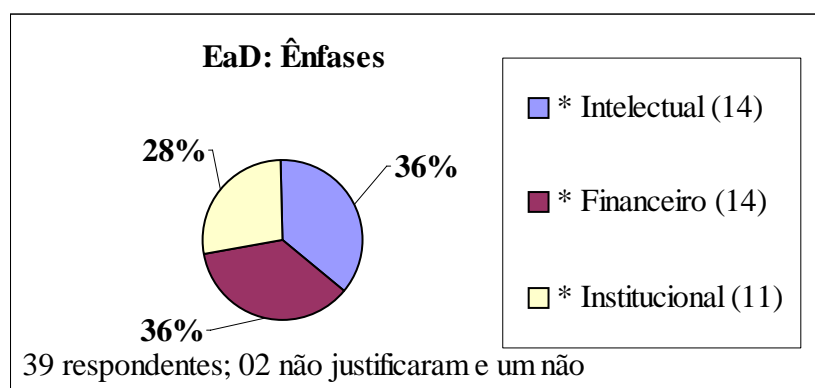
Fonte: Dados da pesquisa

Dos 42 respondentes, 39 responderam e justificaram a resposta dada; 02 só justificaram a questão e um participante deixou a questão em branco.

Após a análise descritiva e interpretativa dos conteúdos, as seguintes considerações sobre as ênfases encontradas podem ser levantadas:

- a. Intelectual – Trocar experiências/conhecimentos. (14 respondentes).
- b. Financeira – Ofertar ensino com custo menor, metodologia/tecnologia inovadora e qualidade, resolver dificuldades de infra-estrutura, ampliar o número de participantes e multiplicar resultados. (14 respondentes).
- c. Institucional - Compor forças e esforços para o cumprimento de metas.(11 respondentes).

Segue a representação gráfica consolidando a análise de conteúdo do Quadro 19. O Gráfico aponta um equilíbrio entre os principais benefícios que uma parceria pode proporcionar a EaD, ou seja, tanto o benefício cultural como o capital (investimento) possuem a mesma importância.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 13: Percentagens das respostas qualitativas à questão **Quais os benefícios que uma parceria pode proporcionar à EaD?**, pelos 39 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Os resultados da questão 6 são confirmados por Landim e Ribeiro (2005, p.607): a partir das parcerias firmadas entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Confederação Nacional dos Transportes, a UFSC e o SEBRAE/SP e a UFSC/SENAI, foi possível elaborar cursos de EaD nos níveis de capacitação, aperfeiçoamento e especialização.

Após as considerações feitas pelos respondentes da pesquisa, percebe-se que os benefícios são muitos, e independente de estarem vinculados à cultura, ao investimento e à organização, todos são importantes porque se relacionam. Dessa forma, o que menos importa são os custos, uma vez que com ou sem parceria, eles existiriam. Sendo assim, um bom exemplo nesse contexto são as parcerias/sinergias entre o CEP e os Estabelecimentos de Ensino - EE (UFF e UFRRJ), que se completam da seguinte forma: o CEP responde pela parte administrativa e os EE pela parte pedagógica.

5.8

Pergunta 7.1a: Como o CEP e a Diretoria de Ensino da Marinha podem contribuir com a EaD, para a Força e para a Sociedade?.

Grupo: CEP - (Total = 16 respondentes)

- **Para a Força**

a. O CEP contribui para a Força, disponibilizando cursos a distância de idiomas e de especialização, extensão e aperfeiçoamento, nas diversas áreas de conhecimento de sua atividade fim, proporcionando uma melhoria na qualificação do militar e servidor civil. (10 respondentes).

b. Contribui também pesquisando novas tecnologias e implantando a EaD nos EE do Exército, levando conhecimento aos militares que estejam em lugares distantes dos grandes centros, onde não há condições de aprendizagem presencial, bem como auxiliando aqueles que não tem tempo de freqüentar cursos. (4 respondentes). Dois participantes justificaram, porém não responderam a pergunta.

- **Para a Sociedade**

a. O CEP contribui para a Sociedade, democratizando o acesso de civis aos seus cursos de pós-graduação a distância, principalmente, àqueles que vivem em locais de difícil acesso, e contribuindo para melhor formação do cidadão, com o apoio das parcerias. (15 respondentes).

b. O CEP não pode contribuir para a Sociedade, porque esta não é função da Força Armada (FA). Ou seja, a FA tem que prover segurança, por ser o braço do estado que administra a “violência oficial e não servir de campus”. Portanto, a FA deve buscar na sociedade os meios de formar e desenvolver seus próprios quadros. (1 respondente).

Grupo: Marinha - (Total = 01 respondente)

- **Para a Força**

a. A Marinha contribui para a Força qualificando militares/civis nas competências necessárias considerando a formação continuada, com a realização de cursos a distância.

- **Para a Sociedade**

a. Servindo de modelo para outras instituições que estejam iniciando projetos.

Dos 17 respondentes à questão 7.1a, todos indicaram as contribuições para **Força**, sendo que 2 justificaram, porém não responderam a questão. Em relação às contribuições para a **Sociedade**, todos os 17 responderam a questão.

A análise dos conteúdos das respostas de cada grupo à questão **Como o CEP e a Diretoria de Ensino da Marinha podem contribuir com a EaD, para a Força e para a Sociedade** revelou, como nas outras respostas, diferentes ênfases, o que contribuiu para o fechamento do processo de categorização das respostas referentes à pergunta 7.1a. Tais ênfases são apresentadas no Quadro 20, a seguir.

Quadro 20: Principais contribuições do CEP e da Diretoria de Ensino da Marinha com a EaD, para a Força e para a Sociedade, pelos 17 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Critérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EaD: Ênfases	No. de respostas:
Para a Força		
1. CEP a	Disponibilizar cursos: EaD para qualificação do militar e servidor civil. (10 respondentes).	10
b	Democratizar acesso: pesquisar e implantar EaD nos EE da Força, para atender os militares que estão distante dos grandes centros.	4
Sub-total:		14
2. Marinha a	Capacitação: qualificar militares/civis com a realização de cursos a distância..	1
Sub-total:		1
Total:		15
Para a Sociedade		
1. CEP a	Disponibilizar cursos: democratizar o acesso de civis aos seus cursos de pós-graduação a distância, com o apoio das parcerias.	15
b	Competência: não pode contribuir porque sua função é prover segurança e não servir de campus.	1
Sub-total:		16
2. Marinha a	Referência: servir de modelo para outras instituições.	1
Sub-total:		1
Total:		17

Fonte: Dados da pesquisa

- **Para a Força:** dos 17 participantes, 2 respondentes não responderam a questão.
- **Para a Sociedade:** os 17 participantes responderam a questão proposta.

Chega-se às seguintes considerações:

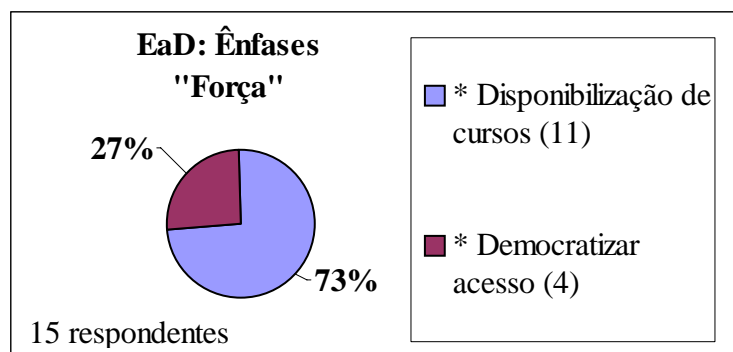
- **Para a Força:**
 - a. Disponibilização de cursos – oferecer cursos a distância para qualificação do militar e servidor civil. (11 respondentes).
 - b. Democratizar acesso – pesquisar e implantar EaD nos EE da Força, para atender os militares que estão distante dos grandes centros. (04 respondentes).

- **Para a Sociedade:**

a. Disponibilização de cursos – democratizando o acesso de civis aos seus cursos de pós-graduação a distância, com o apoio das parcerias. (15 respondentes).

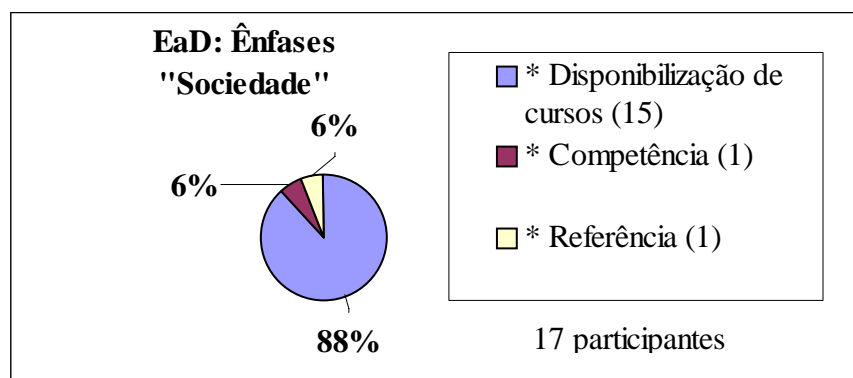
b. As demais são: Competência (01 respondente) e Referência (01 respondente).

A seguir, as representações gráficas consolidando as análises de conteúdo do Quadro 20 – contribuição para a **Força** e para a **Sociedade**.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 14: Percentagens qualitativas das contribuições do CEP e da Diretoria de Ensino da Marinha com a EaD para a **Força**, dadas pelos 17 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 15: Percentagens qualitativas das contribuições do CEP e da Diretoria de Ensino da Marinha com a EaD para a **Sociedade**, dadas pelos 17 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Os Gráficos “14 - Força” e “15 - Sociedade” exibem que a principal contribuição tanto do CEP como da Marinha, com a EaD, para a força de trabalho militar e para o público civil são a disponibilização de cursos.

Segundo Landim e Ribeiro (2005, p.603, 605), os cursos de língua estrangeira do CEP são ofertados aos militares brasileiros e o curso de língua portuguesa a estrangeiros e a seus familiares, quando em missão no Brasil. Já os cursos de pós-graduação *lato-sensu* atendem alunos distribuídos por todo o território nacional.

Pelo exposto acima, evidencia-se que a disponibilização de cursos a distância é o meio comum de contribuição, para a Força e para a Sociedade, permitindo a qualificação de todos os interessados. Dessa forma, todos ganham, ou seja, a Força de Trabalho do EB e da Marinha do Brasil (militares/servidores civis), a Sociedade (os militares/civis) e os Parceiros (CEP/UFF/UFRRJ). Portanto, essa é uma contribuição significativa para a democratização da educação e o progresso cultural do país, bem como mais uma confirmação de que o CEP é um meio para isso.

5.8

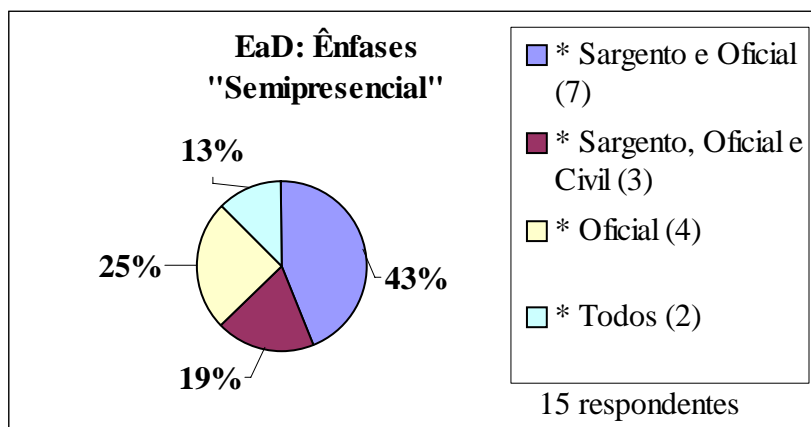
Pergunta 7.2a: Qual o público-alvo dos cursos semipresenciais e a distância.

Quadro 21: Qual o público-alvo dos cursos semipresenciais e a distância, do CEP e da Marinha, pelos 17 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade.

Público-alvo	Cursos:	Semipresenciais	A Distância
	Quantidade de Respondentes		
Grupo: CEP			
Sargento e Oficial.		7	1
Sargento, Oficial e Civil.		3	7
Oficial		4	2
Todos		1	4
Oficial e Civil.		-	2
Não respondeu a pergunta		1	-
	Sub-total:	15 respondentes	16 respondentes
Grupo: Marinha			
Todos		1	1
	Sub-total:	1 respondente	1 respondente
	Total:	16 respondentes	17 respondentes

Fonte: Dados da pesquisa

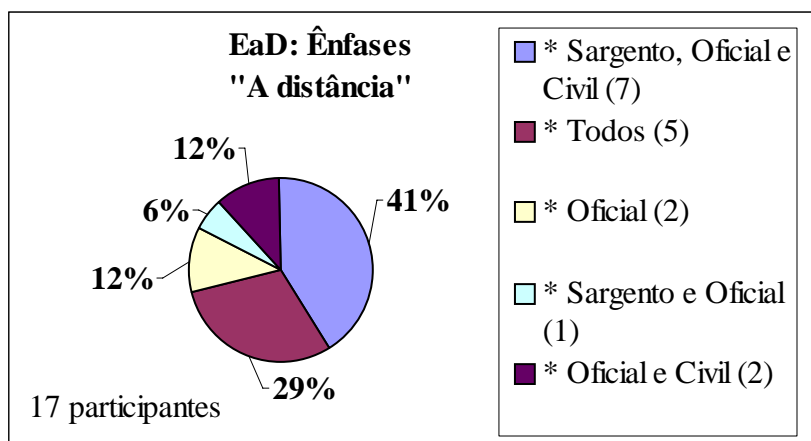
A análise dos conteúdos das respostas de cada grupo: CEP e da Marinha, à **qual o público-alvo dos cursos semipresenciais e a distância** revelou diferentes ênfases, o que contribuiu para o fechamento do processo de categorização das respostas referentes à pergunta 7.2a. Tais ênfases são apresentadas nos Gráficos 16 e 17, respectivamente, semipresencial e a distância, a seguir:



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 16: Percentagens quantitativas das respostas à questão **Qual o público-alvo dos cursos semipresenciais**, pelos 16 respondentes do CEP e da Marinha, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Pelo exposto acima, percebe-se que apenas 43% dos participantes que trabalham com o ensino a distância no CEP, possuem o entendimento do público-alvo dos cursos semipresenciais. Dessa forma, a comunicação precisa ser trabalhada, a fim de que todos, independentemente de trabalharem ou não com a EaD, saibam a quem são destinados os cursos semipresenciais. Pois o Programa de Excelência Gerencial do Exército Brasileiro (PEG/EB) e outros programas de qualidade existentes no mercado enfatizam a importância do conhecimento da organização por todos que compõem a força de trabalho da mesma. Ou seja, porque a organização existe, aonde deseja chegar, quais as principais atividades e clientes, etc.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 17: Percentagens quantitativas das respostas à questão **Qual o público-alvo dos cursos semipresenciais**, pelos 17 respondentes do CEP e da Marinha, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Evidencia-se que apenas 29% dos participantes que trabalham com o ensino a distância no CEP, sabem a quem são destinados os cursos a distância. Por outro lado, 41% dos respondentes apontam como público-alvo o sargento, oficial e civil, o que é aceitável, uma vez que os soldados quando ingressam na carreira militar possuem 18 (dezoito) anos. Sendo assim, nessa faixa de idade é difícil encontrar alguém que tenha concluído o ensino superior.

5.9

Pergunta 7.1b: Por que fazer EaD na empresa (Educação Corporativa).

Grupo: Corporativo – (Total = 08 respondentes)

a. Para resolver o problema de distância pela amplitude da empresa, facilitar a capacitação em grandes contingentes, com custo reduzido, sem necessidade de diárias e deslocamento de pessoal, agilizar a velocidade de acesso a informação, estimular o auto-desenvolvimento, desenvolver processo de educação permanente visando a construção do saber a partir de estratégias pedagógicas e maximizar os resultados organizacionais. (08 respondentes).

Grupo: SENAC - (Total = 10 respondentes)

a. Para capacitar os funcionários conforme a sua especificidade profissional, garantir a melhoria dos processos e a formação continuada, promover retorno financeiro, aumentar a produção, diminuir custo e tempo com deslocamento de funcionário, ou seja, acompanhar o mundo competitivo. (10 respondentes).

A análise dos conteúdos das respostas de cada grupo à questão **Por que fazer EaD na empresa (Educação Corporativa)**, revelou diferentes ênfases, o que contribuiu para o fechamento do processo de categorização das respostas referentes à pergunta 7.1b. Tais ênfases são apresentadas no Quadro 22, a seguir.

Quadro 22: Ênfases das respostas à questão **Por que fazer EaD na empresa (Educação Corporativa)?**, pelos 18 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade.

Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Critérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EaD: Ênfases	No. De respostas:
1. Corporativo a	A EaD é ferramenta estratégica: resolve problema de distância pela amplitude da empresa, redução de custos, desenvolver processo de educação permanente, acesso rápido à informação e maximização dos resultados.	8
	Sub-total:	8
2. SENAC a	A EaD é ferramenta competitiva: capacita os funcionários, garante a melhoria dos processos e a formação continuada, promove retorno financeiro, aumenta a produção e acompanha o mundo competitivo.	10
	Sub-total:	10
Total:		18

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados das respostas à questão 7.1b são confirmados pelos pesquisadores abaixo:

Segundo Ricardo (2005, p.34), a educação corporativa, ao optar pela EaD como estratégia no planejamento organizacional, obtém redução de custos com deslocamentos e diárias, melhor performance mercadológica, funcionários mais reflexivos e adaptados ao ambiente de tecnológico.

Gomes (2003, p.483) ressalta a importância de a organização oportunizar aprendizagem que dê sustentação às questões empresariais mais relevantes, pelo seu alcance estratégico e pelos resultados esperados, como aumento de competências e desempenho no trabalho.

Já Costa et al. (2004, p.39) afirma que, ao traçarem suas estratégias, as empresas precisam identificar as competências essenciais e a partir delas rever suas atuações, formando um círculo virtuoso, impulsionado pelo processo de aprendizagem.

Após as considerações feitas pelos respondentes da pesquisa, evidencia-se que a vantagem competitiva é o cerne para implantação da EaD na empresa (Educação Corporativa), pois a empresa que investe no capital intelectual (humano), no mínimo, consegue respirar/sobreviver, ser competitiva no mundo globalizado.

5.9

Pergunta 7.2b: Quais os benefícios da EaD no segmento empresarial?

Grupo: Corporativo – (Total = 08 respondentes)

a. Os benefícios são: a democratização do conhecimento, a flexibilidade na aprendizagem, o estímulo ao auto-desenvolvimento, a redução dos impactos da dispersão geográfica, a capacitação em grandes contingentes, ao cursos customizados com conteúdos específicos, o aumento da qualidade dos produtos e serviços, a construção de redes de relacionamento, a otimização dos investimentos e o aumento da vantagem competitiva e da sustentabilidade. (08 respondentes).

Grupo: SENAC - (Total = 10 respondentes)

a. Benefícios da EaD: a qualidade de mão-de-obra para empresa eleva o perfil da empresa, aumenta a competitividade, a produtividade, requer educação continuada, o conteúdo customizado, melhora o processo e o produto, valoriza tanto o funcionário qualificando-o como o retorno financeiro. (10 respondentes).

As diferentes ênfases encontradas nas respostas de cada grupo à questão 7.2b, através da análise de conteúdo das mesmas são apresentadas no Quadro 23, a seguir.

Quadro 23: Ênfases das respostas à questão **Quais os benefícios da EaD no segmento empresarial?**, pelos 18 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade.

Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Critérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EaD: Ênfases	No. De respostas:
1. Corporativa	Vantagem competitiva: estímulo ao autodesenvolvimento, redução dos impactos da dispersão geográfica, capacitação em grandes contingentes, aumento da qualidade dos produtos e serviços, otimização dos investimentos e sustentabilidade. Sub-total:	8 8
2. SENAC	Ferramenta competitiva: qualidade de mão-de-obra, elevação do perfil da empresa, aumento da produtividade, educação continuada, melhorar o processo e o produto, valorizar o funcionário qualificando-o e retorno financeiro. Sub-total:	10 10
	Total:	18

Fonte: Dados da pesquisa

Após a análise descritiva e interpretativa dos conteúdos, chega-se as seguintes considerações:

- **Ferramenta competitiva** – A EaD estimula o auto-desenvolvimento, a redução dos impactos da dispersão geográfica, a capacitação em grandes contingentes, a educação continuada, o aumento da qualidade de mão-de-obra e dos produtos/serviços, a elevação do perfil da empresa, a valorização do funcionário qualificando-o, o retorno financeiro, a vantagem competitiva e a sustentabilidade. (18 respondentes).

De acordo com Maia (2002, apud VILAS BOAS, 2005, p.5), no Brasil, a tendência de implantação de Universidades Corporativas (UCs) pelas grandes organizações está iniciando. Paralelamente as empresas vêm percebendo também a importância de melhorar seus tradicionais pólos de Treinamento e Desenvolvimento (T&D), de modo a cooperar com eficácia para o sucesso da estratégia empresarial, anexando valor ao resultado do negócio.

Após as considerações feitas pelos respondentes da pesquisa, percebe-se que há uma aproximação nos comentários entre “por que fazer educação corporativa” e “quais os benefícios da EaD no segmento empresarial”. Dessa forma, pode-se sugerir que os maiores benefícios são: para a organização – o horário de trabalho estabelecido é cumprido; e para o funcionário – seu desenvolvimento pessoal e profissional é garantido.

5.10

Pergunta 7.1c: Por que fazer parceria em EaD?

Grupo: Parceiros - (Total = 07 respondentes)

a. Para compartilhar expertise, estruturas e competências técnicas, suprir dificuldades e deficiências, unir esforços em prol de um objetivo comum e razões de mercado. (07 respondentes).

As ênfases dessas respostas são apresentadas no Quadro 24, a seguir:

Quadro 24: Ênfase dadas por 7 respondentes à questão **Por que fazer parceria em EaD?**, conforme o processo de categorização das respostas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Critérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EaD: Ênfases	No. De respostas:
1. Parceria a	Troca de experiência: para compartilhar expertise, estruturas e competências técnicas, suprimindo dificuldades e deficiências, em prol de um objetivo comum. Total:	7 7

Fonte: Dados da pesquisa

Esse resultado é confirmado por Landim e Ribeiro (2005, p.631), que recomendam firmar parcerias para o crescimento da EaD, pois elas contribuem para reduzir custos, maximizar recursos, ampliar o atendimento e garantir a qualidade dos programas.

Com bases nas considerações feitas pelos respondentes da pesquisa, supõe-se que a troca de *know how* é o fator fundamental para promover a sinergia, conciliando os recursos materiais e humanos, em favor de um objetivo comum: ensino de qualidade.

5.10

Pergunta 7.2c: A parceria visa redução de custos?

Grupo: Parceiros - (Total = 07 respondentes)

a. Sim. A redução de custo não é o mais importante, porém é inevitável através de parcerias. (01 respondente).

b. Sim. Ao unir parcerias evita a duplicação de esforços. (01 respondente).

c. Não. Por que o objetivo da parceria não é redução de custo e sim somar competências e ampliar oferta de cursos. (02 respondentes).

d. Nem sim, nem não. Nem sempre, por que a parceria às vezes pode ampliar os custos. Por outro lado, quando existe uma estrutura que funciona sem ser custo para uma das partes, deixa de ser um custo. (02 respondentes).

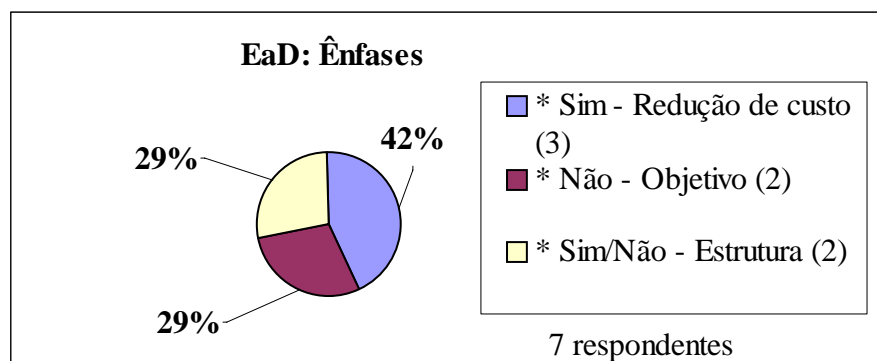
As análise de conteúdo das respostas de cada grupo, á questão 7, revelou as diferentes ênfases apresentadas no Quadro 25, a seguir.

Quadro 25: Ênfases dadas por 7 respondentes à questão **A parceria reduz custos?**, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Critérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EaD: Ênfases	No. De respostas:
1. CEP		
a	Redução de custo: evita duplicação de esforços.	3 (Sim)
b	Objetivo: ampliação de cursos e soma de competências, e não a redução de custo.	2 (Não)
c	Estrutura: a parceria às vezes pode ampliar custos, mas se tem uma estrutura funcional, os custos dificilmente aumentam.	2 (Sim/Não)
	Total:	7

Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico abaixo mostra as porcentagens das ênfases dadas às respostas à questão 7.2c.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 18: Percentagens quantitativas e qualitativas das ênfases dadas à questão **Parceria visa redução de custos?**, por 7 respondentes, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Confirmando os resultados deste estudo, Landim & Ribeiro (2005, p. 624) ressaltam que as empresas Xerox, Embratel, Petrobrás e BR Distribuidora se uniram para desenvolver o curso Gestão de Pessoas, via Web, como alternativa para atingir um maior número de funcionários em curto espaço de tempo e reduzir custos.

Após as considerações feitas pelos respondentes da pesquisa, percebe-se que o gráfico 18 revela um equilíbrio entre as opiniões, ou seja, revela que a redução de custos é inevitável pela duplicação de esforços e competências (parcerias).

5.11 Pergunta 8: O(A) senhor(a) deseja tecer algum comentário que seja relevante a pesquisa?

Dezessete (40%) dos respondentes apresentaram comentários e 60% não responderam a essa pergunta, conforme pode ser verificado pelos depoimentos, a seguir:

Grupo: CEP - (Total = 16 respondentes)

Os 4 respondentes que teceram comentários relevantes à pesquisa, se encaixam nos seguintes depoimentos:

A parceria do Exército Brasileiro (EB) com as universidades é fundamental para o crescimento de ambos os lados, a EaD é um meio capaz de democratizar a educação de forma satisfatória e a EaD se adequa mais ao público adulto e motivado.

Grupo: Marinha - (Total = 01 respondente)

Não ofereceu sugestão.

Grupo: Parceiros - (Total = 07 respondentes)

Os 3 respondentes teceram os seguintes comentários:

- A perda maior da EaD é a falta de convivência, do reforço de alguns valores da cidadania que podem ser vividos e praticados no dia-a-dia.
- Para se obter o máximo dos cursos através da EAD, os participantes precisam ter uma postura muito comprometida e autodisciplinada, embora essa postura seja válida para o ensino presencial também.
- A pesquisa é relevante para que a EaD alcance o grande público, pois é tempo de transformar as resistências à EAD em poderosas parcerias em prol de um instrumento de alta relevância para a humanidade.

Grupo: Corporativo – (Total = 08 respondentes)

Nesse grupo, apenas 3 respondentes:

- A divulgação das pesquisas e estudos acadêmicos sobre os impactos e benefícios da EaD nas organizações escolares e não escolares é crucial para a ampliação das possibilidades educacionais.
- O sucesso de um curso a distância, não se dá só pela qualidade do conteúdo do material ou da mídia utilizada, mas também, pelo acompanhamento efetivo/eficaz + qualidade do conteúdo + linguagem adequada ao perfil do público = sucesso.

- Depoimento – “Quando fui contratada para ministrar uma disciplina à distância na Universidade onde trabalho, percebi que era a hora de complementar meu conhecimento com informações mais técnicas a respeito do ambiente em que estaria usando. Procurei na Internet um curso em que eu pudesse conhecer melhor esses ambientes e nada! Quando estava participando de um Congresso Internacional de EAD no Rio, fiquei sabendo de um curso que era oferecido à distância por uma Universidade de Minas onde a proposta era apresentar e construir um curso no ambiente Teleduc (não era o que eu iria usar, mas já dava pra ter uma noção melhor). Me matriculei e tinha toda uma etapa a cumprir nesse curso de 40 horas. Foi a melhor experiência de estudo que participei na minha vida até hoje! Realmente eu aprendi a proposta do curso e construí o meu conhecimento a partir dali. Embora a Universidade onde trabalho não utilize essa plataforma, foi um passo bem curto para que eu pudesse dominar a ferramenta e fazer da melhor forma possível esse trabalho com meus alunos. Enfim eu estou gostando muito da EAD, só lamento a nossa escola pública estar tão aquém dessa realidade.”

Grupo: SENAC - (Total = 10 respondentes)

Apenas 3 respondentes não teceram comentários:

- As pesquisas em EAD vêm crescendo a cada instante, sendo elas uma grande contribuição para a concretização do método na modalidade digital, dentre outras, uma vez que as modalidades com utilização de mídia impressa, radiofônica e televisiva já são consagradas. (3 respondentes).

- Depoimento – “Em todos os empreendimentos humanos uma dimensão relevante é a política, ou seja, o que pretendemos fazer em termos éticos. Também a EaD deve ser compreendida por essa ótica, pois há uma grande responsabilidade em escolher material, em como expor idéias e valores. Por isso, acredito que deve haver sempre no comando de um trabalho em EaD pessoas merecedoras de confiança. Assim, acho plenamente justificável que os cursos de EaD sejam fiscalizados e avaliados por um órgão competente que pode ser ligado ao governo”. (1 respondente).

- A EaD é importante instrumento de transmissão não só de ensino-aprendizagem, mas também de cultura. Portanto, toda e qualquer forma de cultura pode ser transmitida através de EaD. (2 respondentes).

- Vale ressaltar que todo pioneirismo deve ser avaliado com cautela, levando-se em conta, primeiramente as necessidades – quaisquer que sejam - do ser humano. (1 respondente).

Esses depoimentos ressaltam a importância da avaliação, da pesquisa e de sua divulgação, da política, da tecnologia de informação e comunicação direcionada ao público-alvo, da motivação, comprometimento e autodisciplina dos alunos e do acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, através da relação aluno-tutor.

5.12 Entrevista - Pergunta 1: Por que fazer EaD no Exército Brasileiro?

Grupo: CEP - (Total = 6 entrevistados - coordenadores de curso)

- Por ter infra-estrutura para o ensino a distância, por possuir Organização Militar (OM) espalhada por todo território nacional e por atender as necessidades do Comando da Força. Dessa forma, o EB abriu a possibilidade de fazer cursos a distância por atingir um público maior e por capacitar, formar e especializar militares e civis, com um custo mais baixo, uma vez que na forma presencial seria muito oneroso, em virtude do deslocamento do militar e do civil.

Grupo: Marinha - (Total = 1 respondente)

Questionário – Pergunta 7.3A: Por que fazer EAD na Marinha do Brasil?

São várias as razões: economia de recursos empregados, a permanência do militar em concomitância com o trabalho, maior quantidade de alunos por curso, não necessidade do deslocamento dos militares que servem em outros Distritos Navais para a área do Rio de Janeiro o que vem, atualmente, sendo muito dispendioso para a instituição e o processo de formação continuada.

Segundo Carvalho Filho et al. (2004, p.155), como os oficiais do Exército Brasileiro estão lotados em diversas OM do território nacional e a especialização destes é necessário para Força, levou o CEP a modificar a forma e a sua metodologia de ensino, efetivamente, de presencial para semipresencial.

Para Azevedo, Biagiotti e Resende (2005, p.190), a Marinha busca novas modalidades que tornem possível melhorar a eficácia do seu sistema de ensino. Nesse contexto, viabiliza à implantação da EaD via web no Órgão Central do Sistema de Ensino Naval (SEN) complementando as dificuldades orçamentárias e o aperfeiçoamento de militares e civis das várias OM.

Após os comentários dos entrevistados, evidencia-se que os cursos a distância tornaram-se um meio ideal para a qualificação profissional, principalmente, para Organizações com a amplitude do Exército e da Marinha, que por meio da EaD conseguem atualizar seu pessoal e o público civil com custo menor, sem perda de qualidade.

5.13 Entrevista - Pergunta 2: Qual a importância desse curso (especificado abaixo) para o CEP e para o EB?

Grupo: CEP - (Total = 6 entrevistados – coordenadores de curso)

- Curso de Sistemas Modernos de Telecomunicações (CSMT), Curso de Instrumentação para o Ensino de Matemática (CIEM) e Curso de Criptografia e Segurança em Redes (CCSR), para o:

- a. CEP - atender todo o público militar, seus dependentes e os servidores civis; e
- b. EB - oportunizar os cursos a distância à sociedade brasileira, em parceria com EE federais e particulares.

- Curso de Gestão Estratégica de Recursos Humanos (CGERH), para o:
 - a. CEP - propiciar melhoria na qualidade do serviço e acesso aos militares de todo o Brasil; e

- b. EB - poder contribuir para a democratização do ensino, por meio do CEP/DEP.

- Curso de Coordenação Pedagógica (CCP), para o:
 - a. CEP - é a escola de coordenação pedagógica do Exército, sendo assim é uma oportunidade do CEP dar continuidade de manter o curso que foi criado por ele, de forma atualizada.
 - b. EB - por abrir esse espaço, também, ao público civil, bem como ter a oportunidade de formar esses humanos e a troca com as prefeituras e universidades.

- Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM), para o:
 - a. CEP - por ser um curso pioneiro e por estar sendo realizado em parceria com a Escola de Comando do Estado-Maior (ECEME) e a Universidade Castelo Branco (UCB).
 - b. EB - pelo investimento na força de trabalho e para formar especialistas nessa área.

- Curso de Psicopedagogia e Orientação Educacional (CPOE), para o:
 - a. CEP - por ser responsável pela capacitação do aluno militar que ao terminar o curso, se dedica ao desempenho da função psicopedagógica nos EE militares.
 - b. EB - a oportunidade de poder complementar a educação do aluno civil, especializando-o.

- Curso de Comunicação Social (CCS), para o:
 - a. CEP - por ser a escola de Comunicação Social do Exército, ou seja, é a única unidade militar capacitada a formar todo oficial militar de comunicação.
 - b. EB - terá o militar qualificado para o exercício da função.

Após os comentários feitos pelos os coordenadores de curso, aponta-se a contribuição significativa dessa escola chamada CEP, para o segmento militar, bem como a grande responsabilidade que possui para o cumprimento da missão, cujo foco principal é a qualificação da força de trabalho em diversas áreas de conhecimento. Nesse contexto, todos ganham, o aluno (militar e civil), o CEP, o DEP, os parceiros e o EB, pela eficiência e eficácia na condução dos cursos e pela seriedade e credibilidade, perante a sociedade brasileira. Por outro lado, aponta-se ainda, que os cursos em convênio com a UFF (CSMT, CIEM E CCSR) estão sobrecarregados, ou seja, apenas um coordenador para administrar os três cursos, o que pode afetar a qualidade dos mesmos.

5.14 Entrevista - Pergunta 3: Quais as principais dificuldades do curso?

Grupo: CEP - (Total = 6 entrevistados – coordenadores de curso)

- CSMT, CIEM e CCSR – O cumprimento de prazos, de ambas as partes (CEP/UFF), pois o atraso pode afetar a última fase do processo que é a logística, ou seja, a entrega do material didático. Então, o cumprimento de prazo pelos conteudistas, revisores e diagramadores é importante para que não afete o planejamento inicial. Outro problema é encontrar tutor que tenha experiência em trabalhar com uma tutoria a distância. Não encontrando esse profissional contrata-se o tutor monitor (aluno recém formado), pois o importante é não deixar o aluno sem resposta para que ele não perca a credibilidade do curso, num prazo de 48 horas.

- **CGERH** - A dificuldade começa no choque de cultura porque a universidade tem uma maneira de trabalhar, conduzir, interpretar e executar o ensino, ou seja, as questões educacionais. Já o exército possui uma cultura diferente. Então esse choque cultural é uma coisa notória e cabe a ambos (CEP/UFRRJ) chegar a um bom termo a fim de evitar prejuízo ao aluno.

- **CCP** – As dificuldades são os problemas que ocorrem durante a realização do curso. Dessa forma, com alunos espalhados por todo o território nacional fica difícil operacionalizar essas correções. Isso gera desconfiança no aluno, causando uma impressão negativa do curso e de desleixo de quem coordena/executa, pondo em risco a credibilidade e a qualidade do curso.

- **CGAEM** - As dificuldades são os desafios diários, uma vez que o coordenador/ professor estão habituados com tipo de serviço e quando se faz um convênio junta-se duas instituições com características diferentes. Sendo assim, o desafio é saber trabalhar com as culturas diferentes, respeitando as singularidades de cada uma para chegar ao mesmo objetivo.

- **CPOE** - Falta de compreensão do aluno, em função do tempo que leva para saber o resultado da prova, pois considera esse processo de avaliação bastante extenso, bem como a correção dos problemas que vão acontecendo durante a realização do curso.

- **CCS** - As dificuldades se verificaram em 2002, quando houve a reestruturação dos cursos. A principal dificuldade foi transformar/planejar/elaborar o curso que era presencial para o novo modelo semipresencial. Então, as dificuldades foram durante a transição.

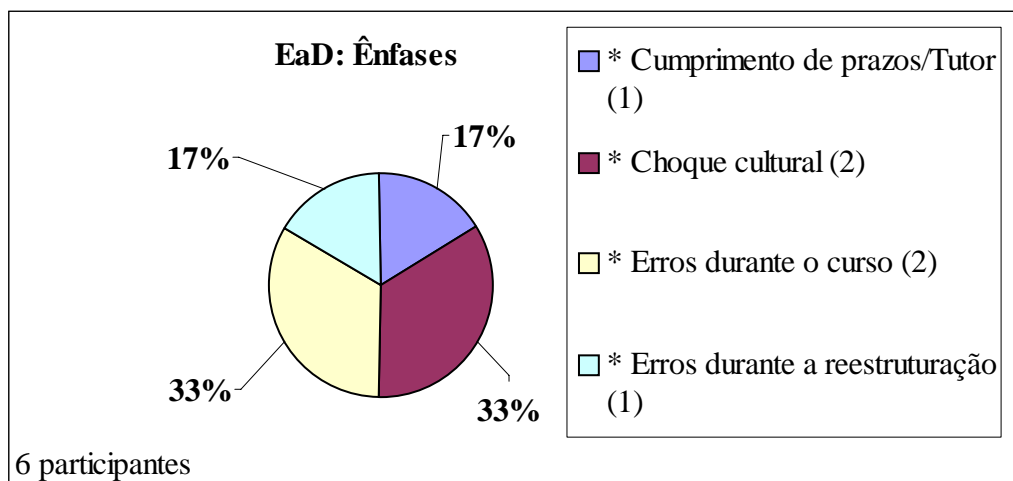
A análise de conteúdo das respostas das entrevistas de cada curso, á questão 3, revelou as diferentes ênfases apresentadas no Quadro 26, a seguir:

Quadro 26: Ênfases, por 6 entrevistados à questão **Quais são as principais dificuldades do curso?**, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Processo de Categorização do Discurso dos Respondentes Critérios de Exaustividade, Homogeneidade e Objetividade.		
Grupos	EaD: Ênfases	No. De respostas:
1. CEP	Cumprimento de prazos e tutor experiente: CSMT, CIEM e CCSR.	1
a	Choque cultural: CGERH e CGAEM	2
b	Erros durante a realização do curso: CCP e CPOE.	2
c	Erros durante a reestruturação: CCS.	1
d	Total:	6

Fonte: Dados da pesquisa

Abaixo, a representação gráfica das principais dificuldades expostas pelos entrevistados da pesquisa:



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 19: Percentagens dos comentários à questão **Quais as principais dificuldades do curso?**, por 6 entrevistados, conforme o processo de categorização das respostas dadas e os critérios de exaustividade, homogeneidade e objetividade, 2005.

Pelos comentários expostos acima, verifica-se que:

- a importância de cercar/levantar os erros na fase de preparação do curso é essencial, embora sabe-se que nenhum trabalho começa no ideal e que os erros sempre farão parte do processo, cabendo aos gestores resolvê-los. Por outro lado, o correto seria que os cursos antes de serem lançados no mercado fossem testados, porém sabe-se que isso dificilmente acontece. Nesse contexto, o projeto piloto daria maior sustentação aos cursos.

- o choque cultural pode ser minimizado com diálogo/reuniões e habilidades que são importantes num processo que envolve experiências opostas: tolerância, empatia e humildade.

- a importância de todos que estão envolvidos no processo da EaD é cumprir o cronograma, pois é desagradável ver o aluno desistir do curso por não receber o material no prazo estabelecido, como também receber o livro impresso com erros.

5.15 Entrevista - Pergunta 4: Qual a função do senhor como coordenador de curso?

Grupo: CEP - (Total = 6 entrevistados – coordenadores de curso)

- CSMT, CIEM e CCSR - Fazer com que o curso transcorra da melhor forma possível, manter o elo com o parceiro sempre firme para que o curso aconteça sem traumas, atropelos, a fim de que não gere muitas reclamações por parte dos alunos. Portanto, ser um facilitador.

- CGERH - Por ter uma visão geral do sistema, contribuo orientando e intervindo da melhor maneira possível resolvendo os problemas ocorridos nas diversas fases do processo para que desde o início se desenvolva corretamente, com qualidade, de forma simples e clara.

- CCP – Interface entre parceiro, professor e aluno, desde a preparação até o acompanhamento das disciplinas do curso, visando garantir a boa qualidade do mesmo.

- CGAEM - Fazer o *link* entre o aluno e a ECEME e, também, com o núcleo residente na UCB, procurando dirimir os problemas administrativos e pedagógicos que possam ocorrer.
- CPOE - Coordenar e controlar as atividades do curso como um todo; apesar de funcionar como intermediário entre a Universidade, o CEP e o DEP, a nossa contribuição é basicamente no controle das provas, dos conceitos, das dificuldades dos alunos, verificar a prova antes que vá para confecção definitiva, verificar falha que seja de referência quantitativa ou qualitativa de provas, etc.
- CCS - Estruturar todo o curso, montar o Plano de Disciplina (Pladis), dar o ritmo ao curso, interagir com os professores, fazer as modificações no curso de acordo com as necessidades (melhorias), enfim, ter a preocupação de colocar o curso para funcionar.

Com base na análise dos dados dos 6 entrevistados, chega-se à seguinte consideração:

- Elo – A função do coordenador é administrar os problemas administrativos e pedagógicos que possam ocorrer antes e durante a execução do curso, bem como estabelecer a ligação entre o aluno, o professor e o parceiro, com o objetivo de dirimir as dificuldades e ser um facilitador do processo, garantindo a qualidade do curso.

Todos, unanimemente, apontaram essa idéia como central ao papel do coordenador de curso.

Percebe-se que a função do administrador é essencial para o sucesso e o bom desempenho do aluno e do curso. É uma função complexa, por exigir conhecimentos administrativos e pedagógicos e, ainda, de grande responsabilidade, onde qualquer deslize do coordenador pode comprometer a qualidade e credibilidade do curso. Sendo assim, é fundamental que se tenha um coordenador capacitado/habilitado para a função.

5.16 Entrevista - Pergunta 5: O Senhor Coordenador gostaria de acrescentar algo que seja relevante à entrevista?

Os seis entrevistados responderam “**não**” a essa pergunta.

Após o fechamento do cenário perceptivo, com base na análise e interpretação dos resultados, chega-se a conclusão de que:

a. EaD é um meio de democratizar a educação por ser uma ferramenta inclusiva, por fazer a educação chegar as pessoas que vivem em lugares afastados dos grandes centros urbanos ou desprovidos de escola, suprir algumas lacunas do ensino presencial e pelo seu potencial e alcance.

b. O CEP é um meio para isso pela experiência de realizar ensino a distância a anos e pela estrutura humana e física que possui, ajudando a contribuir para o aperfeiçoamento da Força e do público civil. Os parceiros são essências nesse processo, pois participam no fornecimento de apoio logístico (as OM existentes em diversos pontos do país) e no apoio pedagógico (Universidades).

Dentro desse contexto, o presente trabalho cuja hipótese levantada é: “a educação a distância é um meio de democratizar a educação, e o Centro de Estudos de Pessoal (CEP), uma Organização Militar (OM), com condições para isso”, encontra-se devidamente sustentada.

6. CONCLUSÃO

A Educação a Distância é uma ferramenta de grande potencial, podendo-se dizer que veio para ficar, por ser inclusiva, democrática, integradora, de longo alcance, competitiva, por possuir mais vantagens do que desvantagens, por complementar a educação tradicional, por ter a tecnologia como forte aliada, e ser sem dúvida, a educação do futuro.

O Ensino a Distância não pode substituir todos os casos do ensino presencial, apenas traduz que, em alguns cursos mediante estudo e objetivos bem definidos, podem vir a substituir o ensino tradicional.

A tecnologia de informação e comunicação não se resume à disponibilidade de computadores e de telefones, ou seja, o incluído digital precisa estar treinado para usar a tecnologia e ter um grau de educação, no sentido vasto, que permita empregá-la de forma efetiva.

O Centro de Estudo de Pessoal foi feliz quando definiu como política educacional estratégica, em 2002, a reestruturação dos cursos que eram ofertados de forma presencial para a modalidade semipresencial e a distância; gerou resultado favorável para o crescimento na área de tecnologia educacional e pedagógica. Nesse contexto, houve a necessidade de ampliar os cursos de formação e capacitação, para atender os integrantes da força terrestre, que servem em vários pontos do país, bem como os cursos de especialização para a Força (militares e servidores civis) e a sociedade. A sinergia é fundamental para a realização desse processo, o CEP se responsabiliza pela parte administrativa e as universidades conveniadas pelo apoio pedagógico.

A aprovação do decreto 5.622, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, confirma que a educação a distância é a ferramenta do futuro. Era o que estava faltando, na política educacional em EaD, para consolidar a mesma.

Por fim, a pesquisa permitiu descobrir que a educação a distância apoiada na tecnologia configura-se como o principal meio estratégico e de democratização da educação, por ser diferencial competitivo e por fazer a educação, informação e o conhecimento chegar a todos sem distinção, seja no segmento educacional, militar ou corporativo, e que o Centro de Estudo de Pessoal é um meio para efetivar essa possibilidade.

Recomendações

- Sabe-se que a atualização de conhecimentos é contínua. Seja ela, por meio de livros, internet, revistas científicas, documentário, congressos, seminários, dentre outros. Mesmo sabendo que o Centro de Estudos de Pessoal possui profissional incumbido dessa atribuição, ou seja, pesquisar para manter-se atualizado, há possibilidade de expansão através de filiação a organizações incentivadoras, como a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT), a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) e o Consórcio Interamericano de Educação a Distância (CREAD). As vantagens são: integrar profissionais e interessados em questões ligadas a EaD; receber revista científica com várias publicações de artigos e projetos, boletins, avisos e comunicações para seus associados, convites para eventos (gratuitos ou com descontos), participação de debates ligados a EaD, etc; Essa recomendação, também, se estende às pessoas físicas e jurídicas que fazem parte desse processo.

- Para melhor qualidade no atendimento ao aluno em função do quantitativo e a redução do tempo de atendimento, investimentos na tutoria é fundamental. A média no mercado é de aproximadamente 35 alunos por tutor¹. Nesse contexto, as organizações ligadas a EaD podem verificar a possibilidade de ampliar o número de tutores por disciplina, de computadores, impressoras e de *headset* para cada tutor, objetivando diminuir o tempo e a eficácia de atendimento.

- Antigamente, para a contratação do funcionário a empresa exigia conhecimento de português e matemática. Hoje, dificilmente o empregador, emprega alguém que não tenha conhecimentos de informática, além das exigências anteriormente citadas. Dessa forma, atendendo solicitação do Governo Federal, o Comandante do Exército determinou que todas as Organizações Militares usassem o *software* livre. Para isso, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) seria um bom parceiro; por exemplo: ele treina seus funcionários a distância (via Web) habilitando-os no “Open Office – *software* livre”, plataforma Linux. Nesse novo cenário e conforme o princípio de democratização da educação a inclusão dos militares temporários é fundamental.

- Partindo da premissa de que o Governo estabeleceu que as escolas incluam dois idiomas na grade curricular e pelo fato do CEP ter experiência nessa área, as escolas da rede pública, preferencialmente, da comunidade, seriam beneficiadas a partir de um projeto piloto desenvolvido pelo CEP para esse objetivo.

Por fim, sugere-se para futuras pesquisas, investigar a Logística em EaD, para os cursos que trabalham com o material impresso e que possuam ramificações/pólos/filiais em outros estados. No caso do CEP, seria interessante desenvolver um “método/modelo” que reduzisse o tempo da correção de prova. Recomenda-se ainda, para futuras pesquisas, analisar o choque cultural (militar e a acadêmico) observado durante as entrevistas com os coordenadores de curso do CEP, uma vez que essa divergência pode acarretar a ruptura da parceria.

Fechando este trabalho de pesquisa, este pesquisador sugere a seguinte definição:

“A educação a distância é um método de ensinar e aprender encurtando a distância que possibilita o aluno\cursista construir seu próprio banco de informações com o apoio da tecnologia, isto é, da informática (hardware e software) e dos meios de comunicação (TV por satélite, cabo ou digital, materiais impressos e audiovisuais, web, videoconferência, dentre outros) de forma síncrona ou assíncrona. Logo, é um meio alternativo para diminuir os excludentes digitais; alfabetizando-os, formando-os e/ou capacitando-os”.

¹ Média informada no Seminário de Tecnologia de Informação Rio Info – A Difusão Digital / Agosto 2005.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Ana Maria Andrade e CASTRO, Heloisa Cardoso de. **Capacitação em EaD:** material impresso. Rio de Janeiro: CEP, 2004.

AZEVEDO, Solange Coelho de e QUELHAS, Oswaldo Luís Gonçalves. **Uma visão panorâmica da educação a distância no Brasil.** Revista Brasileira Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro: Ano XXXII, nº 163/166 – 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edição 70, 1979.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância.** 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

BONAMINO, Alicia. **O cenário atual da EaD:** caminhos e descaminhos da política educacional brasileira. E-Book. Unidade I. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

BASTA, Darci, MARCHESINI, Fernando R. de A., OLIVEIRA, José Antônio F. de e SÁ, Luis Carlos S. de. **Fundamentos de Marketing.** 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BASTOS, Ana Maria Ferraz, MACEDO, Margarete Valverde, SOUZA, Vera Ribeiro de. **Caderno de orientação da tutoria.** Rio de Janeiro: CEDERJ, 2005.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio.** São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

CARVALHO FILHO, Arnaldo de, CAVALCANTI, Daniel da Silva, CÂMARA, Leonardo Vila Nova, SILVA, Sandra de Azevedo. **Ensino a Distância no Centro de Estudos de Pessoal: cursos presenciais e semipresenciais.** Revista Brasileira Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro: Ano XXXII, nº 163/166 – 2005.

CEP - Centro de Estudos de Pessoal. **Regulamento 18.** Disponível em: http://www.cep.ensino.eb.br/cepcorp/index_cepcorp.asp?arquivo=legislacao.asp. Acesso em: 05/12/05.

Cmt Ex – Comandante do Exército. **Boletim do Exército nº 23: Portaria nº 395/Cmt Ex.** Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/boletim/BE2005/be2005pdf/be23-05.pdf>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Portaria nº 396/Cmt Ex.** Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/boletim/BE2005/be2005pdf/be23-05.pdf>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Boletim do Exército nº 46: Portaria nº 122/Cmt Ex.** Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/boletim/BE2005/be2005pdf/be46-05.pdf>. Acesso em: 05/12/05.

_____. **Portaria nº 123/Cmt Ex.** Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/boletim/BE2005/be2005pdf/be46-05.pdf>. Acesso em: 05/12/05.

_____. **Boletim do Exército nº 18: Portaria nº 013/EME** Disponível em: < <http://www.sgex.eb.mil.br/boletim/BE2005/indice/ind98-04gr.pdf>>. Acesso em: 05/12/2005.

Congresso Nacional. **Lei nº 9.786**. Disponível em: <http://www.cep.ensino.eb.br/legislacao_ensino/LEI9786.pdf>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Decreto nº 3.182**. Disponível em: < http://www.cep.ensino.eb.br/legislacao_ensino/DEC3182.pdf>. Acesso em: 05/12/2005.

CORRÊA, Juliane. **O cenário atual da EaD**. E-Book. Unidade I. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

COSTA, Ângela et al. **Como ser competitivo: a gestão estratégica para competitividade**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2004.

CRUZ, Renato. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

DEP – Departamento de Ensino e Pesquisa. **Portaria nº 149/DEP**. Disponível em: <http://www.dep.ensino.eb.br/pag_portarias_04_02.htm>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Portaria nº 98/DEP**. Disponível em: <http://www.dep.ensino.eb.br/pag_portarias_06_02.htm>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Portaria nº 99/DEP**. Disponível em: <http://www.dep.ensino.eb.br/pag_portarias_06_02.htm>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Portaria nº 01/DEP**. Disponível em: <http://www.dep.ensino.eb.br/pag_portarias_07.htm>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Portaria nº 75/DEP**. Disponível em: <http://www.dep.ensino.eb.br/pag_portarias_07.htm>. Acesso em: 05/12/2005.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 18. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

EME – Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 005/EME**. Disponível em: <http://www.cep.ensino.eb.br/cepcorp/index_cepcorp.asp?arquivo=legislacao.asp>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Portaria nº 006/EME**. Disponível em: <http://www.cep.ensino.eb.br/cepcorp/index_cepcorp.asp?arquivo=legislacao.asp>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Portaria nº 007/EME**. Disponível em: <http://www.cep.ensino.eb.br/cepcorp/index_cepcorp.asp?arquivo=legislacao.asp>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Portaria nº 008/EME**. Disponível em: <http://www.cep.ensino.eb.br/cepcorp/index_cepcorp.asp?arquivo=legislacao.asp>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Portaria nº 009/EME.** Disponível em: <http://www.cep.ensino.eb.br/cepcorp/index_cepcorp.asp?arquivo=legislacao.asp>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Portaria nº 024/EME.** Disponível em: <http://www.cep.ensino.eb.br/cepcorp/index_cepcorp.asp?arquivo=legislacao.asp>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Portaria nº 084/EME.** Disponível em: <http://www.cep.ensino.eb.br/legislacao_ensino/PORT084.pdf>. Acesso em: 05/12/2005.

_____. **Portaria nº 085/EME.** Disponível em: <http://www.cep.ensino.eb.br/legislacao_ensino/PORT085.pdf>. Acesso em: 05/12/2005.

EME – Estado-Maior do Exército. BASTOS, Ivan de Mendonça - General de Exército do Departamento de Ensino e Pesquisa e RODRIGUES, Cícero Mauro Fialho – Reitor UFF. **Protocolo de Intenções nº 0416200.** Brasília: CEP/UFF, 2005.

_____. FIGUEIREDO, Gilberto Barbosa de - General de Exército do Departamento de Ensino e Pesquisa e VEIGA, José Antônio de Souza – Reitor UFRRJ. **Protocolo de Intenções nº 0200800.** Brasília: CEP/UFRRJ, 2002.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, **Apostila de Apoio ao Treinamento On-Line:** curso elaboração de indicadores de desempenho institucional. Brasília: ENAP, 2003.

FONSÊCA GRANGEIRO, Lúcia Helena. **A Uece no contexto da educação a distância.** Disponível em: <www.noolhar.com/opovo/opiniaio/151256.html>. Acesso em: 05/12/05

FONTES, Roberto Duarte, BUNDSCHERER, Elaine C., FERNADES, Luciana. **Inclusão digital por meio de software livre.** Revista Brasileira Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro: Ano XXXII, nº 163/166 – 2005.

FUNDAÇÃO PARA O PRÊMIO NACIONAL DE QUALIDADE, **Crêterios de Excelência:** o estado da arte da gestão para a excelência do desempenho e o aumento da competitividade. São Paulo: FPNQ, 2004.

GOMES, Débora Dias. **MBA Educação:** Escola que aprende. Rio de Janeiro: OR Editor Produtor Editor, 2003.

GRACE, Gerald. **Teachers, Ideology and Control:** a study in urban education. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.

LAUDON, Kenneth C. e Jane P. **Sistemas de Informação Gerenciais.** 5.ed. São Paulo: Pearson, 2004.

LITWIN, Edith. **Educação a Distância:** temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MAGALHÃES, Antonio R Um Estudo de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Semi-Árido. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.), **Desenvolvimento e Natureza**; Estudos para uma Sociedade Sustentável, p. 417-429, São Paulo: Cortez, 1995.

MAIA, M. C. e MEIRELLES, F. S. **A Educação a Distância nas Universidades Públicas Brasileiras**. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, IX, 2002. Anais. São Paulo: ABED, 2002. Disponível em: < <http://www.abed.org.br/congresso2002/trabalhos/texto57.htm> >. Acesso em: 25/04/05.

MANCINI, Maurício Cordeiro, ANJOS, Lúcia Helena Cunha dos, PEREIRA, Maria Júlia Salim. **Manual de Instruções para Organização e Apresentação de Dissertações e Teses**. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2002.

MARCIA LEITE. **As Tecnologias educacionais**. E-Book. Unidade II. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A educação brasileira**. Revista Nova Escola. 186.ed. São Paulo: Abril, 2005.

MEC – Ministério de Educação e Cultura. **Educação a Distância. Decreto 5.622**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=category§ionid=7&id=100&Itemid=298>>. Acesso em 05/12/2005.

_____. **Portaria 4.361**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=category§ionid=7&id=100&Itemid=298>. Acesso em 05/12/2005.

_____. **Portaria 4.059**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=category§ionid=7&id=100&Itemid=298>. Acesso em 05/12/2005.

_____. Legislação de Educação a Distância. **Decreto 2.561**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=content&task=view&id=61&Itemid=190>>. Acesso em 05/12/2005.

_____. **O desafio de educar o Brasil**. Brasília: Abril, 2004.

MORÁN, José Manuel. **O vídeo na sala de aula. Comunicação e Educação**. São Paulo, ano 1, n. 2, 1995.

MOULIN, Nelly, PEREIRA, Vilma, TRARBACH, Maria Aparecida. **Formação do tutor para a EaD**. Revista Brasileira Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro: Ano XXXII, nº 163/166 – 2005.

RESENDE, Flávia; **Docência do Ensino Superior: Tecnologia e Educação**. Rio de Janeiro: CEP/NuCEAD, 2001.

RIBEIRO, Antônia Maria Coelho, NEVES, Maria Cristina Baeta. **A aprendizagem e a tutoria: a tutoria**. E-Book. Unidade IV. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

RICARDO, Eleonora Jorge. **Educação Corporativa e Educação a Distância**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A,1999.

SANCHEZ, Fábio. **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância**. São Paulo: Instituto Monitor, 2005.

SANT'ANNA, Ilza Martins e SANT'ANNA, Victor Martins. **Recursos educacionais para o ensino: quando e por quê?**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SERRA, Fernando A. Ribeiro, TORRES Maria Cândida S. e Alexandre Pavan. **Administração Estratégica: conceitos, roteiro prático e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2004.

SILVA, Bento Duarte da. **A tecnologia é uma estratégia para a renovação da escola**. Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: Intertexto, n.5. p.1-214. 2002.

SILVEIRA, Diva Lopes da. **The Orientation of Academics & Staff Development in British Higher Education: Two Case Studies**. 1983, 232 fls. Tese (PhD. em Recursos Humanos – análise sociológica e psico-social) – Polytechnic of Central London, Londres, UK.

_____. **Ética SócioAmbiental como Questão Prática**. Apresentado no Simpósio Brasileiro de Educação Ambiental em Debate - 20 Anos de Educação Ambiental Pós-Tbilisi. PUC/RJ, UFRJ & FAPERJ, 12-14 Nov.1997, v. 2, p. 103-134.

SOUTO, Antônio Carlos O. e SERAPIÃO, Roberto de Souza. **Gestão orientada à excelência**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

VILAS BOAS, Ana Alice. **EaD e gestão do conhecimento: a experiência no ambiente empresarial**. Apresentado no 12º Congresso Internacional de EaD em Debate – EaD e a Integração das Américas. ABED, UFSC & PARCEIROS, 18-22 Set.2005, v. ??, p.??, TC-A4-157.

VLASCEANU, L. **Decision and Innovation in the Romanian Educational System: a theoretical exploration of teachers's orientation**. 1976. Ph.D thesis. University of London, London, UK.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZENTGRAF, Maria Christina Santos Rocha. **Metodologia da Pesquisa**. Rio de Janeiro: UFRJ/CEP-EB, 2005.

Apêndice A: Questionários da pesquisa



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios – Mestrado Profissionalizante

Caro Respondente,

Este questionário tem por objetivo contribuir para entender melhor como a Educação a Distância (EAD) pode ser vista como um meio de democratização do ensino e da educação e para verificar e auxiliar o CEP como um exemplo eficaz nesse contexto.

É fundamental que todas as perguntas do questionário sejam respondidas, a fim de que se possa obter, em sua plenitude, as informações necessárias para alcançar o propósito da pesquisa.

Suas respostas são confidenciais, tendo o questionário um código que identificará cada respondente (a título de controle) e somente os pesquisadores (o mestrando, o orientador e a co-orientadora dessa pesquisa) terão acesso às informações prestadas.

As perguntas foram elaboradas de forma simples, objetiva e compacta, não havendo respostas certas ou erradas. Todas são importantes para o estudo. Isso permite que os respondentes fiquem bem à vontade ao respondê-las.

Agradecemos o precioso tempo reservado para preencher este questionário (anexo). A sua participação nesta pesquisa significará uma importante contribuição para a educação a distância, para o CEP e para a sociedade.

Por fim, um resumo das descobertas da pesquisa será enviado a todos os respondentes interessados.

Atenciosamente,
1º Ten R/2 Arnaldo de Carvalho Filho.

Prof. Dr. Silvestre Prado de Souza Neto
Orientador da Pesquisa DCAC/UFRRJ

Profa. Dra. Diva Lopes da Silveira
Co-orientadora da Pesquisa DCAC/UFRRJ

Data: ____/____/____

CONFIDENCIAL

Código: _____

Questionário de Pesquisa

1. Como o senhor define Educação a Distância (EAD)?

2. No seu entendimento, a EAD visa substituir a Educação Presencial?

Não Sim

Justifique: _____

3. A EAD é um meio de democratizar a educação?

Sim Não

Justifique: _____

3.1.O CEP oferece condições adequadas para a democratização da educação?

Sim Não

Justifique: _____

4. Escolha uma das opções abaixo.

A EAD:

veio para ficar

é apenas algo passageiro

Justifique: _____

5. Marque com X a resposta “mais” apropriada.

A EAD é um meio de:

exclusão digital

inclusão digital

outros

Justifique: _____

6. No seu ponto de vista, quais os benefícios que uma parceria pode proporcionar a EAD?

7.

7.1a Como o (CEP/Marinha) pode contribuir com a EAD:

a) para a Força

Justifique: _____

b) para a sociedade

Justifique: _____

7.2a Qual o público-alvo dos cursos (CEP/Marinha):

a) semipresenciais

() Soldado () Cabo () Sargento () Oficiais () Civil

() Todos

() Se apenas alguns desses, por favor explicitá-los _____

b) a distância

() Soldado () Cabo () Sargento () Oficiais () Civil

() Todos

() Se apenas alguns desses, por favor explicitá-los _____

7.3a Por que fazer EAD na Marinha?

7.1b Por que fazer EAD na empresa (Educação Corporativa)?

7.2b Quais os benefícios da EAD no segmento empresarial?

Justifique: _____

7.1c Por que fazer parceria em EAD?

7.2c A parceria visa redução de custos?

() Sim () Não

Justifique: _____

8. O(A) senhor(a) deseja tecer algum comentário que seja relevante a pesquisa?

() Sim () Não

Comentário:

Mestrando: Arnaldo Filho
Tel.: 8162-0825
e-mail: acarvalho@gmail.com

Apêndice B: Entrevista de pesquisa



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios – Mestrado Profissionalizante

Data: ____/____/____

CONFIDENCIAL

Código:

Objetivo: obter informações dos cursos a distância promovidos pelo CEP.

Entrevista de Pesquisa

1. Por que fazer cursos a Distância em uma Organização Militar?
2. Qual a importância desse curso para o CEP e para Exército Brasileiro?
3. Quais são as principais dificuldades, desde a elaboração até a implantação do projeto\curso?
4. Qual a contribuição do Senhor como Coordenador de curso?
5. O Senhor gostaria de acrescentar algo que seja relevante à entrevista?

Anexo A: Quadro 1

Quadro 1: Desenvolvimento histórico da EaD no mundo

1829	Suécia – Instituto Liber Hermodes (150.000 usuários)
1840	Reino Unido – Faculdades <i>Sir Isaac Pitman</i> – primeira escola por correspondência na Europa
1850	Reino Unido – estenografia/correspondência
1856	Alemanha – Instituto Toussaint y Langenscheidt – Berlim – estudos de idiomas em domicílio
1873	Estados Unidos – Society to Encourage Study at Home - Boston- estudos em domicílio
1891	Estados Unidos - Universidade da Pensilvânia – International Correspondence Institute – curso sobre medidas de segurança no trabalho de mineração
1892	Estados Unidos – Universidade de Chicago – Divisão de Ensino por Correspondência para preparação de docentes no Departamento de Extensão
1894	Reino Unido - Universidade de Oxford – cursos de Wolsey Hall
1898	Suécia – Instituto Hermond – curso de línguas por correspondência
1922	União Soviética – ensino por correspondência (350.000 usuários)
1938	Canadá – fundação do Conselho Internacional para Educação por Correspondência
1939*	França – fundação do Centro Nacional de Educação a Distância – ensino por correspondência (184 mil alunos)
1946	África do Sul – Unisa – Universidade da África do Sul – primeiros cursos superiores em educação a distância
1948	Noruega – primeira legislação para escolas por correspondência
1963	Fundação do Conselho para Educação por Correspondência
1963	Líbano - Beirute – criação do Instituto Pedagógico UNRWA-Unesco
1967	Alemanha – fundação do Instituto Alemão para Estudos a Distância
1968	Noruega – fundação da Associação Norueguesa de Educação a Distância (reorganizada em 1984)
1968	Fundação do Conselho Europeu para Estudos em Casa (CEEC)
1969*	Reino Unido – fundação da Universidade Aberta (200 mil alunos)
1972*	Espanha – fundação da Universidade Nacional de Educação a Distância (110 mil alunos)
1972*	Tailândia – Sukhothai Thamathirath (300 mil alunos)
1973*	África do Sul – Unisa (130 mil alunos)
1974	Alemanha – implantação da Fern Universität
1974	Paquistão – implantação da Universidade Aberta Allama Iqbal
1974	Israel – fundação da Universidade para Todos
1974	Canadá – reconstituição da Universidade de Athabasca
1977	Venezuela – fundação da Universidade Nacional Aberta
1978	Costa Rica – Universidade Estadual a Distância
1978	Japão – fundação do Instituto Nacional de Educação por Multimídia
1978	Tailândia – fundação da Universidade Aberta Sukhothai Thamathirath
1979*	China - China TV University System (530 mil alunos)

1982	Índia – fundação da Universidade Aberta
1982*	Coréia - Korea National Open University (196 mil alunos)
1982*	Turquia – Anadolu University (567 mil alunos)
1982	Dinamarca – implantação da Universidade Jysk Aabent
1982	Irlanda – implantação do Centro Nacional de Educação a Distância
1983	Japão – fundação da Universidade do Ar
1983	Suécia – implantação da Associação Sueca de Educação a Distância
1984*	Indonésia – Universitas Terburka (353 mil alunos)
1984	Itália – fundação do Consórcio para Universidade a Distância
1984	Holanda – implantação da Universidade Aberta
1985	Fundação da Associação Européia das Escolas por Correspondência (AEEC)
1985*	Índia – implantação da Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi (242 mil alunos)
1986	Decisão do Conselho sobre o Programa Comett, da Comunidade Européia
1987	Decisão do Conselho sobre o Programa Erasmus, da Comunidade Européia
1987	Resolução do Parlamento Europeu sobre Universidades Abertas na Comunidade Européia
1987	Fundação da Associação Européia de Universidades de Ensino a Distância
1987	França – fundação da Federação Interuniversitária de Ensino a Distância
1987	Bélgica – implantação do Studiecentrum Open Hoger Onderwijs
1987	Fundação da Saturno, Rede Européia de Ensino Aberto
1988	Portugal – fundação da Universidade Aberta
1988	Decisão do Conselho sobre o Programa Delta, da Comunidade Européia
1988	Fundação da Euro Pace, Programa Europeu para Educação Continuada Avançada
1989	Lançamento do satélite Olympus pela Agência Espacial Européia
1989	Decisão do Conselho sobre o Programa Língua, da Comunidade Européia
1990	Decisão do Conselho sobre o Programa Force, da Comunidade Européia
1990	Implantação da Rede Européia de Educação a Distância, baseada na declaração de Budapeste
1991	Relatório da Comissão sobre Educação Aberta e a Distância na Comunidade Européia

Fonte: E-Book/SENAC, 2005, p.40.

(*) Megauniversidades – mais de 100 mil alunos (dados de 1995).

Anexo B: Quadro 2**Quadro 2: Desenvolvimento histórico da EaD no Brasil**

1923/1925	Rádio Sociedade do RJ
1923	Fundação Roquete Pinto – Radiodifusão.
1939	Marinha e Exército - cursos por correspondência.
1941	Instituto Universal Brasileiro - cursos por correspondência, formação profissional básica.
1950/1960	MEB . Educação de Base.
1967/1974	Projeto Saci/ Inpe - teleducação via satélite, material de rádio e impresso, para ensino fundamental e treinamento de professores.
1969	TVE do Maranhão - cursos de 5ª a 8ª série, com material televisivo, impresso e monitores.
1970	IOB - Informações Objetivas Publicações Jurídicas - ensino por correspondência para o setor terciário.
1970	Projeto Minerva - cursos transmitidos por rádio em cadeia nacional.
1974	TVE do Ceará - cursos de 5ª a 8ª série, com material televisivo, impresso e monitores.
1976	Senac - Sistema Nacional de Teleducação, cursos através de material instrucional (em 1995, já havia atendido 2 milhões de alunos).
1979	Centro Educacional de Niterói - módulos instrucionais com tutoria e momentos presenciais, cursos de 1º e 2º graus para jovens e adultos, qualificação de técnicos.
1979	Colégio Anglo-Americano (RJ) . atua em 28 países, com cursos de correspondência para brasileiros residentes no exterior em nível de 1º e 2º graus.
1979	UnB - cursos veiculados por jornais e revistas; em 1989 transforma no Cead e lança o Brasil EaD.
1991	ABT - Associação Brasileira de Tecnologia Educacional - programa de aperfeiçoamento do magistério de 1º e 3º graus.
1992	Fundação Roquete Pinto - programa Um Salto para o Futuro, para a formação continuada de professores do ensino fundamental.
1992	UFMT/FAE/Nead - programas em nível de licenciatura plena em educação básica e Serviço de Orientação Acadêmica.
1993	Senai/RJ - centro de EAD desenvolve cursos de Noções Básicas em Qualidade Total, Elaboração de Material Didático Impresso (16 mil alunos), cursos a distância para empresas na Argentina e Venezuela.
1995	Secretaria Municipal de Educação - MultiRio (RJ) . cursos de 5ª a 8ª série, através de programas televisivos e material impresso.
1995	Programa TV Escola - SEED/MEC.
1995/1996	Laboratório de Ensino a Distância do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC.
1996	UCB . Universidade Católica de Brasília - cursos de especialização a distância.
1997	Escola Brasil - programa de rádio AM/OC, ensino fundamental - FUNDESCOLA/MEC.
2000	UNIREDE - Rede de Educação Superior a Distância -consórcio que reúne 68 instituições públicas do Brasil.
2000	PROFORMAÇÃO - formação de professores de nível médio - SEED/FUNDESCOLA/MEC
2001	RENADUC - Rede Nacional de Informação e Educação a Distância - gestão escolar – UNDIME.
2001	PROGESTÃO - capacitação de gestores escolares, consórcio de 24 estados brasileiros.
2002	Projeto Veredas - formação de professores das séries iniciais em nível superior - Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais.

Fonte: E-Book/SENAC, 2005, p.44.

Anexo C: Quadro 3

Quadro 3: Classificação brasileira dos recursos audiovisuais

Recursos Visuais		Recursos Audiovisuais
Elementos ou códigos		Elementos ou códigos
Códigos digitais escritos Códigos analógicos		Códigos digitais orais Códigos analógicos orais
Icônicos Esquemáticos Abstratos-emocionais		
Materiais ou veículos		Materiais ou veículos
Quadro-negro Flanelógrafo Imanógrafo Quadros Cartaz Gravuras Modelos Museu Espécimen	Fotografias Álbum seriado Mural didático Exposições Gráficos Diagramas Mapas Objetos Dispositivos	Rádio
Diafilmes Filme	Transparência	Disco
		Fita magnética
Recursos audiovisuais Diapositivos e diafilmes com som Cinema sonoro Televisão		

Fonte: Parra, 1970, p.29.

Anexo D : Tabela 1

Tabela 1 – Número de brasileiros matriculados em cursos de EaD, em seis grandes instituições credenciadas, em 2004.

Fonte	Projetos/Cursos	Nº de alunos
Senai	Cursos profissionalizantes diversos.	10.305
Senac	Administração, Comunicação e Artes, Imagem pessoal, Turismo e hospitalidade, Saúde, Informática e atividades correlatas.	37.973
Fundação Telemar	Telemar Educação, Comunidades Virtuais de Aprendizagem.	77.494
Governo do Estado de São Paulo **	Ensino médio em rede, As coisa boas de nossa terra, Imagem fotográfica em sala de aula, Educar na sociedade da informação, Interaction Students, Aluno monitor, Números em ação e Trilha de letras.	132.223
Sebrae	Análise e planejamento financeiro, Iniciado um pequeno grande negócio, Aprender a Aprender, Como vender mais e melhor.	176.514
Instituições de ensino credenciado oficialmente (ABRAED/2005)	EJA, Técnicos, fundamental, Médio, Graduação, Pós-Graduação.	309.957
Fundação Roberto Marinho *	Telecurso 2000 (inclui projetos específicos como: Tempo de Avançar, Tempo de Acelerar, Viva Educação, Avançar é Preciso, Poronga e Telessalas).	393.442
Total		1.137.908

Fonte: ABRAEAD, 2005, p.18.

(*) Média anual das fases do Telecurso 2000, até fevereiro de 2005.

(**) Número referente a programas não cumulativos com o número do item “ensino credenciado oficialmente”.

Anexo E: Tabela 2

Tabela 2 – Crescimento do número cursos e de alunos em EaD em instituições oficialmente autorizados nos níveis de graduação, seqüenciais e pós-graduação (instituições com credenciamento federal).

	Nível de Ensino / Ano do Censo	Nº de Cursos	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos	Matrícula sem 30/06	Concluintes	Crescimento anual(%) em nº de matrículas
2000	Graduação	10	6.430	8.002	5.287	1.682	460	
	Seqüencial -Formação Especial	2	-	-	105	48	-	
	Seqüencial - Complementação de Estudos	1	-	-	28	28	-	
	Total	13	6.430	8.002	5.420	1.758	460	
2001	Graduação	14	6.856	13.967	6.618	5.359	131	211%
	Seqüencial -Formação Especial	3	-	-	111	121	90	
	Seqüencial - Complementação de Estudos	-	-	-	-	-	-	
	Total	17	6.856	13.967	6.729	5.480	221	
2002	Graduação	46	24.389	29.702	20.685	40.714	1.712	990%
	Seqüencial -Formação Especial	3	-	-	127	169	-	
	Seqüencial - Complementação de Estudos	-	-	-	-	-	-	
	<i>Pós-Graduação Lato Sensus</i>	153	-	-	-	18.889	-	
	Total	202	24.389	29.702	20.812	59.772	1.712	
2003	Graduação	52	24.025	21.873	14.233	49.911	4.005	28,40%
	Seqüencial -Formação Especial	4	-	-	947	351	73	
	Seqüencial - Complementação de Estudos	-	-	-	-	-	-	
	<i>Pós-Graduação Lato Sensus</i>	222	-	-	-	26.507	11.109	
	Tecnologo	1	1.000	1.622	1.000	-	-	
	Total	278	24.025	21.873	15.180	76.769	15.187	
2004 **	Graduação	106	-	-	-	89.539	-	107,50%
	<i>Pós-Graduação Lato Sensus e Seqüencial</i>	259	-	-	-	61.637	-	
	Consolidados	17	-	-	-	8.190	-	
	Total	382	-	-	-	159.366	-	

Fonte: ABRAEAD, 2005, p.20.

(*) Os dados do curso de Tecnólogo estão incluídos na Graduação.

(**) Dados não-oficiais referentes à graduação e pós-graduação, colhidos em Jan, Fev e Mar 2005 pelo ABRAEAD/2005 em consulta direta às instituições oficialmente credenciadas.

(***) Número de alunos de três instituições que informaram dados de graduação consolidados com os de pós-graduação.

Anexo F: Tabela 3

Tabela 3 – Número de alunos estudando em EaD no Brasil, em instituições oficialmente credenciadas, de acordo com o nível de credenciamento e tipo de curso, em 2004.

Nível de credenciamento	Tipo de curso	Número de alunos	%
Federal	Graduação e Tecnológico	89.539	28,9
	Pós-Graduação e seqüenciais	61.637	19,9
Consolidados *	Graduação e/ou pós	8.190	2,6
Totalização no nível Federal		159.366	51,4
Estadual	Educação de Jovens e Adultos (EJA), Técnico, Fundamental e Médio	150.571	48,6
Municipal	Técnico	20	0,006
Total Geral		309.957	100

Fonte: ABRAEAD, 2005, p. 23.

(*) Três instituições informaram o número de alunos consolidando dados de graduação com os de pós-graduação.

Anexo G: Tabela 4

Tabela 4 – Distribuição do número de alunos em EAD em instituições oficialmente credenciadas no país, por região e estado, em 2004.

Região	Estado	Número de alunos	%
Norte	Pará	2.144	
	Tocantins	9.500	
	Norte	11.644	3,7
Nordeste	Alagoas	1.150	
	Bahia	500	
	Ceará	52.687	
	Maranhão	2.815	
	Sergipe	830	
	Nordeste	57.982	18,7
Centro Oeste	Distrito Federal	17.143	
	Goiás	836	
	Mato Grosso	3.500	
	Mato Grosso do Sul	2.109	
	Centro-Oeste	23.588	7,6
Sudeste	Espírito Santo	6.777	
	Minas Gerais	26.340	
	Rio de Janeiro	49.865	
	São Paulo	80.905	
	Sudeste	163.887	53
Sul	Paraná	29.846	
	Rio Grande do Sul	2.618	
	Santa Catarina	20.392	
	Sul	52.856	17
Brasil	Total	309.957	100

Fonte: ABRAEAD, 2005, p. 23.

Anexo H : Tabela 5

Tabela 5 – Instituições com maior número de alunos por EaD no Brasil, por métodos e mídias utilizadas, em 2004.

Instituição	Posição	Estado	Matrícula	Modalidade	Apoio tutorial	Mídias utilizadas	Formas de avaliação
Fundação Demócrito Rocha	1	CE	33.000	Complementação pedagógica	Telefone, <i>site</i> , <i>e-mail</i> , aulas presenciais, aulas televisivas	Impresso, <i>e-learning</i> , televisão	Prova escrita presencial
			18.600	Extensão			
Fundação Bradesco	2	SP	22.009	EJA	Monitoria presencial	Multimeios com impresso, televisão, vídeo e CD Rom, com apoio de manuais, jornais, revistas, slides, livros paradidáticos	
Universidade Castelo Branco	3	RJ	17.500	Pós <i>Lato Sensu</i>	Professor presencial, telefone, <i>e-mail</i>	Impresso, vídeo	
EBRAE – Escola Brasileira de Ensino a Distância	4	SP	15.000	Técnico	Professor presencial, reunião presencial, telefone, <i>e-mail</i> , carta, <i>fax</i>	Impresso, vídeo	
Instituto Monitor	5	SP	14.511	EJA e Técnico	Professor presencial, professor <i>on-line</i> , reunião presencial, telefone, <i>e-mail</i> , carta, <i>fax</i>	Impresso, vídeo, CD Rom	
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC	6	SC	13.589	Graduação	N.D.	N.D.	N.D.
Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR	7	PR	12.000	Graduação	N.D.	N.D.	N.D.
Centro Educacional de Niterói	8	RJ	11.500	EJA, Técnico, Complementação pedagógica, Qualificação	N.D.	N.D.	N.D.

Universidade de Brasília – UNB	9	DF	1.837	Graduação	Professor <i>on-line</i> , reunião virtual, telefone, <i>e-mail</i> , carta, fax	Impresso, <i>e-learning</i> , televisão, vídeo, <i>CD Rom</i>	Trabalho de conclusão do curso, trabalho em grupo, trabalhos individuais e discussões <i>on-line</i>
			975	Pós <i>Lato Sensu</i>			
			7.273	Extensão			
Universidade de Tocantins – UNITINS	10	TO	9.500	Graduação	Professor presencial, telefone, <i>e-mail</i> , fax	Impresso, televisão, vídeo, <i>CD Rom</i>	Prova escrita presencial, trabalho de pesquisa, trabalho de conclusão do curso
Centro Educacional Alphaville/ Barueri	10	SP	9.500	EJA	Professor presencial, professor <i>on-line</i> , reunião virtual, reunião presencial, telefone, <i>e-mail</i> , fax	Impresso, <i>e-learning</i> , televisão, vídeo, <i>CD Rom</i>	Prova escrita presencial

Fonte: Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – ABRAEAD/2005, p.30. EJA: Educação de jovens e adultos; N.D.: Não disponível

Anexo I: Tabela 6

Tabela 6 – Recursos oferecidos aos alunos pelas instituições de Ensino a Distância, por natureza jurídica, em 2004.

	Total geral	Públicas	Privadas	Sem fins lucrativos	Fundação
E-mail	87%	100%	94%	71%	50%
Telefone	82%	90%	88%	86%	50%
Prof. Presencial	76%	80%	78%	71%	50%
Prof. On-line	66%	90%	63%	86%	33%
Fax	58%	70%	63%	29%	50%
Carta	50%	50%	50%	57%	50%
Reunião Presencial	45%	50%	50%	57%	17%
Reunião virtual	44%	60%	44%	57%	0%
Outros	23%	10%	22%	29%	33%

Fonte: Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – ABRAEAD/2005, p.59 (amostra). As fundações e instituições sem fins lucrativos foram consideradas à parte, sem sobreposição com o grupo das instituições públicas e privadas.

Anexo J: Tabela 7

Tabela 7 – Mídias mais utilizadas em EaD no Brasil, por nível de credenciamento da instituição, em 2004.

Mídias	Municipal		Estadual		Federal		Geral	
	QUANT.	%GRU	QUANT.	%GRU	QUANT.	%GRU	QUANT.	%GRU
Impresso	1	100%	22	88%	28	78%	52	84%
E-learning	1	100%	13	52%	24	67%	39	63%
Televisão	0	0%	7	28%	8	22%	14	23%
Vídeo	0	0%	9	36%	16	44%	24	39%
Rádio	0	0%	2	8%	0	0%	2	3%
CD-Rom	1	100%	11	44%	22	61%	35	56%
Outros	0	0%	5	20%	8	22%	11	18%

Fonte: Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – ABRAEAD/2005, p.62 (amostra).

Anexo K: Tabela 8

Tabela 8 – Perfil de empresas e de seus investimentos em *e-learning*, em termos absolutos e por média *per capita*

Faturamento	Inferior a R\$ 50 M	De R\$ 50 a 200M	De R\$ 200 a 1.000 M	Superior a R\$1.000 M	Não informaram	Total
	1	2	5	21	5	34

Número de funcionários	Até 500	De 500 a 2.000	De 2.000 a 5.000	De 5.000 a 10.000	Acima de 10.000	Total
	4	2	10	4	14	34

Número de colaboradores internos usuários de e-learning (média por faixa)	Até 500	De 500 a 2.000	De 2.000 a 5.000	De 5.000 a 10.000	Acima de 10.000	Média Geral
	37	1.200	1.394	1.750	22.481	5.373

Número de terceiros usuários de e-learning (média por faixa)	Até 500	De 500 a 2.000	De 2.000 a 5.000	De 5.000 a 10.000	Acima de 10.000	Média Geral
	0	0	189	1.026	6.261	1.495

Investimento e-learning / per capita (média setorial)	financeiro	Indústria primária	Indústria secundária	Infraestrutura	Serviços	Total
	R\$ 45,81	R\$ 294,12	R\$ 372,54	R\$ 62,12	R\$ 189,87	R\$ 192,89

Média de Investimentos em e-learning (média setorial, em R\$1.000)	financeiro	Indústria primária	Indústria secundária	Infraestrutura	Serviços	Total
	R\$ 1.537,00	R\$ 1.000,00	R\$ 312,00	R\$ 340,00	R\$ 306,00	R\$ 699,00

Fonte: Pesquisa Mensuração de Resultados em Educação Corporativa no Brasil. Autores: Profa. Marisa Eboli (FIA e FEA/USP) e Denise Asnis (Natura). Colaboração de Gregório Bittar Ivanoff, Sergio Mancini e Flávio Hourmeaux Junior (FIA e FEA/USP), 2004. (ABRAEAD, 2005, p.90).

Pesquisa realizada no período de 04 a 30 de novembro de 2004, junto a 164 empresas com iniciativas em Educação Corporativa (39 responderam), pelo grupo de pesquisa de Marisa Éboli, que permite observar a penetração da EaD, na modalidade e-learning, em diversos setores empresariais.

Anexo L: Tabela 9

Tabela 9 – Motivos para implementação do *e-learning* nas empresas, por setor da economia.

Motivos para implementação de <i>e- learning</i>	Intensificar Comunicação	Propiciar Gestão do Conhecimento	Realizar Cursos	Estimular Integração Áreas Pessoas
Financeiro	54,55%	63,64%	81,82%	27,27%
Indústria Primária	0%	100%	50%	50%
Indústria Secundária	50%	83,33%	83,33%	33,33%
Infra-estrutura	50%	100%	75%	25%
Serviços	18,18%	72,73%	63,64%	18,18%

Fonte: Pesquisa Mensuração de Resultados em Educação Corporativa no Brasil. Autores: Profa. Marisa Eboli (FIA e FEA/USP) e Denise Asnis (Natura). Colaboração de Gregório Bittar Ivanoff, Sergio Mancini e Flávio Hourmeaux Junior (FIA e FEA/USP), 2004. (ABRAEAD, 2005, p.91).

Anexo M: Tabela 10

Tabela 10 – Comparação dos custos de um mesmo curso no formato presencial e no formato *e-learning* na Formação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

Curso presencial			Curso a distância		
Descrição	Valor	%	Descrição	Valor	%
Tutor	R\$4.320,00	8,98%	Contratação Empresa e-Learning	R\$10.960,00	67,30%
Deslocamento	R\$5.108,08	10,62%	Custos Totais Conexão	R\$5.315,00	32,70%
Hospedagem	R\$13.200,00	27,43%			
Diárias	R\$7.665,00	15,93%			
Impressão de Apostila	R\$1.518,00	3,15%			
Dias fora da unidade	R\$12.347,82	25,66%			
Aluguel Sala	R\$1.680,00	3,49%			
Coffeebreak	R\$1.200,00	2,49%			
Data-Show	R\$1.080,00	2,24%			
Custo Total	R\$48.118,90	100%	Custo Total	R\$16.275,00	100%

Fonte: Drummond & Drumont, 2004. (ABRAEAD, 2005, p.91).

Anexo N: Gráfico 1

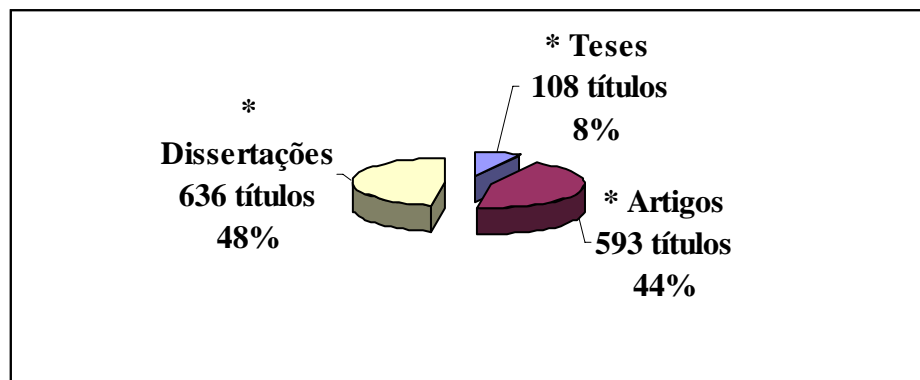


Gráfico 1 – Títulos acadêmicos sobre EaD apresentados no Brasil no período de 1999-2004, por tipo de título.

Fonte: Litto, Filatro & André, 2005, p.82.

Anexo O: Gráfico 2

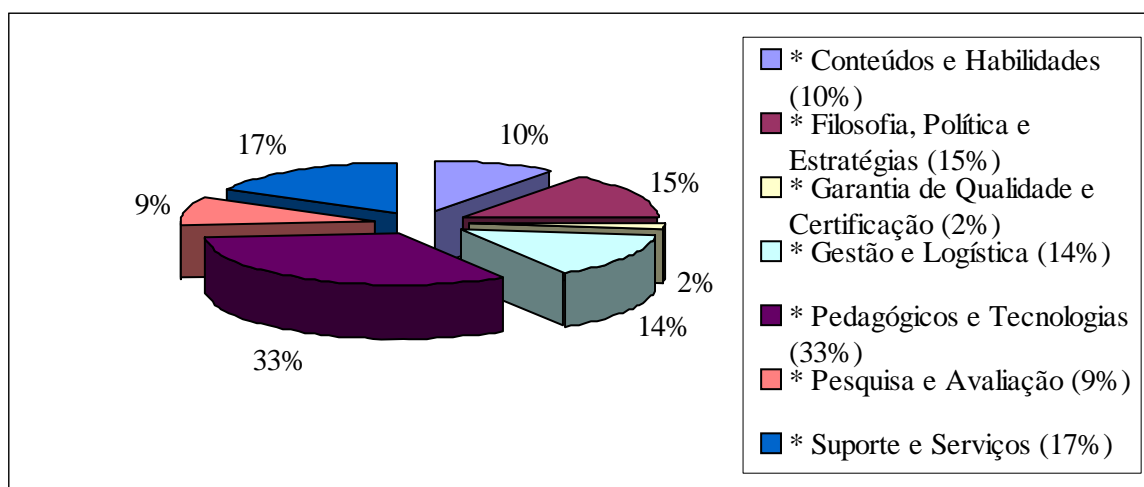


Gráfico 2 – Temas predominante em títulos acadêmicos sobre EaD no período de 1999-2004.

Fonte: Litto, Filatro & André, 2005, p.83.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005.

Vide Lei nº 9.394, de 1996

Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394,
de 20
de dezembro de 1996, que estabelece
as diretrizes e bases da educação
nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o que dispõem os arts. 8º, § 1º, e 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

§ 1º A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

I - avaliações de estudantes;

II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e

IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;

II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;

IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) técnicos, de nível médio; e

b) tecnológicos, de nível superior;

V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:

- a) seqüenciais;
- b) de graduação;
- c) de especialização;
- d) de mestrado; e
- e) de doutorado.

Art. 3º A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional.

§ 1º Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

§ 2º Os cursos e programas a distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

Art. 4º A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

- I - cumprimento das atividades programadas; e
- II - realização de exames presenciais.

§ 1º Os exames citados no inciso II serão elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.

§ 2º Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.

Art. 5º Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Parágrafo único. A emissão e registro de diplomas de cursos e programas a distância deverão ser realizados conforme legislação educacional pertinente.

Art. 6º Os convênios e os acordos de cooperação celebrados para fins de oferta de cursos ou programas a distância entre instituições de ensino brasileiras, devidamente credenciadas, e suas similares estrangeiras, deverão ser previamente submetidos à análise e homologação pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, para que os diplomas e certificados emitidos tenham validade nacional.

Art. 7º Compete ao Ministério da Educação, mediante articulação entre seus órgãos, organizar, em regime de colaboração, nos termos dos arts. 8º, 9º, 10 e 11 da Lei no 9.394, de 1996, a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos para, em atendimento ao disposto no art. 80 daquela Lei:

I - credenciamento e renovação de credenciamento de instituições para oferta de educação a distância; e

II - autorização, renovação de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos ou programas a distância.

Parágrafo único. Os atos do Poder Público, citados nos incisos I e II, deverão ser pautados pelos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, definidos pelo Ministério da Educação, em colaboração com os sistemas de ensino.

Art. 8º Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, organizarão e manterão sistemas de informação abertos ao público com os dados de:

I - credenciamento e renovação de credenciamento institucional;

II - autorização e renovação de autorização de cursos ou programas a distância;

III - reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos ou programas a distância; e

IV - resultados dos processos de supervisão e de avaliação.

Parágrafo único. O Ministério da Educação deverá organizar e manter sistema de informação, aberto ao público, disponibilizando os dados nacionais referentes à educação a distância.

CAPÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO DE INSTRUÇÕES PARA OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Art. 9º O ato de credenciamento para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância destina-se às instituições de ensino, públicas ou privadas.

Parágrafo único. As instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, de comprovada excelência e de relevante produção em pesquisa, poderão solicitar credenciamento institucional, para a oferta de cursos ou programas a distância de:

I - especialização;

II - mestrado;

III - doutorado; e

IV - educação profissional tecnológica de pós-graduação.

Art. 10. Compete ao Ministério da Educação promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas a distância para educação superior.

Art. 11. Compete às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal

promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de:

I - educação de jovens e adultos;

II - educação especial; e

III - educação profissional.

§ 1º Para atuar fora da unidade da Federação em que estiver sediada, a instituição deverá solicitar credenciamento junto ao Ministério da Educação.

§ 2º O credenciamento institucional previsto no § 1º será realizado em regime de colaboração e cooperação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino envolvidos.

§ 3º Caberá ao órgão responsável pela educação a distância no Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação deste Decreto, coordenar os demais órgãos do Ministério e dos sistemas de ensino para editar as normas complementares a este Decreto, para a implementação do disposto nos §§ 1º e 2º.

Art. 12. O pedido de credenciamento da instituição deverá ser formalizado junto ao órgão responsável, mediante o cumprimento dos seguintes requisitos:

I - habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacidade econômico-financeira, conforme dispõe a legislação em vigor;

II - histórico de funcionamento da instituição de ensino, quando for o caso;

III - plano de desenvolvimento escolar, para as instituições de educação básica, que contemple a oferta, a distância, de cursos profissionais de nível médio e para jovens e adultos;

IV - plano de desenvolvimento institucional, para as instituições de educação superior, que contemple a oferta de cursos e programas a distância;

V - estatuto da universidade ou centro universitário, ou regimento da instituição isolada de educação superior;

VI - projeto pedagógico para os cursos e programas que serão ofertados na modalidade a distância;

VII - garantia de corpo técnico e administrativo qualificado;

VIII - apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente, com formação para o trabalho com educação a distância;

IX - apresentar, quando for o caso, os termos de convênios e de acordos de cooperação celebrados entre instituições brasileiras e suas co-signatárias estrangeiras, para oferta de cursos ou programas a distância;

X - descrição detalhada dos serviços de suporte e infra-estrutura adequados à realização do projeto pedagógico, relativamente a:

a) instalações físicas e infra-estrutura tecnológica de suporte e atendimento remoto aos estudantes e professores;

b) laboratórios científicos, quando for o caso;

c) pólos de educação a distância, entendidos como unidades operativas, no País ou no exterior, que poderão ser organizados em conjunto com outras instituições, para a execução descentralizada de funções pedagógico-administrativas do curso, quando for o caso;

d) bibliotecas adequadas, inclusive com acervo eletrônico remoto e acesso por meio de redes de comunicação e sistemas de informação, com regime de funcionamento e atendimento adequados aos estudantes de educação a distância.

§ 1º A solicitação de credenciamento da instituição deve vir acompanhada de projeto pedagógico de pelo menos um curso ou programa a distância.

§ 2º No caso de instituições de ensino que estejam em funcionamento regular, poderá haver dispensa integral ou parcial dos requisitos citados no inciso I.

Art. 13. Para os fins de que trata este Decreto, os projetos pedagógicos de cursos e programas na modalidade a distância deverão:

I - obedecer às diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação para os respectivos níveis e modalidades educacionais;

II - prever atendimento apropriado a estudantes portadores de necessidades especiais;

III - explicitar a concepção pedagógica dos cursos e programas a distância, com apresentação de:

a) os respectivos currículos;

b) o número de vagas proposto;

c) o sistema de avaliação do estudante, prevendo avaliações presenciais e avaliações a distância; e

d) descrição das atividades presenciais obrigatórias, tais como estágios curriculares, defesa presencial de trabalho de conclusão de curso e das atividades em laboratórios científicos, bem como o sistema de controle de frequência dos estudantes nessas atividades, quando for o caso.

Art. 14. O credenciamento de instituição para a oferta dos cursos ou programas a distância terá prazo de validade de até cinco anos, podendo ser renovado mediante novo processo de avaliação.

§ 1º A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até doze meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora.

§ 2º Caso a implementação de cursos autorizados não ocorra no prazo definido no § 1º, os atos de credenciamento e autorização de cursos serão automaticamente tornados sem efeitos.

§ 3º As renovações de credenciamento de instituições deverão ser solicitadas no período definido pela legislação em vigor e serão concedidas por prazo limitado, não superior a cinco anos.

§ 4º Os resultados do sistema de avaliação mencionado no art. 16 deverão ser considerados para os procedimentos de renovação de credenciamento.

Art. 15. O ato de credenciamento de instituições para oferta de cursos ou programas a distância definirá a abrangência de sua atuação no território nacional, a partir da capacidade institucional para oferta de cursos ou programas, considerando as normas dos respectivos sistemas de ensino.

§ 1º A solicitação de ampliação da área de abrangência da instituição credenciada para oferta de cursos superiores a distância deverá ser feita ao órgão responsável do Ministério da Educação.

§ 2º As manifestações emitidas sobre credenciamento e renovação de credenciamento de que trata este artigo são passíveis de recurso ao órgão normativo do respectivo sistema de ensino.

Art. 16. O sistema de avaliação da educação superior, nos termos da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, aplica-se integralmente à educação superior a distância.

Art. 17. Identificadas deficiências, irregularidades ou descumprimento das condições originalmente estabelecidas, mediante ações de supervisão ou de avaliação de cursos ou instituições credenciadas para educação a distância, o órgão competente do respectivo sistema de ensino determinará, em ato próprio, observado o contraditório e ampla defesa:

- I - instalação de diligência, sindicância ou processo administrativo;
- II - suspensão do reconhecimento de cursos superiores ou da renovação de autorização de cursos da educação básica ou profissional;
- III - intervenção;
- IV - desativação de cursos; ou
- V - descredenciamento da instituição para educação a distância.

§ 1º A instituição ou curso que obtiver desempenho insatisfatório na avaliação de que trata a Lei nº 10.861, de 2004, ficará sujeita ao disposto nos incisos I a IV, conforme o caso.

§ 2º As determinações de que trata o **caput** são passíveis de recurso ao órgão normativo do respectivo sistema de ensino.

CAPÍTULO III

DA OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 18. Os cursos e programas de educação a distância criados somente poderão ser implementados para oferta após autorização dos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 19. A matrícula em cursos a distância para educação básica de jovens e adultos poderá ser feita independentemente de escolarização anterior, obedecida a idade mínima e mediante avaliação do educando, que permita sua inscrição na etapa adequada, conforme normas do respectivo sistema de ensino.

CAPÍTULO IV

DA OFERTA DE CURSOS SUPERIORES, NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Art. 20. As instituições que detêm prerrogativa de autonomia universitária credenciadas para oferta de educação superior a distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, conforme disposto no inciso I do art. 53 da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 1º Os cursos ou programas criados conforme o **caput** somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição.

§ 2º Os atos mencionados no **caput** deverão ser comunicados à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 3º O número de vagas ou sua alteração será fixado pela instituição detentora de prerrogativas de autonomia universitária, a qual deverá observar capacidade institucional, tecnológica e operacional próprias para oferecer cursos ou programas a distância.

Art. 21. Instituições credenciadas que não detêm prerrogativa de autonomia universitária deverão solicitar, junto ao órgão competente do respectivo sistema de ensino, autorização para abertura de oferta de cursos e programas de educação superior a distância.

§ 1º Nos atos de autorização de cursos superiores a distância, será definido o número de vagas a serem ofertadas, mediante processo de avaliação externa a ser realizada pelo Ministério da Educação.

§ 2º Os cursos ou programas das instituições citadas no **caput** que venham a acompanhar a solicitação de credenciamento para a oferta de educação a distância, nos termos do § 1º do art. 12, também deverão ser submetidos ao processo de autorização tratado neste artigo.

Art. 22. Os processos de reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos superiores a distância deverão ser solicitados conforme legislação educacional em vigor.

Parágrafo único. Nos atos citados no **caput**, deverão estar explicitados:

I - o prazo de reconhecimento; e

II - o número de vagas a serem ofertadas, em caso de instituição de ensino superior não detentora de autonomia universitária.

Art. 23. A criação e autorização de cursos de graduação a distância deverão ser submetidas, previamente, à manifestação do:

I - Conselho Nacional de Saúde, no caso dos cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia; ou

II - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no caso dos cursos de Direito.

Parágrafo único. A manifestação dos conselhos citados nos incisos I e II, consideradas as especificidades da modalidade de educação a distância, terá procedimento análogo ao utilizado para os cursos ou programas presenciais nessas áreas, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO V

DA OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Art. 24. A oferta de cursos de especialização a distância, por instituição devidamente credenciada, deverá cumprir, além do disposto neste Decreto, os demais dispositivos da legislação e normatização pertinentes à educação, em geral, quanto:

I - à titulação do corpo docente;

II - aos exames presenciais; e

III - à apresentação presencial de trabalho de conclusão de curso ou de monografia.

Parágrafo único. As instituições credenciadas que ofereçam cursos de especialização a distância deverão informar ao Ministério da Educação os dados referentes aos seus cursos, quando de sua criação.

Art. 25. Os cursos e programas de mestrado e doutorado a distância estarão sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação específica em vigor.

§ 1º Os atos de autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento citados no **caput** serão concedidos por prazo determinado conforme regulamentação.

§ 2º Caberá à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES editar as normas complementares a este Decreto, para a implementação do que dispõe o **caput**, no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de sua publicação.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. As instituições credenciadas para oferta de cursos e programas a distância poderão estabelecer vínculos para fazê-lo em bases territoriais múltiplas, mediante a formação de consórcios, parcerias, celebração de convênios, acordos, contratos ou outros instrumentos similares, desde que observadas as seguintes condições:

I - comprovação, por meio de ato do Ministério da Educação, após avaliação de comissão de especialistas, de que as instituições vinculadas podem realizar as atividades específicas que lhes forem atribuídas no projeto de educação a distância;

II - comprovação de que o trabalho em parceria está devidamente previsto e explicitado no:

- a) plano de desenvolvimento institucional;
- b) plano de desenvolvimento escolar; ou
- c) projeto pedagógico, quando for o caso, das instituições parceiras;

III - celebração do respectivo termo de compromisso, acordo ou convênio; e

IV - indicação das responsabilidades pela oferta dos cursos ou programas a distância, no que diz respeito a:

- a) implantação de pólos de educação a distância, quando for o caso;
- b) seleção e capacitação dos professores e tutores;
- c) matrícula, formação, acompanhamento e avaliação dos estudantes;
- d) emissão e registro dos correspondentes diplomas ou certificados.

Art. 27. Os diplomas de cursos ou programas superiores de graduação e similares, a distância, emitidos por instituição estrangeira, inclusive os ofertados em convênios com instituições sediadas no Brasil, deverão ser submetidos para revalidação em universidade pública brasileira, conforme a legislação vigente.

§ 1º Para os fins de revalidação de diploma de curso ou programa de graduação, a universidade poderá exigir que o portador do diploma estrangeiro se submeta a complementação de estudos, provas ou exames destinados a suprir ou aferir conhecimentos, competências e habilidades na área de diplomação.

§ 2º Deverão ser respeitados os acordos internacionais de reciprocidade e equiparação de cursos.

Art. 28. Os diplomas de especialização, mestrado e doutorado realizados na modalidade a distância em instituições estrangeiras deverão ser submetidos para reconhecimento em universidade que possua curso ou programa reconhecido pela CAPES, em mesmo nível ou em nível superior e na mesma área ou equivalente, preferencialmente com a oferta correspondente em educação a distância.

Art. 29. A padronização de normas e procedimentos para credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos ou programas a distância será efetivada em regime de colaboração coordenado pelo Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 30. As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância poderão solicitar autorização, junto aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, para oferecer os ensinos fundamental e médio a distância, conforme § 4º do art. 32 da Lei no 9.394, de 1996, exclusivamente para:

- I - a complementação de aprendizagem; ou
- II - em situações emergenciais.

Parágrafo único. A oferta de educação básica nos termos do **caput** contemplará a situação de cidadãos que:

- I - estejam impedidos, por motivo de saúde, de acompanhar ensino presencial;
- II - sejam portadores de necessidades especiais e requeiram serviços especializados de atendimento;
- III - se encontram no exterior, por qualquer motivo;
- IV - vivam em localidades que não contem com rede regular de atendimento escolar presencial;
- V - compulsoriamente sejam transferidos para regiões de difícil acesso, incluindo missões localizadas em regiões de fronteira; ou
- VI - estejam em situação de cárcere.

Art. 31. Os cursos a distância para a educação básica de jovens e adultos que foram autorizados excepcionalmente com duração inferior a dois anos no ensino fundamental e um ano e meio no ensino médio deverão inscrever seus alunos em exames de certificação, para fins de conclusão do respectivo nível de ensino.

§ 1º Os exames citados no **caput** serão realizados pelo órgão executivo do respectivo sistema de ensino ou por instituições por ele credenciadas.

§ 2º Poderão ser credenciadas para realizar os exames de que trata este artigo instituições que tenham competência reconhecida em avaliação de aprendizagem e não estejam sob sindicância ou respondendo a processo administrativo ou judicial, nem tenham, no mesmo período, estudantes inscritos nos exames de certificação citados no **caput**.

Art. 32. Nos termos do que dispõe o art. 81 da Lei nº 9.394, de 1996, é permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais para oferta da modalidade de educação a distância.

Parágrafo único. O credenciamento institucional e a autorização de cursos ou programas de que trata o **caput** serão concedidos por prazo determinado.

Art. 33. As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância deverão fazer constar, em todos os seus documentos institucionais, bem como nos materiais de divulgação, referência aos correspondentes atos de credenciamento, autorização e reconhecimento de seus cursos e programas.

§ 1º Os documentos a que se refere o **caput** também deverão conter informações a respeito das condições de avaliação, de certificação de estudos e de parceria com outras instituições.

§ 2º Comprovadas, mediante processo administrativo, deficiências ou irregularidades, o Poder Executivo sustará a tramitação de pleitos de interesse da instituição no respectivo sistema de ensino, podendo ainda aplicar, em ato próprio, as sanções previstas no art. 17, bem como na legislação específica em vigor.

Art. 34. As instituições credenciadas para ministrar cursos e programas a distância, autorizados em datas anteriores à da publicação deste Decreto, terão até trezentos e sessenta

dias corridos para se adequarem aos termos deste Decreto, a partir da data de sua publicação.

§ 1º As instituições de ensino superior credenciadas exclusivamente para a oferta de cursos de pós-graduação **lato sensu** deverão solicitar ao Ministério da Educação a revisão do ato de credenciamento, para adequação aos termos deste Decreto, estando submetidas aos procedimentos de supervisão do órgão responsável pela educação superior daquele Ministério.

§ 2º Ficam preservados os direitos dos estudantes de cursos ou programas a distância matriculados antes da data de publicação deste Decreto.

Art. 35. As instituições de ensino, cujos cursos e programas superiores tenham completado, na data de publicação deste Decreto, mais da metade do prazo concedido no ato de autorização, deverão solicitar, em no máximo cento e oitenta dias, o respectivo reconhecimento.

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Ficam revogados o Decreto no 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto no 2.561, de 27 de abril de 1998.

Brasília, 19 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.12.2005

Anexo Q: Quadro 5

Quadro 5: A política educacional brasileira após os anos 30

1930	Criação do Ministério da Educação e Saúde
1932	Publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, liderado por Fernando de Azevedo (1894 – 1974) e assinado por 26 educadores, entre eles, Anísio Teixeira (1900 – 1971). O documento defende o ensino integral, público, laico e obrigatório.
1934	A nova Constituição Federal institui pela primeira vez a educação como um direito de todos. Os saberes escolares se voltam para os conhecimentos científicos e comportamentais, baseado em valores morais. Os currículos privilegiam os temas relacionados à higiene e aos cuidados com a saúde.
1937	O golpe do Presidente Vargas (1883–1954) interrompe as mudanças educacionais que vinham sendo discutidas desde 1932. Há um impulso de formação do magistério, e reorganização de algumas escolas secundárias.
1938	Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Instituto Nacional de Estudos de Pedagogia (Inep).
1942 a 1946	O curso secundário passa ser constituído do ginásio, de quatro anos, e do colegial, de três, dividido em curso clássico e científico. É estabelecido o ensino profissionalizante mantido pelo estado e pelas indústrias. A legislação recomenda que as mulheres frequentem escolas exclusivamente femininas.
1950	Lançamento da cartilha Caminho Suave, de Branca Alves de Lima.
1959	Divulgação do Manifesto dos Educadores, assinado por mais de 190 pessoas, entre elas, o sociólogo Florestan Fernandes (1920–1995). O documento critica o discurso conservador da Igreja Católica sobre o ensino e a lei que defendia o apoio à escola privada.
1961	Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que determina o fim dos exames de admissão para o colegial, tornando a escola aberta, mas não obrigatória para os concluintes do quarto ano primário.
1962	Surge o método Paulo Freire. Para o educador pernambucano (1921– 1997), a valorização da cultura e o caminho para a conscientização política e a aprendizagem.
1967	A nova Constituição estabelece pela primeira vez a obrigatoriedade do ensino até os 14 anos. Para combater o analfabetismo é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).
1968	A revolta estudantil acontece em vários países. No Brasil, alunos reivindicam mais vagas nas universidades públicas e o fim da ditadura militar.
1969	Lei instituiu as disciplinas de educação Moral e Cívica no primário, Organização Social Política Brasileira (OSPB) no Ensino Médio e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) no Superior.
1971	Acontece a reforma do Ensino Fundamental e do Médio. É ampliada a obrigatoriedade do ensino de quatro para oito anos. Uma parte do currículo contempla uma educação geral e outra, conteúdos específicos para habitação profissional. Algumas disciplinas se tornam obrigatória, como Educação Artística e Programa de Saúde e Religião.
1978	Professores se mobilizam em diversos estados para recuperar as perdas salariais, regulamentar a carreira do magistério e reivindicar melhores condições de trabalho.
1979	Promulgação da anistia aos presos políticos e exilados, como Leonel Brizola (1922–2004) e Paulo Freire.

1980	Morre o psicólogo suíço Jean Piaget (1896–1980). Suas idéias sobre a concepção construtivista da formação da inteligência passam a ser discutidas no Brasil.
1982	O ensino profissionalizante deixa de ser obrigatório no nível médio, sendo retomada a ênfase para formação geral. A disciplina de filosofia ressurge como optativa.
1985	O movimento estudantil assume importante papel na luta pela anistia de políticos brasileiros e pelas eleições diretas para o presidente da República. O Mobral é extinto e em seu lugar é criado o Projeto Educar.
1992	A última mobilização estudantil. Os estudantes pedem o impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello. As disciplinas de OSPB e EPB deixam de ser obrigatório no ensino Médio e no Superior.
1995	O MEC lança a TV Escola, um canal para promover a atualização dos professores e cria o sistema de Avaliação Ensino Básico (Saeb) e o Exame Nacional de Cursos.
1996	Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Aprovada a nova LDB, que dá mais autonomia às escolas, torna os conteúdos curriculares mais flexíveis e estimula a qualificação dos professores.
1997	Morrem Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e em seguida de 5ª a 8ª série, o Referencial Curricular para Educação Infantil e o referencial curricular para escolas Indígenas.
1998	Criação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), aplicado aos alunos que concluem essa etapa da educação.
1999	Implantação do Proformação, curso de nível médio para professores leigos, principalmente do Nordeste e Centro-Oeste.
2001	Criação do programa Bolsa-Escola, que vincula um benefício monetário para famílias com renda inferior a 90 reais mensais à presença das crianças na escola.

Fonte: Revista Nova Escola, 2005, p.47-53.

Anexo R: Tabela 11

Tabela 11 – Projetos da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo por EAD que utilizam Tecnologia de Informação e Comunicação, nos anos de 2004 e 2005.

Ano 2004 – Nome do projeto	Público-alvo	Total de beneficiados
Ensino Médio em Rede	396 ATPs (Assistentes Técnicos Pedagógicos), 4.663 PC (Professor Coordenador), 56.298 Professores	61.357
As coisas boas de nossa Terra	03 alunos monitores e um professor responsável – total de 166 projetos – média 10 participantes por projeto	1.660
Imagem fotográfica em sala de aula	40 ATPs e 300 professores	340
Educar na sociedade da informação		N.D.
Interaction Students	89 professores multiplicadores	89
Aluno Monitor	Alunos Monitores	9.000
Números em Ação	89 ATPs 1.042 professores 26.020 alunos atendidos	27.151
Trilha de Letras	89 ATPs 1.174 professores 31.363 alunos atendidos	32.626
Total de beneficiados em 2004		132.223
Ano 2005 (novos projetos)	Público-alvo	Total de beneficiados
Escola da Juventude	Jovens de 15 a 24 anos que estejam fora da escola	N.D.
Projeto Arte da Palavra	Professores Ensino Médio e Fundamental	180
Gestão Escolar e Tecnologia	31 Diretorias de Ensino 40 gestores por DE	1.240
Programa Unificado de Língua Inglesa	Professores de Língua Inglesa da rede Pública Estadual	19.099
Total projetado de projetos novos		20.519

Fonte: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2004 e 2005 (ABRAEAD, 2005, p.86).

Anexo S: Tabela 12

Tabela 12 – Crescimento do número de alunos em curso de graduação e da estrutura do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) desde sua criação.

Ano	Nº de alunos	Crescimento (%) em número de alunos	Número de pólos	Cursos oferecidos
2001	160	-	4	1
2002	760	375%	11	2
2003	2.260	197%	15	4
2004	5.868	160%	18	4
2005 *	8.005	36%	18	5
2006 *	16.000	100%	18 a 20	7

Fonte: Cederj (ABRAEAD, 2005, p.87).

(*) Projeção.

O Cederj é um consórcio de seis universidades públicas: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNENF) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e prefeituras municipais, objetivando democratizar o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade por intermédio da EaD.

Anexo T: Tabela 13

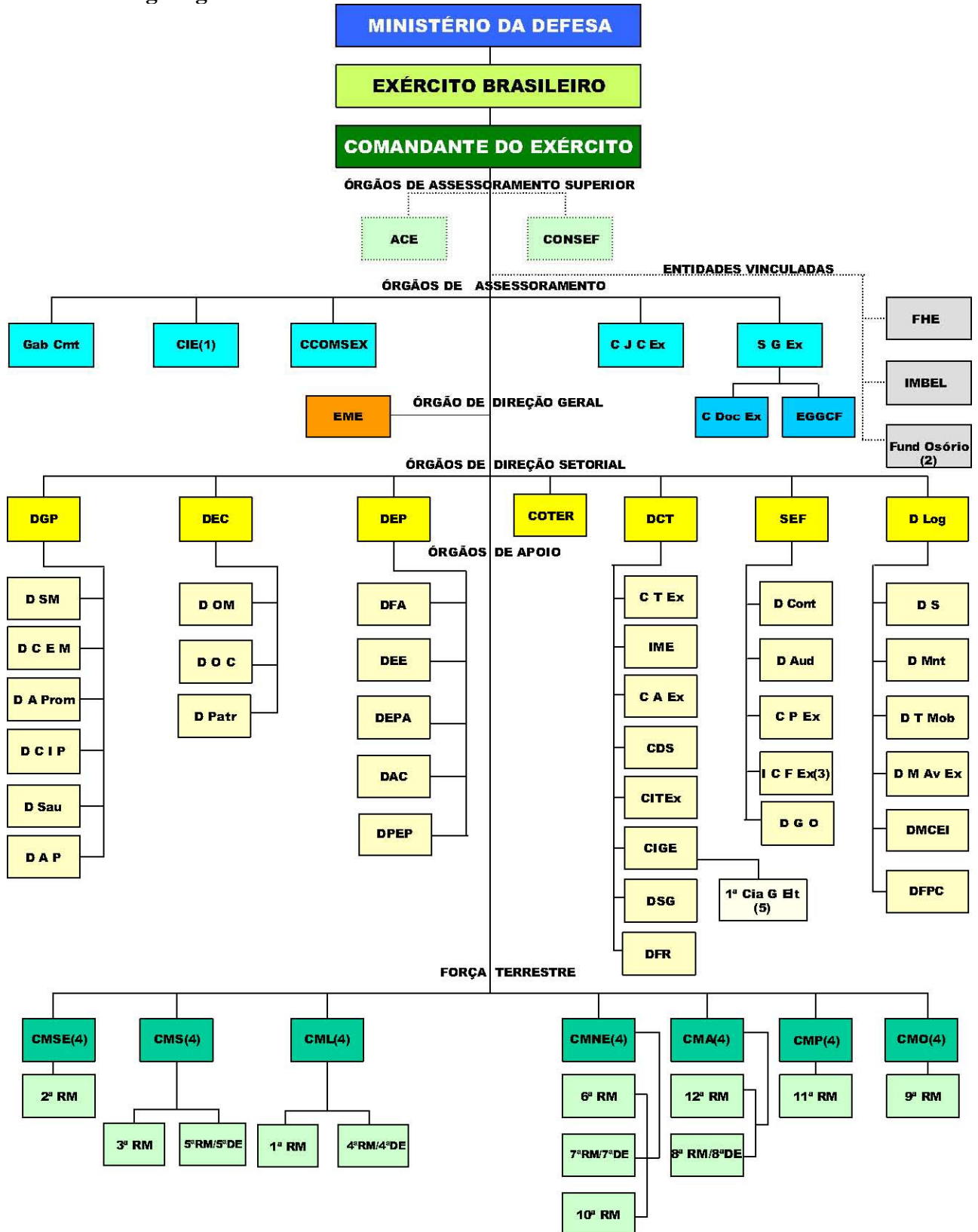
Tabela 13 – Contribuição do projeto Veredas, de Minas Gerais, segundo professores que fazem o curso.

Respostas	Sim	%	Pouco	%	Nada	%	Sem resposta	%
Aumentar sua auto-estima	12.326	89,86	890	6,4	58	0,4	443	3,2
Valorizar o magistério das séries iniciais de ensino	12.500	91,13	531	3,8	48	0,3	638	4,4
Melhorar a qualidade de ensino na escola pública	12.467	90,89	678	4,9	29	0,2	543	3,9
Modificar sua prática pedagógica	12.029	87,69	1.235	9	26	0,2	427	3,1
Formar grupos de estudo na minha escola	7.627	55,60	3.571	26	1.042	7,6	1.477	10,7

Fonte: Projetos Veredas (ABRAEAD, 2005, p.88).

O projeto Veredas – Formação Superior de Professores foi elaborado pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais para resolver o problema de 61 mil professores das primeiras séries do ensino básico sem formação universitária. Compõem o consorcio 18 instituições, sendo 4 universidades federais e 2 estaduais, 6 unidades ligadas à UEMG e 6 instituições privadas.

Anexo U - Organograma do Exército Brasileiro



- (1) Vinculado ao EME para fins de orientação geral, normativa, supervisão e acompanhamento de suas atividades.
- (2) Vinculada à DEPA para fins de orientação técnico-pedagógica.
- (3) São em número de dez (1ª; 2ª; 3ª; 4ª; 5ª; 7ª; 8ª; 9ª 11ª e 12ª).
- (4) Vinculado ao COTER para fins de instrução e planejamento de emprego.
- (5) Vinculado ao COTER para fins de orientação do preparo e do planejamento de emprego.

Anexo V: Portaria n° 75 - Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), de 27 de julho de 2005,

O Chefe do DEP, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 3.182, de 23 setembro de 1999 - Regulamento da Lei do Ensino no Exército, o art. 117 das Instruções Gerais para a Correspondência, as Publicações e os Atos Normativos no âmbito do Exército (IG 10-42), aprovadas pela Portaria n° 041-Cmt Ex, de 18 de fevereiro de 2002 e a delegação de competência constante da alínea e) do inciso VIII do art. 1° da Portaria n° 761-Cmt Ex, de 02 de dezembro de 2003, resolve:

Art.1° Finalidade - estabelecer as condições para a organização, o funcionamento e a matrícula nos Cursos de Idiomas a Distância do CEP.

Art. 3° Objetivo - proporcionar aos discentes o aprendizado progressivo de idiomas estrangeiros, tornando-os aptos à comunicação em um idioma obrigatório ou eletivo, dentro das opções oferecidas pelo Sistema de Ensino de Idiomas do Exército (SEIEx).

Art. 4° Os Cursos de Idiomas a Distância realizados no CEP obedecem às seguintes condicionantes: integram a Linha de Ensino Militar Bélico, o grau médio e a modalidade de especialização, empregam a modalidade de ensino-aprendizagem de ensino a distância, são indenizáveis pelos alunos e são desenvolvidos nos idiomas obrigatórios (Inglês e Espanhol) e eletivos (Francês, Alemão, Italiano e Russo).

Art. 5° Os cursos são destinados aos integrantes do Exército Brasileiro (EB) e têm caráter obrigatório para tenentes e capitães de carreira das Armas, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência, do Quadro de Engenheiros Militares (QEM), do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) e do Serviço de Saúde e voluntário para oficiais de carreira na ativa, nos idiomas eletivos, oficiais superiores da ativa e da reserva remunerada, nos idiomas obrigatórios ou eletivos, cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a partir do segundo semestre do 3° ano, nos idiomas obrigatórios ou eletivos, subtenentes, sargentos, da ativa e da reserva, e seus dependentes nos idiomas obrigatórios ou eletivos e servidores civis, da ativa e inativos, e seus dependentes nos idiomas obrigatórios ou eletivos.

Art. 6° Vagas por idioma e por ciclo para matrícula nos CID: Alemão (300 alunos), Espanhol (450), Francês (300), Inglês (750), Italiano – (300) e Russo (150).

Art. 14. O CEP manterá uma tutoria em condições de facilitar o processo ensino-aprendizagem.

Art. 16. O Comandante (Cmt), Chefe (Ch) ou Diretor (Dir) de OM, deverá disponibilizar local apropriado e meios auxiliares (computador, fac-símile, aparelho de reprodução de fita de áudio e de vídeo etc) para o aluno, durante o tempo de estudo previsto na OM, bem como passá-lo à disposição do DEP dois dias úteis antes da realização das provas.

Art. 19. O aluno desenvolverá seu estudo utilizando-se das recomendações contidas nos Documentos de Currículo, nos Planos de Estudo de Idiomas (PLANEID) e no material didático fornecido pelo CEP, mediante indenização.

Art. 20. O material didático a ser utilizado nos CID é elaborado sob a supervisão do CEP e constituído de livros e fitas-cassete ou CD-ÁUDIO ou CD-ROM.

Art. 44. A aprendizagem será avaliada somativamente através da realização das provas formais, aplicadas ao final dos ciclos escolares.

Art. 46. As provas formais serão constituídas de duas partes, realizadas em dias separados, a saber:

- 1ª Parte – Compreensão Auditiva – terá duração de até trinta minutos e será aplicada a todos os idiomas a partir do subnível Intermediário I;
- 2ª Parte – Escrita (gramática e interpretação de texto) – terá a duração de até três horas e será realizada para todos os idiomas até o nível Avançado, com exceção do idioma Russo, enquanto for conduzido somente até o subnível Intermediário II.

Atribuições do CEP:

Art. 67. Propor à DPEP o calendário anual e as taxas referentes às atividades dos CID.

Art. 69. Efetivar as matrículas e os desligamentos, quando for o caso.

Art. 70. Ligar-se diretamente com as OM dos alunos, quando necessário.

Art. 71. Remeter à DPEP e às respectivas OM os resultados obtidos pelos alunos, nos diversos subníveis.

Art. 72. Emitir os certificados de conclusão dos cursos.

Anexo X: Quadro 10

Curso de Especialização em:

Disciplina:

Prezado (a) aluno!

Com o objetivo de aperfeiçoar o Curso, a partir da reflexão sobre o desenvolvimento de cada uma das Disciplinas que o compõem, solicitamos a sua preciosa colaboração no preenchimento da Escala de Avaliação apresentada a seguir. Do item 1 ao 6 os critérios estão relacionados a sua avaliação sobre o planejamento da Disciplina, do item 7 ao 24, tais critérios se reportam a sua avaliação sobre o desenvolvimento e às aquisições na Disciplina em função do que foi efetivamente realizado.

Quadro 10: Escala de Avaliação

Na Proposta da Disciplina...	SIM	NÃO
01. os objetivos foram claramente explicitados?		
02. tais objetivos parecem relevantes ao perfil do profissional que o Curso deseja especializar?		
03. os objetivos previstos foram alcançados com a mediação das atividades sugeridas?		
04. as atividades sugeridas foram adequadas para garantir a aprendizagem?		
05. a avaliação final adotada - prova ou trabalho - pareceu <u>adequada</u> para verificar o alcance dos objetivos previstos?		
06. a impressão gráfica do material tornou interessante e agradável o seu manuseio?		
Durante o estudo você...	SIM	NÃO
07. teve clareza - a partir da "mensagem ao aluno" - sobre o que e como fazer ao longo da Disciplina?		
08. observou articulação lógica entre as Unidades que compõem a Disciplina?		
09. leu todos os textos do módulo distribuído?		
10. achou os textos do módulo claros?		
11. achou os textos do módulo bem seqüenciados?		
12. teve base suficiente, a partir da leitura dos textos, para realizar as atividades solicitadas?		
13. foi auxiliado na aprendizagem com as estruturas do tipo "Registre", "Revise"?		
14. administrou o tempo disponível de forma a cumprir o cronograma da Disciplina dentro do prazo previsto?		
15. sentiu-se satisfeito com a forma que a tutoria foi realizada (horários, meios, etc.)?		
16. recebeu - quando procurou - orientação tutorial que permitiu sanar as suas dúvidas e dificuldades?		
17. realizou todas as atividades solicitadas com bom nível de aproveitamento acadêmico?		
18. realizou atividades complementares para aprofundar e/ou consolidar conhecimento sobre a(s) temática(s) em foco?		
19. consultou algum título constante das Referências Bibliográficas?		
20. consultou outro texto que não constava das Referências Bibliográficas?		
21. percebeu adequação entre os objetivos previstos, as atividades realizadas e a avaliação adotada na Disciplina?		
22. foi auxiliado na aprendizagem pela composição gráfica do material impresso recebido?		
23. sentiu-se seguro para realizar a avaliação final da Disciplina sem maiores embaraços ou dificuldades?		
24. apreendeu, com a mediação da "educação a distância", as ferramentas teórico-práticas básicas do campo de conhecimento da Disciplina?		
Comente o ponto mais problemático no planejamento e/ou no desenvolvimento da disciplina e ofereça sugestões para saná-lo (modificá-lo) nos próximos cursos.		

Fonte: CEP, 2005